UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DÉBORA FERREIRA LEITE DE MORAES

**O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na
cultura organizacional contemporânea**

São Paulo

2015

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

DÉBORA FERREIRA LEITE DE MORAES

**O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na
cultura organizacional contemporânea**

São Paulo

2015

DÉBORA FERREIRA LEITE DE MORAES

O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea

(Versão Original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Área de concentração:
Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora:
Prof^a. Ana Maria Loffredo

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Moraes, Debora Ferreira Leite de.

O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea / Debora Ferreira Leite de Moraes; orientadora Ana Maria Loffredo. -- São Paulo, 2015.

148 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Narrativa 3. Temporalidade 4. Trabalho 5. Cultura contemporânea I. Título.

RC504

Nome: MORAES, Débora Ferreira Leite de

Título: O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Luana e Tiago

AGRADECIMENTOS

Ao Tiago, por cada dia compartilhado, por cada gesto de amor, por sua paciência e apoio - obrigada por fazer parte da minha história. À Luana, surpresa mais querida durante esse processo, que ainda no meu ventre, me ensinou sobre a espera e sobre um novo modo de lidar com o tempo. Aos meus pais e à minha irmã, que fazem parte das texturas sensíveis da minha narrativa de vida.

À minha orientadora, Ana Maria Loffredo, pela companhia na longa jornada - que teve início na graduação, passou pelo mestrado e agora se enaltece com o doutorado –, pelos muitos anos de cumplicidade e carinho: obrigada.

À minha analista, Simone, por tantos anos de escuta e por proporcionar um espaço onde o narrar de uma história pode encontrar aconchego.

Aos membros do grupo de orientação, primeiros leitores de trechos deste trabalho. Especialmente agradeço ao Tiago Novaes Lima, pela revisão atenta que fez desta tese.

Aos meus alunos de graduação e de pós-graduação e aos colegas da Fundação Getúlio Vargas, meu franco agradecimento. Em especial, agradeço à Miqueli, à Silvinha, ao Daniel e à Rosa porque aprendi muito sobre sociologia com vocês.

Aos membros da banca agradeço não só a disponibilidade, mas o carinho sincero. Ao Nelson da Silva Junior, por participar, desde o mestrado, do meu trajeto como pesquisadora – seus textos e comentários na qualificação foram de extrema ajuda neste percurso. À Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, pela sensibilidade, generosidade e por todas as indicações no exame de qualificação. À Isleide Arruda Fontenelle, por apostar na minha competência como professora e pesquisadora durante o cotidiano de trabalho na Fundação Getúlio Vargas. À Sylvia Leser, pelas aulas mais que inspiradoras sobre Walter Benjamin e Kafka.

Finalmente e, formalmente, agradeço à CAPES, que financiou parte desta pesquisa.

RESUMO

Moraes, D. F. L. (2015). **O sujeito à deriva**: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tendo como pano de fundo as novas temporalidades do capitalismo flexível, que se assentam nas condições de curto prazo, de volatilidade, de flexibilidade e de impossibilidade de distinguir tempo-trabalho de tempo-livre, o presente estudo pretende destacar a grande dificuldade, para o sujeito, de construir uma narrativa coerente para sua vida, especialmente no campo do trabalho. A incredulidade dos grandes relatos (ou das metanarrativas), a perda da narrativa tradicional e uma espécie de miséria simbólica, abordadas nessa tese, a partir das considerações de Walter Benjamin, Richard Sennett e Sigmund Freud, foram condições sublinhadas como predicados da cultura contemporânea que ensejam consequências do ponto de vista psíquico. As diversas modalidades de sofrimento psíquico na atualidade apontam, em seu conjunto, para grandes dificuldades no plano da simbolização e essa característica nos endereça para o campo do traumático, conforme proposto pela teoria freudiana. Mas se, por um lado, pudemos encontrar condições potencialmente traumáticas a partir dos novos modos de regulação do trabalho na atualidade, por outro, foi possível pensar, como hipótese, que o sujeito – imerso nas novas temporalidades e nas novas regras da cultura organizacional contemporânea, mas ainda ávido por buscar algum sentido na sua relação com o trabalho –, procura por “narrativas emprestadas”, ainda que sejam fragmentadas e empobrecidas em sua dimensão simbólica. As peculiaridades desse comodato foram ponderadas a partir da consideração de alguns elementos do livro *O Monge e o executivo – uma história sobre a essência da liderança servidora*. Pudemos examinar que a literatura prescritiva dos *best-sellers* de autoajuda tem fornecido, no âmbito dessa hipótese de empréstimo, novos modelos para o sujeito, especialmente no que concerne a uma “ideologia de autocriação de si mesmo”. Foi a partir desse contexto, que pudemos chegar à conclusão que o *sujeito à deriva* – expressão cunhada com tanta precisão por Sennett –, está alojado entre a onipotência e o desamparo.

Palavras-chave: Psicanálise. Narrativa. Temporalidade. Trabalho. Cultura Contemporânea.

ABSTRACT

Moraes, D. F. L.(2015). **The man adrift**: a psychoanalytic approach on the loss of narrative in contemporary organizational culture. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

On the context of the new temporality of flexible capitalism, based on short-term conditions, volatility, flexibility and inability to distinguish working time from free-time, this study aims to highlight the enormous challenge for people today, that is, to build a coherent narrative for their lives, especially in the labor area. The unbelief of the grand narratives (or metanarratives), the loss of traditional narrative and a sort of symbolic misery, addressed in this thesis and based on the considerations of Walter Benjamin, Richard Sennett and Sigmund Freud, were conditions underlined as predicates of contemporary culture, thus triggering consequences on psychological scope. The various forms of psychological distress at the present time point, as a whole, to major difficulties in the symbolization; this feature directs us to the traumatic issue, as proposed by Freudian theory. Nevertheless, if we find on one hand potentially traumatic conditions from the new forms of labor regulation at the present time, on the other hand it is possible to hypothesize that today man - immersed in new temporalities and new rules of contemporary organizational culture but still eager to get some direction in their relations with work - search for "borrowed narratives", although fragmented and impoverished in its symbolic dimension. The peculiarities of this loan were considered from some elements of the book *The Servant: A Simple Story about the True Essence of Leadership*. We examine the prescriptive writing of this self-help best-seller literature under that loan hypothesis, new models for the man today, especially regarding a "self-creation ideology." It was from this context that we come to the conclusion that the man adrift - coined so by Sennett - is set between omnipotence and helplessness.

Keywords: Psychoanalysis. Narrative. Temporality. Work. Contemporary Culture.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	13
1. O CAPITALISMO FLEXÍVEL E OS EFEITOS DOS MODOS DE REGULAÇÃO TEMPORAL DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	17
1.1. Tempo é dinheiro!	18
1.2. A financeirização da experiência, o capital humano e a mobilização total	27
1.3. O tempo do curto prazo, a flexibilidade e a falta de futuro	36
1.4. O sujeito à deriva, o sono e o sonho	44
2. A PERDA DA NARRATIVA E A MISÉRIA SIMBÓLICA	55
2.1. Um dueto: Benjamin e Freud	56
2.1.1. O que é contar uma história para Benjamin?	61
2.1.2. O que é contar uma história para Freud?	76
2.2. VOCÊ S/A	88
2.2.1. VOCÊ S/A Jr.	90
2.3. A proliferação dos livros de autoajuda no campo dos negócios	96
2.4. O Monge, o executivo e o leitor	101
2.4.1. Apenas uma leitura: parâmetros e limites metodológicos	101
2.4.2. O discurso pastoral-pedagógico-gerencial	105
2.4.3. Uma narração do destino empobrecida	114
2.5. Novas autoridades e novos ideais	118
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	140

APRESENTAÇÃO

O objetivo de toda boa música é tocar a alma

Claudio Monteverdi

Esta tese está composta tal como uma sonata. A forma-sonata surgiu durante o classicismo, mas está presente até hoje nas composições musicais e é considerada, no campo da música erudita, como um dos arranjos arquitetônicos mais bem edificadas¹. Divide-se em três grandes partes: exposição, desenvolvimento e reexposição. Na exposição, os principais temas do movimento são apresentados, trata-se de exibir o material temático. No desenvolvimento, uma das partes mais elaboradas da sonata, o compositor tem liberdade maior, modula por outras tonalidades, propõe variações rítmicas, reaproveita material da exposição e, eventualmente, introduz um novo tema. O desenvolvimento é o momento central do movimento, onde o drama, a tensão musical e os conflitos acontecem. Finalmente, na terceira parte, o compositor recapitula o material inicial, voltando à tonalidade de origem. Segue, abaixo, o programa desta composição:

PRIMEIRA PARTE (EXPOSIÇÃO): O CAPITALISMO FLEXÍVEL E OS EFEITOS DOS MODOS DE REGULAÇÃO TEMPORAL DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.

1.1. Tempo é dinheiro!

1.2. A financeirização da experiência, o capital humano e a mobilização total

1.3. O tempo do curto prazo, a flexibilidade e a falta de futuro

1.4. O sujeito à deriva, o sono e o sonho

SEGUNDA PARTE (DESENVOLVIMENTO): A PERDA DA NARRATIVA E A MISÉRIA SIMBÓLICA

2.1. Um dueto: Benjamin e Freud

¹ Usarei as referências à música clássica apenas como metáfora para minha construção de texto, mas para o leitor interessado, remeto à: “Guia de música clássica”/editor geral John Burrows com Charles Wiffen; com colaboração de Robert Ainsley [et.al.]; Trad. André Telles.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

2.1.1. O que é contar uma história para Benjamin?

2.1.2. O que é contar uma história para Freud?

2.2. VOCÊ S/A

2.2.1. VOCÊ S/A Jr.

2.3. A proliferação dos livros de autoajuda no campo dos negócios

2.4. O Monge, o executivo e o leitor

2.4.1. Apenas uma leitura: parâmetros e limites metodológicos

2.4.2. O discurso pastoral-pedagógico-gerencial

2.4.3. Uma narração do destino empobrecida

2.5. Novas autoridades e novos ideais

TERCEIRA PARTE (REEXPOSIÇÃO): CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A escrita deste trabalho mistura, em termos metodológicos, alguns ingredientes que precisam ficar explícitos. Uma grande parte da tese é essencialmente teórica e baseada na leitura e análise de textos teóricos. Em razão disso, cabe dizer que o alcance das proposições está articulado à escolha dos autores que compõem a seleção de textos escolhidos para este exercício de investigação; vale considerar também que a leitura destes textos teóricos será feita “conforme as modalidades específicas da escuta psicanalítica [...] a leitura rigorosa se duplica numa escuta indolente, uma leitura flutuante.” (GREEN, 1994, p.16). Ler uma obra, deste ponto de vista, será acessar por meio de indícios uma lógica inaparente, dar atenção aos detalhes, investigar pistas destoantes, sem privilegiar a priori nenhuma parte do enunciado para que a rede de significações seja ampliada e para que o texto possa ser percorrido em todas as direções possíveis. Do ponto de vista metodológico, portanto, podemos nos amparar em Laplanche (1989, p. 1) para dizer que fica evidente uma “tentativa de abordar a própria teoria levando em conta o método analítico, de modo a fazer ranger determinadas articulações e a derivar certos conceitos”. Segundo esse autor, trata-se de uma leitura histórica, problematizante e interpretativa dos textos; trata-se de ler de um modo analítico e “de tornar problemática a doutrina”.

Tendo esse modo de leitura como norteador, na primeira parte desta composição, as considerações serão apresentadas a partir de dois eixos principais: as novas temporalidades na cultura organizacional contemporânea e a dificuldade, para o sujeito, de construir uma narrativa. Na segunda parte, ou seja, no desenvolvimento de nossa forma-sonata, variações destes temas principais trarão à tona o problema de pesquisa e as perguntas desta tese, além das hipóteses decorrentes. As novas regulações temporais, que terão grande espaço na primeira parte, servirão como pano de fundo para destacarmos a perda da narrativa como uma questão central na relação do sujeito com o trabalho² na contemporaneidade.

Como mais um ingrediente metodológico e como forma de arranjo do texto, o leitor desta tese perceberá ao longo do desenvolvimento da escrita da primeira e da

² A etimologia da palavra trabalho, bem como a problemática decorrente da distinção entre trabalho e trabalho alienado, é abordada por Cabral (2015) em sua dissertação de mestrado “Ensaio sobre a preguiça”. Não abordarei essas nuances que envolvem o conceito de trabalho nesta tese, mas endereço o leitor para a pesquisa acima referida.

segunda parte que serão usadas certas ilustrações, tais como, por exemplo, reportagens jornalísticas, informações e depoimentos de alunos e executivos.

De modo a compor este substrato material, será exibida ao final da segunda parte uma apuração dos livros mais vendidos no campo dos negócios nos últimos quatro anos. A literatura de autoajuda, no campo dos negócios e da carreira, apresenta-se no ranking dos *best-sellers* de forma bastante expressiva. Sabemos que o viés prescritivo, em termos das relações do sujeito com o trabalho, não está apenas estampado nos livros, mas também nas revistas de grande circulação comercial. No âmbito restrito deste estudo, não percorrerei todas as publicações de livros e revistas; no lugar disso, selecionei um dos livros mais vendidos nos últimos quatro anos, “O Monge e o executivo”, como obra representativa de uma possível resposta para esta pergunta: o que esses *best-sellers*, mais especificamente aqueles que no campo do trabalho têm teor de autoajuda, oferecem para o sujeito contemporâneo? A partir desta pergunta, será possível articular a primeira e a segunda parte desta tese. A leitura que vou propor do livro “O monge e o executivo” não será, portanto, apenas uma ilustração, mas uma tentativa de compreender os novos ideais no campo do trabalho. Tomando como premissa a perda da narrativa e uma espécie de miséria simbólica, pretendo averiguar se, no campo da carreira, a literatura prescritiva (aqui representada pelos *best-sellers*) tem assumido o lugar de uma espécie de “narrativa emprestada”.

É possível que cheguemos à terceira parte com mais questões do que respostas para as hipóteses apresentadas. Cabe ressaltar, portanto, que ainda que algumas premissas estejam formuladas nesta tese como caminhos específicos para o exercício investigativo, uma das condições metodológicas para uma pesquisa dita psicanalítica é que “não se chegue para a investigação trazendo já alguma resposta [...] a demonstração de um saber prévio, ao estilo de um teorema, não pode ser psicanalítica” (Silva, 1993, p.21). Neste sentido, a análise dos resultados será feita paulatinamente, durante a leitura e releitura dos textos teóricos. Procurar-se-á obter uma matriz teórica que possibilite a investigação das questões propostas. Contudo, a posição de curiosidade e de suspensão, condizente com a postura investigativa assumida pelo psicanalista, será mantida também na análise dos resultados das leituras.

Não tenho a pretensão aqui de alçar o campo propositivo, ou seja, não há a ambição de aventar soluções pragmáticas para os problemas que serão

apresentados. Trata-se de um exercício que pretende, em última instância, contribuir com elementos para um pensamento crítico sobre a cultura contemporânea e, mais especificamente, que almeja fornecer condições para a compreensão das novas modalidades de subjetivação e de sofrimento do sujeito na contemporaneidade. De forma mais específica e esquemática, seguem os objetivos deste trabalho:

- Articular os modos de regulação temporal no trabalho, caracterizados no novo capitalismo pelo curto prazo, pela flexibilidade e pela mobilização total, à dificuldade de construir uma narrativa;
- Examinar, de forma mais específica, a perda da narrativa como uma questão preponderante para compreender as relações do sujeito com o trabalho na contemporaneidade;
- Investigar se o sujeito contemporâneo busca uma espécie de narrativa emprestada, empobrecida em termos simbólicos, na literatura prescritiva oferecida pelos *best-sellers*.

“Ah”, disse o rato, “o mundo torna-se cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes, mas essas longas paredes convergem tão depressa uma para a outra, que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para a qual eu corro”. – “Você só precisa mudar de direção”, disse o gato e devorou-o.

Franz Kafka

PRIMEIRA PARTE: O CAPITALISMO FLEXÍVEL E OS EFEITOS DOS MODOS DE REGULAÇÃO TEMPORAL DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.

Aos novos modos de regulação temporal, na cultura organizacional contemporânea, podemos articular a dissolução das metanarrativas e o empobrecimento das narrativas³ individuais. Não se trata necessariamente de uma relação causal entre esses elementos e sim de uma articulação entre eixos que parecem caracterizar aspectos importantes (não únicos) da contemporaneidade. Abordarei na segunda parte os desdobramentos desses eixos, levando em consideração principalmente o aporte teórico da psicanálise. Neste momento, contudo, recorro ao campo da sociologia para caracterizar os novos modos de regulação temporal do trabalho no regime de acumulação flexível⁴.

Em termos de temporalidades, três são os aspectos principais que serão abordados como característicos do novo capitalismo e que, mais adiante, encontrarão espaço para a articulação com a questão da narrativa: o tempo de curto prazo e a instantaneidade como condição de trabalho; a flexibilidade e a efemeridade que, nos impondo uma renovação constante, não nos permite construir uma história coerente para nossas carreiras e nem tampouco nos proporciona um projeto de futuro; por último, mas não menos importante, a não-distinção (mesmo que ilusória) entre o tempo de vida e o tempo de trabalho na condição de mobilização total em que nos encontramos atualmente.

É sabido que a notação do tempo de trabalho, embora preceda a modernidade, se coroa, em termos de controle social, nas sociedades industriais, quando o tempo passa não só a ser contado, mas também rentabilizado⁵. Tal condição de rentabilização do tempo servirá como preâmbulo desta primeira parte porque o que interessa, para este estudo, não é a regulação temporal da sociedade

³As metanarrativas serão abordadas na segunda parte desta tese, diante de algumas considerações de Lyotard (2013). Além disso, usaremos apontamentos freudianos sobre a *Weltanschauung* (1933/2010). No que concerne as narrativas individuais, considerações de Benjamin (1933; 1936) e Sennett (2012) também ajudarão a compor o nosso arcabouço teórico. Não cabe aqui, portanto, definir o que é metanarrativa e narrativa individual já que na segunda parte desta tese abordaremos justamente essa questão.

⁴ Usarei no decorrer desta tese nomenclaturas diversas para a versão atual do capitalismo; os termos remetem a diferentes autores em cujas obras apoio minhas considerações: Harvey (1989) usa a terminologia “acumulação flexível” para caracterizar o período pós-fordista, Sennett (2012) chama de novo capitalismo, Crary (2014) de capitalismo tardio.

⁵ Diversos autores abordam a questão da rentabilização do tempo como elemento importante nas sociedades industriais. Podemos citar Thompson (1998) e Harvey (1989) como expoentes neste campo.

industrial, mas essencialmente as mudanças que ocorreram a partir da década de 1970 e que culminaram no regime de acumulação flexível ou novo capitalismo.

1.1. Tempo é dinheiro!

O capitalismo é o senhor do tempo. Mas tempo não é dinheiro.
Isso é uma brutalidade. O tempo é o tecido de nossas vidas.

Antônio Candido

A organização do tempo em calendários, relógios ou símbolos essencialmente numéricos é característica do processo civilizatório (ELIAS, 1998), e isto quer dizer que a apropriação do tempo por meio de instrumentos de mensuração padronizados evidencia o potencial coercitivo dos modos de regulação temporal em diferentes contextos sociais. A padronização do tempo, visível tanto nos ponteiros do relógio⁶ quanto nos calendários como reguladores sociais e como meio para a autodisciplina, nos faz pensar que “por intermédio do relógio, é uma espécie de mensagem que um grupo humano dirige a cada um de seus membros individuais” (p.16).

Mas Thompson (1998) aponta que a relação entre o tempo e o trabalho foi atravessada pela notação temporal mesmo antes do intermédio do relógio⁷. Os camponeses e artesãos também se valiam da relação com o tempo para dimensionar seu trabalho, embora o símbolo numérico não regulasse suas atividades. A diferença fundamental é que no contexto de trabalho do camponês, do pescador ou do artesão, os ritmos eram ditados pela necessidade daquela determinada tarefa e pela condição cíclica imposta pela natureza. Esse modo de orientação temporal, que se fundava na tarefa, nos ciclos naturais e na obrigação de cumprimento de determinado trabalho por uma necessidade coletiva, parece-nos “mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado” (THOMPSON, 1998, p. 271). É verdade, portanto, que a regulação temporal do trabalho prescinde do mecanismo do relógio e dos calendários, mas também é

⁶ Remeto o leitor interessado na evolução da precisão dos relógios para a descrição feita por Thompson (1998, p. 275-280).

⁷ Ilustrações de notações temporais do trabalho, que não correspondem à nossa noção moderna do tempo/trabalho, podem ser encontradas nos estudos de Bourdieu (1963) sobre as atitudes dos camponeses em relação ao tempo na Argélia ou nas observações de Sygne (1907) sobre a ilha Aran.

visível que a padronização instituída pelos símbolos numéricos transferiu valor mensurável ao tempo.

Elias (1998) ressalta que ainda que a vida tenha sempre seguido o mesmo curso, independentemente da nossa vontade, “a ordenação desse processo, sob a forma do correr dos anos, só se tornou possível a partir do momento em que os homens desenvolveram, para suas próprias necessidades, o símbolo regulador do ano” (p. 21). O calendário ilustra essa representação simbólica que corresponde a uma repetição regular, homogênea e linear de anos, meses, semanas e dias. Trata-se de uma padronização do tempo como regulador social e como autodisciplina. A apropriação desse potencial ideológico do tempo é ressaltada por Augé (2012):

o domínio do calendário foi uma das formas mais eficazes do controle religioso e/ou político exercido sobre as sociedades, pois o tempo, dado imediato da consciência, aparecia simultaneamente, como um dos componentes essenciais da natureza e como instrumento privilegiado para compreendê-la e dominá-la. Os poderes religiosos e políticos sempre se serviram do tempo para dar à cultura a aparente evidência de fato natural. (AUGÉ, 2012, p. 9).

Do tempo religioso - do bater dos sinos aos calendários cristãos que passaram a organizar o cotidiano de trabalho e descanso -, até o tempo propriamente dos comerciantes, fica evidente que submeter o tempo à medição trará elementos concretos para o controle do tempo e, portanto, para usar da experiência temporal como regulador do trabalho. A medição do tempo, instituída pelo relógio e pelos calendários, dará subsídios tangíveis para a quantificação e rentabilização do tempo nas sociedades industriais⁸:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: *o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.* (THOMPSON, 1998, p. 272, grifos nossos).

Ora, a administração do tempo da mão de obra é característica da sociedade industrial. O trabalho nas fábricas se regulou, além de outras coisas, por uma ordenação temporal que controlava o trabalhador em termos de disciplina. A

⁸ Vale dizer que a contratação de mão de obra, mesmo no âmbito da agricultura, é precursora do que será reificado pela industrialização em termos de contabilização do tempo. Ainda na “metade do século XVII, os fazendeiros ricos calculavam as suas expectativas da mão de obra contratada em ‘dias de trabalho’” (THOMPSON, 1998, p. 272).

especialização das atividades de produção, a fragmentação do trabalho e o controle dos movimentos pregados por Taylor⁹ não poderiam ser pensadas sem a mensuração do tempo e sem a relação entre tempo e produtividade.

Cabe lembrar aqui que não tenho como foco inventariar as diversas formas de coerção implicadas no controle do tempo nas linhas de montagem, já que vou privilegiar a regulação temporal no trabalho conforme tem sido experimentada na contemporaneidade. Contudo, é válido pensar que a autodisciplina determinada pela relação tempo/trabalho/produtividade aparece como uma novidade para o trabalhador que estava acostumado a ditar seu próprio ritmo de trabalho artesanal, ou seja, a sincronização do trabalho fabril exigiu uma grande atenção ao tempo enquanto modo de regulação do trabalho dos operários. Em última instância, sem a mediação e medição do tempo, não se poderia organizar o trabalho nas fábricas.

Para Taylor, deveríamos, como condição para uma administração científica do trabalho fabril, “estudar, com o cronômetro de parada automática, o tempo exigido para cada um destes movimentos elementares e então escolher os meios mais rápidos de realizar as fases do trabalho” (TAYLOR, 1990, p. 86). O ritmo do trabalho ditado pelo cronômetro no início do taylorismo cede lugar ao ritmo imposto pelas próprias máquinas e pela linha de montagem¹⁰. Mas podemos afirmar que a lógica do tempo métrico de Taylor dá o tom da modernidade. De qualquer forma, sendo por meio do cronômetro, do relógio de ponto ou da rotina de trabalho, trata-se de um “grau relativamente elevado de autodisciplina, em relação ao tempo social, que caracteriza os homens dos Estados industriais avançados.” (ELIAS, 1998, p. 23).

A autodisciplina foi condição necessária para o trabalho fabril e a medição do tempo passou a ser rentabilizada na organização moderna do trabalho. Para Harvey (1989), “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social” (p. 207). Vale lembrar que em 1914, Ford introduziu, na fábrica de carros de Michigan, uma relação específica entre tempo de trabalho e dinheiro: o dia de trabalho de 8 horas teria

⁹ Os preceitos tayloristas podem ser encontrados em seu livro “Os princípios da Administração Científica” (1990).

¹⁰ Dois filmes podem evidenciar o novo ritmo imposto pela industrialização: Em “Tempos Modernos” (1936), Charles Chaplin exibe com maestria a relação tempo/trabalho nas linhas de montagem. O filme de Vertov, “O Homem com uma câmera” (1929), que foi um marco na história do cinema, nos ajuda também a entender o ritmo da modernidade por meio não só das imagens, mas da trilha sonora e das sensações que produz no espectador.

como recompensa monetária o valor de 5 dólares. Não é à toa que desde então, vivemos sob a máxima instituída pelo regime do capital: “Tempo é dinheiro!”

A exatidão temporal instituída pelos relógios de ponto, que determinam o tempo de trabalho versus o tempo de lazer, é também ilustrativa desta relação do sujeito moderno como o trabalho e com o tempo. Birman (1999), que se vale do campo da psicanálise para refletir sobre o assunto, aponta que o tempo na modernidade passa a ser concebido por meio de duas condições: a quantificação e a rentabilização. É assim que “o tempo entra no registro da quantificação e se transforma em um operador fundamental dos processos sociais de produção” (p. 267). O tempo humano, a partir do capitalismo, passa a ser contado em dinheiro e esta condição específica, de rentabilização, aponta para novas relações coercitivas exercidas pelo controle do tempo. Institui-se, para o sujeito, “as representações sobre o ‘ganhar’ e o ‘perder tempo’ que revelam de forma eloquente a quantificação e a rentabilização econômica da experiência temporal” (p. 267). Trata-se de uma extração sistemática do tempo que não permite ao sujeito uma experiência livre de seu tempo de vida. Para Adorno (1995) a condição de não-liberdade é presente inclusive no que chamamos, paradoxalmente, de “tempo livre” conforme veremos a seguir.

Referindo-se à sociedade industrial, Adorno esclarece, logo no início de seu artigo *Tempo livre* (1995), que só podemos falar de tempo livre na relação com seu oposto, ou seja, só há tempo livre na relação com o tempo preenchido pelo trabalho e essa oposição confere traços essenciais ao que concebemos como tempo livre. Para além da oposição, é como se o tempo livre seguisse o trabalho como sua sombra. A metáfora é proposta pelo autor e, para o leitor desavisado, poderia passar despercebida no meio do texto, mas não poderia ter sido cunhada com maior precisão. Uma sombra é uma projeção a partir de um objeto e não pode existir sem ele. Ainda que seja por si só outra imagem, a sombra revela, no seu formato e nas suas curvas, a imagem que lhe deu origem, ou seja, conserva características específicas do objeto. Considerando o objeto como sendo o tempo trabalho e a sombra como o tempo livre, podemos compreender que o tempo livre será delineado com o mesmo formato que o objeto que o originou (ainda que isso seja velado por meio de uma tentativa de manter uma oposição entre lazer e trabalho); além disso, podemos, de antemão, desconfiar do adjetivo *livre*, já que uma sombra nunca será livre do seu objeto, mas acorrentada a ele.

De acordo com Adorno (1995), “deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho [...] Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias ao trabalho” (p. 73). O subterfúgio do contrabando transporta para o tempo livre as condições de autodisciplina do trabalho sob a aparência de liberdade. A autodisciplina como *habitus* sociais continua presente porque foi internalizada pelo sujeito. Benjamin, em seu artigo *Sobre alguns temas em Baudelaire*, concorda com essa hipótese de Adorno quando menciona o Lunapark:

O que o Lunapark realiza com seus brinquedos oscilantes, giratórios e diversões similares não é senão uma amostra do condicionamento a que se encontra submetido o operário não-especializado na fábrica (uma amostra que lhe substituirá por vezes toda uma programação, pois a arte do cômico, na qual o homem do povo se permitia ser iniciado no Lunapark, prosperava nos períodos de desocupação). (BENJAMIN, 1994, p. 126).

Um dos paradoxos do termo “tempo livre” está justamente atrelado à condição de não-liberdade deste tempo que não é preenchido pelo trabalho. Como se fosse uma extensão da não-liberdade das condições de trabalho, o tempo livre continua a manter comportamentos próprios ao trabalho fabril, de maneira que o condicionamento da fábrica parece também estar presente no aproveitamento “voluntário” do tempo livre.

No conceito de *hobby*, por exemplo, está incutida a necessidade de se ter uma ocupação durante o tempo livre, uma atividade produtiva, coisificada que, de preferência, contraponha-se ou se distancie ilusoriamente do cotidiano do trabalho. Nas palavras de Adorno:

O trabalho foi coisificado, então a palavra ‘hobby’ conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre. (ADORNO, 1995, p. 72).

Os esportes constituem outro campo privilegiado para os estudos sobre o tempo livre considerando que as pessoas, sem se darem conta, condicionam mais uma vez os comportamentos que lhes serão exigidos no ambiente de trabalho. O adestramento do movimento, dos gestos e do corpo, de uma forma geral, é condição necessária para as atividades do operário na fábrica e também no esporte. Benjamin (1994), referindo-se a Marx, vai nos conduzir neste sentido a uma “uniformidade da

indumentária, do comportamento e, não menos importante, a uniformidade dos gestos” (p.125). Nas linhas de montagem o operário era obrigado a adestrar seu movimento de acordo com a esteira, ou seja, o próprio movimento deveria se tornar um movimento uniforme, autodisciplinado. A disciplina do corpo e o ritmo no esporte (sem mencionar as condições de competitividade e agressividade exigidas pela cultura organizacional contemporânea) se apresentam, precisamente, como prolongamentos do trabalho,

mediante a funcionalização do corpo no ‘team’, que se realiza precisamente nos esportes prediletos, as pessoas adestram-se sem sabê-lo para formas de comportamento mais ou menos sublimadas que delas se espera no processo de trabalho. [...] ‘Fitness’ para o trabalho é contudo uma das finalidades secretas do esporte. (ADORNO, 1995, p. 79).

Outra ilustração exemplar é a noção de férias, onde fica manifesta a oposição aparente entre tempo trabalho e tempo livre. Nas férias e feriados fica também visível o paradoxo entre a condição de liberdade e não-liberdade presentes no conceito de tempo livre: há a necessidade de se *aproveitar o tempo* nas férias, como se tivéssemos que produzir resultados específicos durante nossas “folgas” do trabalho. Com referência à sociedade contemporânea, a psicanalista Kehl é taxativa:

atividades de lazer, marcadas pela compulsão incansável de produzir resultados, comprovações, efeitos de diversão, que tornam a experiência do tempo de lazer tão cansativa e vazia quanto a do tempo da produção. *Nada causa tanto escândalo, em nosso tempo, quanto o tempo vazio. É preciso “aproveitar” o tempo, fazer render a vida, sem preguiça e sem descanso.* (KEHL, 2009, p. 125, grifos nossos).

Fica aparente, mais uma vez a condição de rentabilização econômica da nossa experiência temporal a partir da modernidade. Adorno (1995), por meio de um tom sarcástico comenta: “Quando um funcionário retorna de férias sem ter obtido a cor obrigatória [bronzeado], pode estar certo de que os colegas perguntarão mordazes: ‘Mas estavas de férias?’” (p. 75). A naturalidade desse tipo de pergunta camufla também os negócios do tempo livre. “A própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio; o que elas querem lhes é mais uma vez imposto [...] *as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem*” (p.74, grifos nossos).

Podemos articular essa consideração de Adorno ao conceito de *ilusão* consagrado por Freud (1927/2010) em *O futuro de uma ilusão*, texto no qual o autor

afirma que o ser humano, quando adulto, sente-se desamparado frente às forças da Natureza e do Destino¹¹ e que esse desamparo remete ao desamparo infantil: “tal situação não é nova, ela tem um modelo infantil; é, na realidade, apenas uma continuação daquela anterior, pois o indivíduo já se encontrou assim desamparado: quando pequeno, perante o pai e a mãe” (FREUD, 1927/2010, p. 249).

Desde o início das considerações freudianas sobre o desamparo¹², no texto *Projeto para uma psicologia científica* (1950[1895]/1996), fica marcada a importância da alteridade na constituição psíquica em sua articulação com a precariedade biológica da condição do nascimento do ser humano. É assim que se destaca a noção de *ação específica*:

Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, importantíssima função secundária da *comunicação*, e o *desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais*.¹³ [...] a totalidade do evento constitui então a experiência de satisfação, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo. (FREUD, 1950 [1895]/1996, p. 370, grifos nossos).

É a abertura para a alteridade, que o estado de desamparo originário promove desde o nascimento – precisamos do *outro* para satisfazer nossas necessidades vitais e para nomear o intenso fluxo pulsional que não conseguimos lidar –, que constitui o valor fundamental do desamparo como talvez o “lugar vazio do fiador último da história simbólica pessoal e da humanidade” (PEREIRA, 1999, p. 127).

Ainda no que diz respeito a esse estado de desamparo infantil, em sua *Conferência XXV - A angústia* (1917/2010), Freud afirma que o ato do nascimento é a origem e o protótipo do afeto de angústia:

No caso do afeto de angústia, acreditamos saber que impressão precoce ele repete. Acreditamos que se trata do *ato do nascimento*, no qual se dá aquele agrupamento de sensações de desprazer, impulsos de descarga e sensações corporais que se tornou para nós o modelo do efeito gerado por um perigo de vida e que, desde então, repetimos sob a forma do estado de angústia. (FREUD, 1917/2010, p. 524, grifos do autor).

¹¹ Cabe dizer que, do ponto de vista psicanalítico, estamos nos referindo ao destino trágico e inexorável da condição humana: a morte.

¹² Ainda que não seja assunto específico deste estudo, mais adiante voltaremos a mencionar o desamparo, articulado a outros elementos pertinentes à metapsicologia freudiana.

¹³ Retomaremos a essa consideração na segunda parte deste estudo em face à noção de supereu.

Esta angústia originária e prototípica, experimentada como um transbordamento pulsional, poderia ser considerada como uma espécie de “angústia mítica”, sem objeto, que estaria ligada ao estado de desamparo originário. A constatação de que essa “angústia mítica” não estaria ligada a qualquer objeto, mas essencialmente vinculada ao estado de desamparo originário é autenticada por Freud, no texto *Inibição, sintoma e angústia* (1926/2010), quando o autor delinea com mais precisão a diferença entre o nascimento e a falta da mãe:

A situação traumática de sentir falta da mãe difere num ponto decisivo da situação traumática de nascimento. Neste não havia objeto que pudesse fazer falta. A angústia era a única reação a ocorrer. Desde então, repetidas situações de satisfação criaram o objeto que é a mãe, que, surgindo na criança uma necessidade, recebe um investimento intenso, que pode ser denominado “anseio” [...] a dor é reação propriamente dita à perda do objeto, e a angústia, ao perigo que essa perda traz consigo. (p. 121, grifos nossos).

Se o nascimento é a primeira situação de perigo, ao longo da vida os perigos se transformam: a perda da mãe, a perda do pênis, a perda do amor do objeto e a perda do amor do supereu; contudo, vale dizer que essas situações possuem um denominador comum: a ameaça do surgimento de uma situação traumática¹⁴. Como esclarece Loffredo (2011) a partir da teorização presente na obra freudiana:

a definição de situação traumática articula-se à conceituação de desamparo e se reporta a um acúmulo de excitação, proveniente de fontes endógenas ou exógenas, que deixam o eu completamente fora de controle, situação propícia à irrupção de uma descarga denominada angústia automática ou econômica. (p. 57).

Ainda de acordo com essa autora: “a angústia automática se refere à primeira experiência de angústia vivenciada pelo sujeito e o estado afetivo ansioso surgirá, posteriormente, pelo reinvestimento da imagem mnêmica dessa experiência primitiva” (LOFFREDO, 2014, p. 333).

Voltaremos a essa questão mais adiante. Por enquanto, cabe enfatizar que “o registro psíquico do desamparo é algo da ordem *originária*, marcando a subjetividade humana para todo o sempre, de maneira indelével e insofismável” (BIRMAN, 1999, p. 37, grifo do autor). É nesse sentido que podemos afirmar que a

¹⁴ Na segunda parte da tese, abordarei alguns elementos que concernem ao campo do traumático em suas articulações com os propósitos desta tese. Para este momento é suficiente mencionar, do ponto de vista da economia psíquica, a articulação estreita entre as conceituações de desamparo e de situação traumática.

fragilidade humana, a finitude, a mortalidade e a relação com o outro marcam permanentemente o sujeito.

Ora, é justamente dessa fragilidade e finitude que Freud fala em seu artigo *O futuro de uma ilusão* (1927/2010), voltando, portanto, às suas concepções acerca da problemática do desamparo. Diante da sensação de desamparo frente às forças da Natureza e do Destino experimentada pelo adulto, que remetem ao estado de desamparo infantil, o sujeito, que outrora elegeu o pai para sua necessidade de proteção, agora substitui a figura paterna por Deus: um pai bem mais poderoso que oferece, mesmo que ilusoriamente, o amparo ansiado. Sabemos que a religião é o tema central desse texto freudiano, mas tendo Freud “percebido como ilusões as doutrinas religiosas, imediatamente deparamos com mais uma questão: não seriam de natureza semelhante outros bens culturais que temos em alta conta e pelos quais regemos nossas vidas?” (FREUD, 1927/2010, p. 271).

A pergunta é lançada por Freud e considero que encontra ressonância nas considerações feitas por Adorno (1995) e Benjamin (1994) sobre as condições da modernidade. Quando Adorno diz que o que as pessoas mais querem (desejam) é-lhes mais uma vez imposto, está justamente apontando para a força do desejo como potencial para a criação de uma ilusão, e consequentemente, de uma ideologia¹⁵. O que caracteriza a ilusão é, de acordo com a concepção freudiana, o fato de que deriva de um desejo humano e sua força reside justamente nesse aspecto. Nas palavras do autor: “chamamos uma crença de ilusão quando em sua motivação prevalece a realização de desejo, e nisso não consideramos seus laços com a realidade, assim como a própria ilusão dispensa a comprovação” (FREUD, 1927/2010, p. 268). Nesse caso, talvez a própria “liberdade” do tempo livre poderia ser vista como uma ilusão: “as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem”. Os deuses podem ter mudado, mas o mecanismo subjacente é o mesmo.

No que concerne às novas modalidades de regulação temporal do trabalho no regime de acumulação flexível, Sennett (2012) usa o predicado da ilusão também como caracterizador das experiências contemporâneas de trabalho. Ele argumenta

¹⁵ A dupla determinação da ideologia não é tema deste trabalho, ainda assim é válido mencionar que este assunto se constitui como terreno fértil para uma articulação entre Freud e Adorno. Remeto o leitor interessado para o livro *Mal-estar na modernidade*, de Sergio Paulo Rouanet (1993). Destaco, além disso, neste campo de interlocução, o artigo de Mauricio Rodrigues de Souza (2011) “O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate”.

que o ambiente de trabalho atual – com ênfase nos trabalhos de curto prazo, nos riscos e na flexibilidade – embora se mascare *sob a aparência de uma maior liberdade* para o sujeito, não permite que as pessoas desenvolvam experiências¹⁶ e isso impede a construção de uma narrativa para suas vidas.

1.2. A financeirização da experiência, o capital humano e a mobilização total

Mas logo deixei de me interrogar, porque tinha a impressão de estar em terreno conhecido. Sim, já perscrutara com aquela inquietação inúmeros objetos, já tentara – inutilmente – pensar em algo acerca deles: e já sentira suas qualidades frias e inertes se esquivando, escorregando entre meus dedos.

Jean-Paul Sartre

A ilusão que nos enreda no mundo atual é sutil e se traveste com argumentos tão pragmaticamente articulados que ficamos, na maior parte das vezes, seduzidos. Sob a ilusão e os novos ideais, entretanto, a lógica que opera é a de uma nova versão do capitalismo, que não está mais baseado na rigidez dos tempos fordistas, mas na flexibilidade. Em termos de organização temporal do trabalho, cabem exemplos¹⁷ antes de nos enredarmos nas teorias que discutem os novos modos de regulação temporal do trabalho e suas consequências. Abro parênteses.

O mercado financeiro (especialmente na área de investimentos) tem se apresentado como uma das escolhas de grande parte dos alunos de graduação da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e, na ponta da língua, a resposta é unânime: “quero ficar rico, logo!”; “mas não se preocupe, professora, vou trabalhar por cinco ou dez anos, no máximo, até juntar bastante dinheiro, depois saio”. As

¹⁶ Na subseção 2.1.1, o leitor encontrará a definição de experiência tal como concebida por Benjamin e tal como utilizada neste estudo.

¹⁷ Como método de composição deste texto, conforme enunciei anteriormente, usarei alguns exemplos que servirão de ilustração, tais como trechos de conversas que tive com alunos do curso de graduação e especialização da Fundação Getúlio Vargas -SP onde trabalho como professora desde 2013. Cabe mencionar que as disciplinas lecionadas (“Psicologia ” e “Ética e sociedade”) propõem justamente um pensamento crítico sobre as condições de trabalho atualmente vivenciadas no campo empresarial. A metodologia em sala de aula, em conjunto com o conteúdo teórico a que me reporto, promovem uma reflexão sobre o cotidiano e os alunos sentem-se provocados a pensar sobre o assunto. Pretendo usar esses fragmentos de histórias e as perguntas que os alunos me fazem como forma de trazer uma iluminação necessária para a discussão teórica que será feita nesta seção. Para destacar esses trechos abrirei parênteses e usarei aspas para citar as falas dos alunos.

justificativas revelam a pressa e a condição de curto prazo como modos de regulação temporal de jovens que não ficarão mais do que cinco anos¹⁸ em uma mesma empresa, seja por sua própria escolha ou não. Também poderiam servir de exemplo para o imediatismo da cultura contemporânea e a dificuldade no adiamento da satisfação. Mas para além dessas constatações óbvias, a preocupação em justificar-se para a professora de psicologia é outra: os alunos sabem, embora não se empenhem em desvelar a ilusão, que são duras as condições de trabalho no mercado financeiro e que as consequências nem sempre são benéficas. Ganham bem, sem dúvida – e talvez aqui esteja o pragmatismo das racionalizações que usam como mecanismo de defesa para o sofrimento¹⁹ neste tipo de trabalho –, mas o custo desta escolha não entra na contabilidade do “quero ficar rico, logo”.

Um ex-aluno, contando sua experiência, é taxativo: “não vemos a luz do sol”; “há uma brincadeira, neste meio, quando perguntamos para nossos colegas sobre nosso horário de trabalho: você vai trabalhar das ‘9h a...’”. “Semanas inteiras das 9h às 5h30 do dia seguinte” é a afirmação de outro aluno que, durante uma aula de psicologia, resolveu dar exemplos sobre como entendia o conceito de mobilização total.

Certa vez outro estudante me trouxe uma reportagem e em tom de desespero, muito provavelmente por ter se identificado com a história, me disse: “Professora, li esta matéria e me lembrei da sua aula, mas você acha que isso é verdade?”. Tratava-se do caso de Moritz Erhardt, jovem alemão de 21 anos, estagiário do Bank of America-Merrill Lynch, que morreu após 72 horas seguidas de trabalho. Esse caso virou manchete internacional em agosto de 2013. No mesmo mês, outra manchete, com menor repercussão na mídia (GOLDSMITH, 2013; BAGHDJIAN; COPLEY, 2013): Pierre Wauthier, CFO²⁰ da Zurich, cometeu suicídio e deixou uma nota mencionando a sobrecarga e a pressão sofrida na seguradora como causa de sua morte. Não se tratava, portanto, apenas do início da carreira, da

¹⁸ A pesquisa de Albuquerque (2008) analisa a elevada rotatividade como uma característica do comportamento dos jovens no mercado de trabalho.

¹⁹ Embora reconheçamos a forte presença do autor C. Dejours no âmbito das discussões que envolvem o sofrimento no trabalho, optamos, nesta tese, por uma abordagem estritamente freudiana naquilo que corresponde às texturas do sofrimento psíquico. De qualquer modo, cabe destacar, como referência para uma discussão interessante sobre a dinâmica entre sofrimento e mecanismos de defesa, os capítulos 4 e 5 do livro DEJOURS, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do Trabalho**. 3a ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Fio Cruz e Brasília: Paralelo 15, 2011.

²⁰ A sigla, que foi emprestada do inglês - CFO (*Chief Financial Officer*) -, corresponde ao cargo de diretor financeiro de uma empresa.

sobrecarga atribuída ao estagiário e do medo do meu aluno; no caso da empresa suíça, o trabalhador estava no auge, no cargo mais alto que se pode ocupar na área financeira.

O que sabemos é que “o tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder” (SENNETT, 2012, p.69). Sob uma aparência de maior liberdade, pelo menos no que concerne à rotina de trabalho, o controle é feito pelo estabelecimento de metas ou pela ameaça, sempre à espreita, de descarte. À ameaça de demissão soma-se a sensação de estar sendo testado o tempo todo, seja por meio das avaliações de desempenho formais, seja na conversa no corredor ou na festa de final de ano da empresa. Para Sennett (2012) as regras não são claras e em situações como essas, cujas evidências não são palpáveis, as pessoas concentram-se em “Como o chefe dá bom-dia de manhã, quem foi convidado apenas para tomar uns drinques no lançamento da vodca limão e quem para o jantar depois” (p. 93).

No que concerne ao estabelecimento de metas, a abolição gradativa do salário cede lugar à remuneração variável por metas atingidas. Não sem razão, o trabalhador já não se importa mais em “bater o ponto”, mas em trazer resultados e isso flexibiliza os horários por um lado e adiciona sobrecarga de trabalho por outro. A sobrecarga como sintoma pode nos revelar muito sobre o que há por baixo do tapete. Na literatura médica, já há uma síndrome específica que tem como uma das causas a sobrecarga de trabalho e o esgotamento profissional: a “síndrome de Burnout”, distúrbio psíquico descrito já em 1974 pelo médico Americano Freudenberger, está registrado no Grupo V da CID-10/Z73.0²¹. Já sabemos que o rei está nu, mas cabe pensar qual sua nova roupagem na sociedade contemporânea.

Como mais um exemplo, podemos pensar na prática de *home office*, cada vez mais comum nas organizações. O controle que era feito “cara a cara” tem sido substituído pelo controle eletrônico e remoto. Para que os trabalhadores não abusem da “liberdade” do trabalho em casa, as empresas criaram mecanismos de regulação: estabelecimento de uma intra-rede para monitorar o trabalhador ausente, e-mails e telefonemas frequentes para o controle das tarefas e metas cada vez menos alcançáveis. “A ‘lógica métrica’ do tempo de Daniel Bell passou do relógio de ponto para a tela do computador” (SENNETT, 2012, p. 68). A questão crucial é que

²¹ Sobre a síndrome de Burnout remeto o leitor ao artigo de Trigo et al. (2007). Não é objetivo desse trabalho a descrição do conjunto de sintomas comumente chamado de estafa ou de esgotamento profissional. Por não ser parte do interesse específico deste estudo, não pretendo acessar a literatura médica ou psicopatológica que trata do assunto.

a remuneração está atrelada ao cumprimento de metas e as metas impossíveis geram sobrecarga e um trabalho contínuo, muitas vezes sem descanso. Ainda assim, o trabalhador julga como privilégio o “home office” considerando a “liberdade” de trabalhar em casa e de escolher os próprios horários. Lembremos aqui da consideração de Adorno (1995, p. 74): “as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem”. Fecho parênteses.

É evidente que os novos modos de regulação temporal do trabalho não dependem mais do trabalho com horário marcado ou do relógio de ponto. A servidão é voluntária²² e a mobilização total é condição permanente diante da não permanência e da falta de perspectiva de futuro que ameaça os trabalhadores na cultura contemporânea. A distinção entre o tempo livre e o tempo trabalho, aludida por Adorno como ilusão, perde o sentido diante das 72 horas de trabalho que culminaram com o falecimento de Moritz Erhardt ou do trabalho “das 9 a...”. Também perde o sentido a divisão de trabalho que Adam Smith imaginou na fábrica de alfinetes já que a sobrecarga imposta a pequenos grupos de trabalho ou de indivíduos isolados tais como Pierre Wauthier, diretor financeiro da Zurich, é uma característica frequente da organização do trabalho nos dias de hoje – cabe pensar que a imposição não é feita de fora, mas muitas vezes assumida numa espécie de autoexploração. Neste ponto gostaria de explicitar outros elementos que se articulam com as ilustrações expostas anteriormente.

O trabalho da fábrica de alfinetes de Adam Smith ou das linhas de montagem de Taylor e do relógio de ponto de Bell, que se fundava em um modo de produção industrial, mensurável em unidades de mercadorias por tempo de trabalho, vem sendo substituído por outro modo de produção de riqueza, muito mais difícil de ser mensurado pelos padrões clássicos de medida. Trata-se de um modo de produção de riqueza da ordem do imaterial, do intangível (GORZ, 2005). Uma cadeira, hoje, vale certamente pela matéria-prima que a compõe, pela eletricidade gasta e pelo número de trabalhadores da fábrica; entretanto, a produção de riqueza está atrelada ao conhecimento nela embutido, ao design, eventualmente na assinatura exclusiva daquele produto. O conhecimento (*know how*), de ordem intangível, é o que vai

²² Rinaldi (2001) se vale do conceito de “servidão voluntária”, elaborado por Etienne De La Boétie no séc. XVI, em um artigo que pretende realizar uma reflexão sobre a subjetividade hoje. Menezes (2005) articula o tema da servidão contemporânea aos conceitos freudianos de desamparo e masoquismo. Voltaremos às questões que se sobrepõem neste campo, do ponto de vista psicanalítico, ao final desta tese diante de uma rede conceitual que envolverá também as noções de supereu e de identificação.

definir o preço de um avião, por exemplo, muito mais do que os custos tangíveis de sua produção. Se na modernidade o modo de produção artesanal cedeu lugar ao modo de produção industrial, hoje podemos dizer que estamos na transição para um novo modelo de produção de riqueza e de mensuração de valor.

Exemplos do ramo da tecnologia tornam a questão ainda mais evidente. A métrica taylorista não funciona mais se pensarmos em como medir o valor de produção de um software. O valor de *re-produção* da mercadoria-software tende a zero considerando que um programa de computador pode ser reproduzido pelo compartilhamento via internet ou por meio de um CD. Mas como medir o custo de produção? O valor do conhecimento, da ideia daquele software – daquilo que é intangível –, quanto custa? Como capitalizar o conhecimento que está embutido, embora não aparente, na mercadoria que se tenta vender? Como remunerar esse conhecimento? De acordo com Gorz (2005) a nova versão do capitalismo passa por uma crise do conceito de valor. O uso de patentes e de restrições de uso tem sido um caminho utilizado pelas empresas, mas a questão permanece porque estamos diante de um fator de produção da ordem do intangível e que depende, essencialmente, das pessoas.

O que podemos afirmar é que o novo modo de se produzir riqueza nos leva a uma nova variante do capitalismo “centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’” (GORZ, 2005, p.15). Isso não quer dizer que não existam fábricas operando, atualmente, nos moldes do filme *Tempos Modernos*²³; também não quer dizer que o modo de produção industrial tenha deixado de existir nem tampouco deixou de existir o modo de produção artesanal²⁴, mas a forma de produzir riqueza na era que tem sido nomeada como “era do conhecimento” ou “era da informação”, tem se apoiado neste novo formato em que, de um lado temos o investidor de capital

²³ Vale reforçar aqui que a produção é geralmente externalizada pelas grandes empresas. Cabem dois exemplos: a Apple e a Nike possuem a produção terceirizada em países subdesenvolvidos. Suas fábricas ficaram conhecidas como *sweatshops*: termo usado no campo empresarial que remete às condições precárias de trabalho, análogas à escravidão. Os casos de suicídios de trabalhadores da Foxconn (fábrica da Apple) tiveram repercussão internacional, viraram estudo de caso de Harvard e mostraram que as linhas de montagem tayloristas continuam a existir, mas com adendos mais terríveis em termos de sofrimento para o trabalhador. Remeto o leitor interessado para o caso escrito por Eccles, Serafeim e Cheng em fevereiro de 2012 e que pode ser encontrado no banco de casos de Harvard sob o título: Foxconn Technology Group (A).

²⁴ Cabe ressaltar aqui que as considerações que estão sendo feitas nesta tese com relação aos novos modos de regulação temporal no trabalho, às novas modalidades de sofrimento e à perda da narrativa, são constatações feitas a partir de uma cultura ocidental, urbana e midiática, sob a regência do capitalismo. Certamente há diversas restrições para o que estamos propondo.

financeiro – o acionista –, e, de outro o investidor de capital humano – o próprio trabalhador.

O trabalhador no pós-fordismo deve *investir* – e notem que o verbo decorre do mercado financeiro – em conhecimento, comportamento, atitudes que possa levar para o ambiente de trabalho e que em seu conjunto, não mensurável e nem prescritível, possam contribuir com as inovações necessárias para a empresa prosperar. Se na era industrial o trabalhador podia entrar no processo de produção levando apenas sua marmita ou seu uniforme,

Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe a trabalhar, e explora. (GORZ, 2005, p. 19)

Não faz sentido, seguindo este raciocínio, pensarmos em dentro do trabalho e fora do trabalho em termos de divisão temporal e espacial quando *o próprio trabalhador deve produzir-se a si mesmo continuamente*. “No lugar da exploração, entram a auto-exploração e autocomercialização do ‘Eu S/A’” (GORZ, 2005, p.10). Cabe dizer que os profissionais da área de Recursos Humanos (RH), os livros de autoajuda, os gurus de carreira²⁵ e as revistas de grande circulação comercial tais como a *VOCÊ S/A*²⁶, corroboram esse discurso da produção contínua de si mesmo.

A ideia da “pessoa-empreendimento” está clara no próprio título da revista publicada pela Editora Abril. Criada em 1998, como desdobramento da revista de negócios *Exame*, o título inicial da revista era *Você s.a.* Lopes-Ruiz (2007), que entrevistou a diretora de redação para compor sua tese de doutorado, salienta que o nome foi mudado para *VOCÊ S/A* por sugestão de uma agência que estuda marcas.

O nome da revista atualmente é *VOCÊ S/A*. O estudo da agência dizia que com aquele nome [Você s.a.] estava sendo dada maior importância para o “você” do que para o “S/A”, passando para o leitor a mensagem de que “o você indivíduo é mais importante que a sua própria carreira ou a maneira como ele está inserido no mercado de trabalho”, quando na verdade, a revista queria dar importância para os dois. (LOPEZ-RUIZ, 2007, p. 256).

²⁵ Na segunda parte abordarei com maior ênfase a proliferação dos livros de autoajuda para corroborar as hipóteses que serão formuladas nesta tese.

²⁶ Publicação mensal da Editora Abril.

Esse novo nome da revista representa justamente a cultura organizacional contemporânea; a editora, de fato, captou o espírito de nossa época: o sujeito se tornou o “VOCÊ S/A”²⁷ e passou a ser empreendedor de si mesmo. Essa condição tem sido aproveitada pelo discurso empresarial tal como se estivessem preocupados em humanizar o trabalho:

A teoria do capital humano aparece dentro do mundo das organizações e do *management* corporativo. Seus conceitos básicos – pensar as destrezas, e seu possuidor como um *capitalista de capital humano* (que escolhe *livremente* onde quer investir esse seu capital) – são celebrados como um grande progresso, uma verdadeira humanização da empresa (Lopez-Ruiz, 2007, p. 233, grifos nossos).

A questão da liberdade nos remete mais uma vez às considerações de Adorno: “as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem”. Mas o que nos importa, do ponto de vista deste estudo, é que ao produzir-se a si mesmo o sujeito adere ao trabalho de forma total, mobilizando não só sua força de trabalho, mas seus valores, seu comportamento, sua afetividade, suas atividades de lazer, suas relações pessoais. Citando Gorz (2005), o trabalho imaterial:

Tende a apelar às mesmas capacidades e às mesmas disposições pessoais que possuem as atividades livres, fora do trabalho. “É nesse sentido, escrevem M. Combes e B. Aspe, que se pode falar de uma ‘mobilização total’ das capacidades e das disposições, aí compreendidas as afetivas [...] não nos é mais possível saber a partir de quando estamos ‘do lado de fora’ do trabalho que somos chamados a realizar. *No limite, não é mais o sujeito que adere ao trabalho; mais que isso, é o trabalho que adere ao sujeito* (GORZ, 2005, p. 22, grifos nossos)

Os alunos que “escolhem livremente” trabalhar por alguns anos no mercado financeiro, no setor justamente de investimentos, de fato terão que se mobilizar e investir totalmente suas destrezas e habilidades, deixar de ver a luz do sol por alguns anos. Para esses alunos fica evidente a dedicação e a aderência ao trabalho, a não-separação entre tempo trabalho e tempo livre. A justificativa monetária recompensa-os em termos de uma troca que eles consideram justa, ainda que as consequências iatrogênicas sejam conhecidas por meio dos exemplos de amigos e

²⁷ Usarei ao longo desta tese a expressão “VOCÊ S/A” como paradigma para o lugar do sujeito no campo do trabalho na atualidade. Embora corresponda ao nome da revista publicada pela Editora Abril, neste estudo ganhará um status conceitual se pensarmos nas proposições de GORZ (2005): VOCÊ S/A seria o equivalente à PESSOA/EMPREENHIMENTO.

parentes que já tiveram no corpo a marca do excesso: problemas cardíacos, derrames etc. Mas cabe ressaltar que a mobilização total a que Gorz e Lopes-Ruiz se referem não está apenas assentada pelas inúmeras horas de trabalho e pela sobrecarga. Pelo contrário, esses autores advogam que mesmo no tempo livre, estamos todos a nos preparar para o trabalho, já que o trabalho nos exige, atualmente, as dimensões afetivas e comportamentais – porque essas são produtoras de riqueza na era do conhecimento, de acordo com o novo discurso empresarial. Nosso repertório de relações, as viagens que fizemos, os cursos, os filmes que assistimos, a piada no bar, os amigos que conhecemos: é no que comumente chamaríamos de tempo livre que o trabalho adere ao sujeito.

Para o sujeito pós-fordista “o que deve interessar é o incremento do próprio capital, tanto quanto interessa aos investidores, o incremento do seu” (Lopes-Ruiz, 2007, p.248). É nesse sentido que o *risco* passa a assumir lugar central no discurso contemporâneo sobre o trabalho: por um lado a corporação deixa bem claro que a relação é de parceria e que só durará enquanto for conveniente, por outro aponta para o trabalhador como o único responsável por seu investimento. Lembremos que, enquanto o acionista investe “capital monetário”, o trabalhador investe “capital humano”.

Ávidos por um controle maior de suas vidas, os sujeitos aderem também à *ilusão* subjacente a esse discurso: sob a aparente liberdade para assumir as rédeas da própria carreira, o risco também passa a ser assumido pelo trabalhador. “Permanecer num estado contínuo de *vulnerabilidade* é a proposta que, talvez sem saber, os autores dos manuais de negócios fazem quando celebram o *risco diário* na empresa flexível” (SENNETT, 2012, p. 97, grifos nossos). Isso quer dizer que sob a aparência de um controle maior de seu capital (capital humano) o trabalhador mergulha no risco e na vulnerabilidade como condição permanente. Ora, o risco remete à efemeridade como condição temporal desses novos modos de regulação do trabalho. Mas não se trata aqui apenas do estagiário alemão, do aluno da Fundação Getúlio Vargas ou do alto executivo da Suíça, de acordo com Sennett (2012, p. 94), “A disposição de arriscar, porém, não mais deve ser domínio apenas de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas”.

Agora, detentor de capital para investimento (o capital humano), o trabalhador deve se responsabilizar por sua viabilidade no mercado, assegurar sua competitividade.

No que concerne ao discurso empresarial, em um primeiro momento o termo *empregabilidade* substitui o termo *emprego* na linguagem que tange à carreira: o trabalhador passa a *investir*²⁸ *cotidianamente em sua empregabilidade*. Em um segundo momento, à empregabilidade associa-se a ideia do empreendedorismo e, assim, tal qual um empreendimento, a pessoa passa a produzir-se a si mesma. “Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma os constrangimentos necessários para assegurar sua viabilidade e a competitividade da *empresa que ela é*.” (GORZ, 2005, p.23, grifos do autor).

Por trás, portanto, do discurso de humanização, há uma espécie de servidão voluntária e novas formas de alienação. Trata-se, na perspectiva desses autores a que estou me referindo, de uma forma de pensamento que se alastrou para qualquer tipo de carreira, “fazendo de cada executivo, de cada profissional e, inclusive, de cada funcionário um empresário de si e um capitalista do seu próprio capital humano.” (LOPEZ-RUIZ, 2007, p. 251).

Mas quais os efeitos desses novos modos de regulação no trabalho? Parece-nos que a economia do imaterial e a teoria do capital humano²⁹ apontam para novas modalidades de sofrimento e para consequências indelévels do ponto de vista da economia psíquica. Esse ponto nos interessa por duas razões: primeiro porque em termos de regulação temporal, o trabalho, nessas condições de mobilização total, já não nos permite, mesmo que ilusoriamente, separar o tempo livre do tempo trabalho; segundo porque a economia do imaterial exige do sujeito uma constante renovação de suas competências já que, tal como um empreendimento que cuida de sua viabilidade no mercado, a pessoa deve se preocupar com sua modernização,

²⁸ É notório o uso da linguagem do mercado financeiro em uma espécie de financeirização da experiência humana. Algumas expressões são recorrentes no campo da carreira, tais como: “maximizar o retorno”, “risco para lidar com a ambiguidade e incerteza do mercado”, “investir na própria carreira”, “o trabalhador se tornou um ativo da empresa”, “aberto para as oportunidades de mercado” etc.

²⁹ Não é objetivo desse estudo inventariar as teorias subjacentes às novas concepções empresariais sobre o trabalho. Usaremos esse assunto como pano de fundo para pensar como a psicanálise poderá contribuir para a discussão. Para um entendimento mais aprofundado sobre a teoria do capital humano e do empreendedorismo, remeto o leitor ao trabalho completo de Lopez-Ruiz (2007).

valorização e competitividade, mais do que com a construção de uma identidade por meio de sua escolha laboral.

Mas, seguindo esse raciocínio de renovação constante, se o sujeito se renova a cada oscilação de mercado, não há como manter uma lealdade com o próprio passado e com sua história de vida; se ele assume riscos o tempo todo para maximizar o retorno sobre o investimento de seu capital (capital humano), não há como construir relações duradouras, seja com colegas de trabalho, com valores ou com sua própria experiência. Usando as palavras de Sennett (2012) “Inerente a todo risco está a regressão à média. Cada rolar dos dados é aleatório. Posto em outros termos, *falta matematicamente ao risco a qualidade de uma narrativa*, em que um acontecimento leva ao seguinte e o condiciona” (p. 97, grifos nossos).

A pergunta que nos interessa particularmente para este estudo é a seguinte: como construir uma narrativa coerente tendo como condição temporal essa não-permanência? Estamos diante de novas modalidades narrativas ou diante de uma miséria simbólica? Se a subjetividade deve passar pela lógica-empresa e se, mais que isso, o nome *você* vale tanto quanto o sobrenome *s/a*, como construir uma identidade capaz de contar um enredo tendo em vista a condição de vida-emprego?

1.3. O tempo do curto prazo, a flexibilidade e a falta de futuro

Sinto o tempo com uma dor enorme. É sempre com uma comoção exagerada que abandono qualquer coisa. O pobre quarto alugado onde passei uns meses, a mesa do hotel de província onde passei seis dias, a própria triste sala de espera da estação de caminho de ferro onde gastei duas horas à espera do comboio.

Fernando Pessoa

Recentemente o Banco do Brasil anunciou para os caixas de suas agências que uma nova gerência, chamada PSO³⁰, centralizaria os “funcionários-caixa” a fim de reduzir os custos operacionais. A partir de determinada data, os funcionários, que exerciam a função de caixa, ficariam disponíveis para ocupar essa função em

³⁰ A sigla PSO quer dizer Plataforma de Suporte Operacional

qualquer agência em que fosse necessária sua alocação. Na prática isso queria dizer o seguinte: o trabalhador poderia trabalhar um dia em uma agência e outro dia em outra; um período onde já estava alocado há cinco anos e outro período em outro lugar mais distante, em outro bairro etc. (qualquer outro lugar dentro daquela gerência PSO). O funcionário seria avisado com certa antecedência – assim informaram os gerentes –, mas a partir daquela data estariam todos disponíveis para qualquer arranjo espacial necessário. A mudança espacial foi acompanhada de uma mudança temporal: a quantidade de horas trabalhadas também poderia ser dividida: meio período em um lugar e meio período em outro, conforme os novos rearranjos. Além disso, e para corroborar o discurso de redução de custos, onde antes operavam três caixas (três trabalhadores nessa função de caixa) apenas um passou a exercer a função³¹. A mudança foi feita no mês de novembro de 2014 e permanece até a presente data.

Um mês antes, o Facebook e a Apple viraram manchete no Brasil (FACEBOOK, 2014): ambas as empresas ofereceriam (na primeira empresa já estaria vigorando e, na segunda, estaria disponível a partir janeiro de 2015) como “benefício” para as funcionárias, o congelamento de seus óvulos. O adiamento da maternidade transformado em benefício virou fator competitivo para a atração de mulheres para o Vale do Silício, de acordo com os porta-vozes das empresas. A notícia teve repercussão na mídia nacional porque também aqui no Brasil as mulheres poderiam optar por essa modalidade de benfeitoria empresarial. O tom sarcástico dessa última sentença se deve ao nível de controle de nossos corpos e de decisões tais como a gravidez, que antigamente ficavam apenas circunscritas à esfera privada. Lembremos que não podemos mais distinguir nosso “tempo de vida” do “tempo trabalho” também por essas novas modalidades de controle.

Mas o que as empresas do Vale do Silício e o Banco do Brasil têm em comum? Um aporte teórico parece necessário para que possamos costurar as duas ilustrações num tecido que seja coerente. Antes, contudo, cabe mais uma ilustração: neste caso o exemplo é descrito por Sennett (2012). O autor compara duas trajetórias de vida, afastadas por pouco mais de duas décadas: Enrico e Rico, pai e filho. Vejamos.

³¹ Essa nova modalidade de trabalho para os caixas do Banco do Brasil foi relatada por um de seus funcionários, que optou por permanecer anônimo. Em sua agência, dos três funcionários que operavam como caixas, apenas um manteve a função. Os dois restantes tiveram os salários reduzidos e o funcionário que permaneceu como caixa tem relatado sobrecarga diária de trabalho.

Enrico foi faxineiro na década de 1970, acumulou vinte anos nesta função e conseguiu atingir um de seus objetivos: contribuir para o propósito da família - acumulação de capital para que os filhos pudessem ter uma educação universitária. “Enrico conquistou uma nítida história para si mesmo, em que a experiência se acumulava material e fisicamente; sua vida, assim, fazia sentido para ele, numa narrativa linear” (p. 14). A conquista acumulativa, de experiências e também de capital, se baseava em um tempo linear com raras variações em termos de trabalho. Podemos dizer que se tratava de uma previsibilidade no cotidiano de trabalho que conferia certa estabilidade identitária. O futuro – mesmo que incerto em sua condição inexorável – poderia ser vislumbrado também mediante a estabilidade conferida pela aposentadoria na função de faxineiro, por certa garantia na sequência de um trabalho formal exercido ao longo da vida.

Rico, por sua vez, depois de formado graças à acumulação de capital proporcionada pelo trabalho do pai, em quatorze anos, mudou-se quatro vezes de cidade. Diferentemente de seu pai³² e mesmo tendo formação universitária, ele “não tem um papel fixo que lhe permita dizer aos outros: ‘É isso que eu faço, é por isso que sou responsável’” (p.18). Por um lado faltam, neste caso, as condições necessárias para a construção de uma narrativa que lhe permita construir uma identidade a partir de seu trabalho; por outro, sobram fragmentos de histórias muitas vezes desconexas.

De acordo com Harvey (1989), a transição para a acumulação flexível – que teve muito a ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro na produção e no consumo –, trouxe implicações diretas para os trabalhadores já que “tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na qualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (HARVEY, 1989, p. 257). Sennett (2012) completa essas considerações:

No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no

³² Faz-se necessário notar que Sennett não está propondo que o trabalho de faxineiro, de Enrico, é melhor do que as diversas funções exercidas por Rico. Não se trata de valorar as condições precárias de trabalho em ambos os casos, mas sim de mostrar que em tempos de flexibilidade, o trabalhador fica à deriva, sem condições de construir uma história coerente para si mesmo.

curso de trabalho, e trocar de aptidão básica pelo menos outras três durante quarenta anos de trabalho. (SENNETT, 2012, p. 21-22).

A carreira longa, a aposentadoria na mesma empresa e a visão linear de carreira perdeu o sentido na cultura organizacional contemporânea. Preservar a história pessoal atrelada ao trabalho, como uma espécie de rememoração do passado, conservando sua textura a partir das experiências do presente, tornou-se uma tarefa difícil na contemporaneidade. A cada mudança de emprego ou a cada transferência de sede, a cada fusão de empresas ou mudança de planos estratégicos, a cada transformação nas destrezas necessárias para o trabalho ou a cada mudança de agência (no caso do Banco do Brasil) ou de cidade ou, eventualmente de país, o sujeito vê-se diante do recomeço: é tudo novo, de novo. O sujeito está sempre prestes a abandonar a história que precede a mudança em prol de uma flexibilidade necessária para continuar no mercado de trabalho. Mas flexibilizar-se significa estar pronto para destruir o passado frente às demandas imediatas do tempo presente; significa se adaptar às mudanças constantes mesmo que para isso seja necessário abdicar das aptidões, dos relacionamentos, dos planos, das histórias construídas ao longo do tempo. Para os que se sentem à vontade no novo capitalismo “essa ausência de apego temporal está ligada a um segundo traço de flexibilidade de caráter, a tolerância com a fragmentação” (SENNETT, 2012, p.72). Será possível construir uma narrativa, que dê sentido à vida, com episódios tão fragmentados?

Cabe ressaltar que o trabalho de longo prazo, de carreira fechada, o longo termo firmado com alguma empresa, é visto hoje com certo desdém. O discurso dos profissionais de RH corrobora essa sensação de que a permanência longa em algum emprego é equivalente à falta de flexibilidade e à acomodação. Abro parênteses para contar uma experiência que vivi há alguns anos. De 2008 a 2010, trabalhei em uma consultoria de Recursos Humanos que tinha como principal produto a “avaliação de perfil” de executivos. Tratava-se de uma avaliação comportamental de competências tais como liderança, trabalho em equipe, criatividade, flexibilidade etc. que eram “medidas” durante dois dias por meio de atividades em grupo e entrevistas individuais. Muitos dos avaliados eram funcionários de bancos – instituições comumente conhecidas por sua carreira fechada e pela quantidade enorme de procedimentos burocráticos –, e estavam na função há muito tempo (alguns há mais de 15 anos como gerentes administrativos,

por exemplo). No último dia das avaliações fazíamos um consenso entre os consultores para a atribuição de uma nota para cada participante e para cada competência; nesse consenso, muitos dos meus colegas automaticamente identificavam o “longo período” em uma determinada função ou a permanência em uma só empresa, como falta de flexibilidade/não disponibilidade para a mudança – características essas que diminuía a nota daquele trabalhador. Embora obtivessem notas baixas nesses novos moldes de capitalismo flexível, assim como Enrico, aqueles senhores tinham conquistado uma nítida história para si mesmos, uma narrativa linear possível de ser contada, na entrevista, justamente pela permanência e pelo acúmulo de experiências. Fecha parênteses.

Ora, se por algum tempo os bancos ofereciam uma “carreira fechada” com certa previsibilidade e com uma perspectiva de futuro para o trabalho, o que vemos hoje é que até o Banco do Brasil – que tem parte do capital aberto e parte de aporte federal (68.7% das ações) –, tem se submetido à lógica da flexibilidade. Seus funcionários que antes contavam com os vínculos adquiridos ao longo do tempo em determinada função; que estabeleciam relacionamentos de longos períodos com clientes e com os colegas de trabalho, hoje devem se disponibilizar para práticas tais como às que me referi no início desta seção.

A pergunta retorna: mas como pode um sujeito desenvolver uma narrativa, um enredo que lhe ajude a compor sua identidade, numa sociedade composta de fragmentos, de episódios de curta duração? Se a permanência e o longo prazo são necessários não só para a construção de uma narrativa, mas em última instância, para a própria elaboração psíquica dos eventos cotidianos, de acordo com Sennett (2012) o que temos hoje é desfavorável: as “condições da nova economia alimentam, ao contrário, a *experiência com a deriva do tempo*, de lugar em lugar, de emprego em emprego” (p. 27, grifos nossos). O imediatismo e o curto prazo, estampados tanto no cotidiano de trabalho quanto nas ameaças de demissão somados a essa sucessão de presentes como condição para construção de uma carreira, deixa-nos sem espaço para uma temporalidade sensível. Para Sennett a corrosão do caráter, da confiança, da lealdade e do compromisso mútuo está diretamente relacionada ao princípio: “não há longo prazo!”.

A acentuada importância dada à volatilidade e à efemeridade constitui uma das consequências da aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, de acordo com Harvey (1989). No que concerne à produção, a instantaneidade e a

descartabilidade adjetivam as mercadorias do pós-fordismo: refeições e bebidas instantâneas, embalagens, talheres e até roupas descartáveis. A economia do descarte, que coincide com a obsolescência necessária para o consumo permanente, foi sendo construída historicamente e, nesse sentido, devemos concordar com Fontenelle:

No momento somos o ponto de chegada da história de uma sociedade que foi se constituindo sob o signo do descartável. A desnaturalização dessa sociedade, no sentido de compreender que ela não foi dada e, sim, construída, nos leva – aí sim – a pensar que ela não é o único modelo possível e, até mesmo viável para se viver. (FONTENELLE, 2002, p. 293).

Neste estudo, admitimos que esses novos moldes do capitalismo foram sendo construídos historicamente. Ainda assim, não caberá aqui uma apreensão teórica sobre os alicerces desta construção, mas é de fundamental importância ressaltar a *desnaturalização* desses processos porque isso pode apontar, timidamente, para saídas possíveis. Mais adiante voltaremos a essa questão para que possamos apontar algumas tentativas de arejamento nesse contexto que parece nos enredar a todos. Voltemos a Harvey (1989) para destacar que não só as mercadorias foram sendo produzidas sob o signo do descartável, mas também os valores, os relacionamentos, o trabalho etc. Nas palavras do sociólogo:

significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego às coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. (HARVEY, 1989, p. 258).

Jogar fora nossos valores, estilos de vida, relacionamentos com o trabalho, com as pessoas ou lugares, arremessa-nos ao oposto da sensação temporal de permanência necessária para a construção de uma história coerente para si mesmo. A volatilidade nos impede, por um lado, de ancorar nossas experiências passadas, por outro, nos impede de planejar o futuro, o longo prazo. O princípio mencionado por Sennett é o mesmo aludido por Harvey: “não há longo prazo!”. E se não há como ancorar nossas experiências, se o curto prazo passou a ser a ordem temporal vigente, a “sensação de que ‘tudo o que é sólido se desmancha no ar’ raramente foi mais pervasiva” (HARVEY, 1989, p. 258).

“Tudo que é sólido se desmancha no ar”³³ nos endereça à falta de solidez da cultura contemporânea. Sabemos que a liquidez, que se contrapõe à solidez da sociedade fordista, adjetiva a maior parte das publicações de Bauman³⁴. O adjetivo líquido remete à não-permanência, à efemeridade e à mudança constante. Em seu livro, *44 cartas do mundo líquido-moderno* (2011), a definição é clara: “chamo de ‘líquido-moderno’ porque, como todos os líquidos, ele jamais se imobiliza nem conserva sua forma por muito tempo. Tudo ou quase tudo em nosso mundo está sempre em mudança.” (p. 7). Essa ideia da não permanência e da efemeridade das coisas, que nos será útil do ponto de vista das reflexões sobre as novas temporalidades e a dificuldade de construção de uma narrativa, articula-se, fundamentalmente, à lógica de consumo subjacente à cultura contemporânea. Nas palavras desse autor:

Se a vida pré-moderna era uma recitação diária da duração infinita de todas as coisas, com exceção da existência mortal, a *vida líquido-moderna é uma recitação diária da transitoriedade universal*. Nada no mundo se destina a permanecer, muito menos para sempre. Os objetos úteis e indispensáveis de hoje são, com pouquíssimas exceções, o refugio de amanhã (BAUMAN, 2005, p. 120, grifos nossos).

Em seus dois livros *Vidas desperdiçadas* (2005) e *Vida para consumo* (2008), Bauman demarca com presteza a condição de descarte na contemporaneidade e é categórico ao dizer que vivemos em uma cultura do lixo. As mercadorias são produzidas, na linha de montagem, com o prazo de validade, em geral curto, acoplado às suas embalagens. Os produtos são feitos, na sociedade contemporânea, para não durar seja por meio de uma obsolescência programada na linha de produção ou percebida por meio da moda, por exemplo. O fato é que todas as coisas surgem, com poucas exceções – sejam as mercadorias, os valores, os relacionamentos, o trabalho ou as destrezas para o trabalho –, com a marca do fim. Essa marca da morte iminente, que não se relaciona só aos produtos, mas também a nossa vivência cotidiana, terá repercussões sobre o sujeito – efeitos que nos interessam particularmente neste trabalho.

³³ A expressão usada por Harvey é também título da conhecida obra de MARSHALL, B. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

³⁴ Alguns títulos publicados no Brasil, pela editora Zahar, podem ilustrar a repetição da liquidez nas obras desse autor, como adjetivo para a cultura contemporânea *Modernidade Líquida* (2000); *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2003); *Vida líquida* (2005); *Medo Líquido* (2006); *44 cartas do mundo líquido moderno* (2011).

Tudo nasce com a marca da morte iminente, tudo deixa a linha de produção com um “prazo de validade” afixado. As construções não têm início sem que as permissões de demolição (se exigidas) tenham sido emitidas, e os contratos não são assinados a menos que se fixe a sua duração ou que se permita serem anulados, dependendo de sua sorte no futuro. Nenhum passo e nenhuma escolha é de uma vez para sempre, irrevogável. (BAUMAN, 2005, p. 120, grifos nossos).

Os novos modos de regulação temporal estão, portanto, como mencionamos no início deste estudo, atrelados à efemeridade, ao curto prazo e à falta de futuro. O que podemos afirmar é que “as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea” (HARVEY, 1989, p. 258). O sujeito fica à deriva justamente por não encontrar formas nem para ancorar suas experiências passadas nem tampouco para vislumbrar, no horizonte, as perspectivas de futuro.

Mesmo as questões que envolvem o longo prazo, tal como a decisão de ter filhos, têm sido resolvidas por meio de uma condição temporal do imediato, do curtíssimo prazo. Voltemos ao exemplo do Facebook e da Apple. A funcionária pode congelar seus óvulos imediatamente por meio do benefício dado pela empresa. O benefício traz para o presente instantâneo a decisão de congelar ou não os óvulos, mas não traz a elaboração de longo prazo que envolve a maternidade. Dizendo de outro modo: a funcionária não precisa decidir sobre seu desejo de ser mãe, ela adia essa “pendência” pessoal para que possa se dedicar totalmente ao trabalho e decide apenas se quer ou não ter a possibilidade, no futuro, de pensar a esse respeito. Ora, congela-se aqui o óvulo e também o planejamento do longo prazo. Por um lado, a biotecnologia parece avançar para nos dar mais oportunidades de decisão sobre nosso corpo; por outro, paradoxalmente, parece apenas fornecer instrumentos para que possamos nos dedicar ainda mais ao trabalho dentro dos novos moldes organizacionais de mobilização total. O desejo de controle sobre o próprio corpo, travestido no congelamento dos óvulos, não tarda em se transmutar em ilusão. O dado concreto é que o congelamento dos óvulos não garante a gravidez tardia, mas isso não é, e não pode ser levado em conta na decisão imediata.

O curto prazo, a flexibilidade e a falta de futuro entrelaçam as histórias do bancário, de Rico e da funcionária do Vale do Silício. Se o caixa do Banco do Brasil deve estar disponível totalmente para os rearranjos da nova gerência sem saber onde estará alocado no dia seguinte; se Rico, mesmo tendo mudado quatro vezes de cidade, ainda precisa se dispor ao abandono de suas destrezas para eventuais

novas mudanças porque sabe tanto da volatilidade do mercado quanto da impossibilidade de construir uma carreira linear; também a funcionária da Apple, que decide congelar seus óvulos e flexibilizar seus planos de gravidez, precisa de uma decisão imediata que lhe permita trabalhar mais durante seu período de vida fértil sem ter garantias nem do longo prazo do emprego nem tampouco dos planos de maternidade que adiou. O que há de comum entre esses três casos tão distintos? Estão todos à deriva: sem âncoras com o passado e sem horizontes para o futuro. Nas palavras de Sennett:

O que falta entre os polos opostos de experiência à deriva e afirmação estática é uma narrativa que organize essa conduta. As narrativas são mais simples que as crônicas dos fatos; dão forma ao movimento adiante do tempo, sugerindo motivos pelos quais tudo acontece, mostrando consequências. Enrico tinha uma narrativa para sua vida, linear e cumulativa, uma narrativa que fazia sentido num mundo altamente burocrático. Rico vive num mundo caracterizado, ao contrário, pela flexibilidade e o fluxo a curto prazo; *esse mundo não oferece muita coisa, econômica ou socialmente, para a narrativa*. [...] O que é singular na incerteza de hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. *A instabilidade pretende ser normal*. (SENNETT, 2012, p. 32-33, grifos nossos).

1.4. O sujeito à deriva, o sono e o sonho

Errando, sem parar, de plaga em plaga
Da noite eterna o golfão demantando,
Não poderemos nós no mar dos evos
Ancorar um só dia?
Lamartine

Crary (2014), ao questionar a finalidade do sono no capitalismo flexível, anuncia uma nova temporalidade: 24/7 (vinte e quatro horas por sete dias da semana). A distopia aventada pelo autor é composta, além dos argumentos teóricos, por fatos assustadores tais como os estudos que têm sido desenvolvidos nos EUA sobre a privação de sono. Sabemos que já existem formas de reduzir a necessidade de sono por meio de anfetaminas, por exemplo, mas as pesquisas científicas patrocinadas pelo Departamento de Defesa dos EUA têm se dedicado ao estudo específico de pardais de coroa branca com o objetivo de descobrir como a atividade cerebral daqueles pássaros suporta tão longo período de vigília. Os testes

experimentais estão sendo feitos para que combatentes militares possam ficar sem dormir por pelo menos sete dias. Do campo militar para o campo do trabalho, as considerações de Crary servem como uma espécie de roteiro para pensarmos nos novos modos de regulação temporal do trabalho na contemporaneidade. O sono, que poderia desse ponto de vista ser considerado como o último reduto humano que ainda não serve ao capital, é quase uma forma de resistência no atoleiro em que estamos imersos. Para o autor,

a imensa parte de nossas vidas que passamos dormindo, libertos de um atoleiro de carências simuladas, subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do capitalismo contemporâneo. *O sono é uma interrupção sem concessões no roubo de nosso tempo pelo capitalismo.* (CRARY, 2014, p. 20, grifos nossos).

Cabe aqui abrir parênteses para uma ilustração. Tenho ministrado uma disciplina em um curso de educação continuada da Fundação Getúlio Vargas-SP, com duração de duas noites, chamada “O culto da urgência”. O público deste curso é composto por pessoas que já estão no mercado de trabalho há certo tempo e, dessa maneira, a ressonância das considerações que faço em sala de aula, sobre os novos modos de regulação temporal, é quase imediata. Diante de uma exposição sobre as novas temporalidades no mundo do trabalho, um aluno resolveu se pronunciar: “Professora, estou me dando conta de que me sobrecarrego tanto de trabalho que já não posso dormir direito. Outro dia, porém, dormi enquanto estava dirigindo e quase tive um acidente.” Outro aluno, da mesma turma, mas em ocasião distinta, afirmou o seguinte: “Decidi ir de ônibus fretado para o trabalho porque pelo menos posso dormir um pouco durante a viagem. Meu chefe não gostou e me ameaçou porque agora tenho horário para sair do trabalho.” Fecho parênteses.

Já abordei, no início deste capítulo, as condições de mobilização total para o trabalho e a não distinção, mesmo que ilusória, entre tempo livre e tempo trabalho; também já considerei, mesmo que brevemente, a questão da sobrecarga como um dos sintomas mais frequentes no ambiente organizacional contemporâneo. O que quero ilustrar aqui, com esses exemplos, é a condição específica do sono ou da falta dele. O primeiro aluno dorme involuntariamente ao volante, atestando a condição humana de impedimento da instalação do regime 24/7. O outro, voluntariamente decide dormir no ônibus e “sair no horário” para ter mais tempo de descanso – vale dizer que esse aluno optou por essa modalidade de transporte depois de ter

apresentado diversos sintomas relacionados à sobrecarga de trabalho, tais como a insônia. Ambos precisam dormir e isso quer dizer que, humanamente, nos vemos diante da impossibilidade da extinção do sono. Nas palavras de Crary (2014): “24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou identificável, um tempo sem sequência nem recorrência [...] a implacabilidade 24/7 repousa, no entanto, na sua temporalidade impossível” (p.39).

Mas se o sono não pode ser eliminado totalmente, pelo menos pode ser reduzido. De acordo com a segunda edição do Boletim do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC, 2011), divulgado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os medicamentos para insônia e ansiedade são os mais consumidos no Brasil. Os estudos³⁵ que relacionam a insônia à sobrecarga de trabalho são ainda escassos na população brasileira, mas a OMS relata o problema da insônia como caso de saúde pública.

Não é demais supor que *parte* dos distúrbios do sono se relaciona direta ou indiretamente aos novos modos de regulação temporal do trabalho no capitalismo flexível. Ora, se o trabalhador deve se mobilizar totalmente para o trabalho tal como o empreendimento que ele é; se não encontra espaços em sua agenda para o descanso; se, mais que isso, está imerso na instabilidade da abolição gradual do salário em prol da remuneração variável por metas atingidas; se deve flexibilizar-se para as mudanças que transbordam seu cotidiano; se não pode mais vislumbrar um futuro garantido em termos de trabalho e se está mergulhado nesta sensação de efemeridade e volatilidade, é certo que não pode dormir. Mas, lembremos que o corpo tem suas próprias exigências - o descompasso entre as exigências organizacionais contemporâneas e o tempo do sujeito fica evidente quando o meu aluno relata que dormiu ao volante.

Portanto o que podemos considerar é que ainda que impossível, a privação total do sono seria, em termos de temporalidade e produtividade, o auge do capitalismo. Mas o que a condição de impossível nos revela é que ainda que poucas, as brechas para o sono continuam a existir. Isso quer dizer que a temporalidade 24/7 é, além de impossível, uma temporalidade que despojaria o

³⁵ Uma tentativa de mensuração da ocorrência da insônia na população adulta na cidade de São Paulo, revela que 50% dos paulistanos entrevistados queixaram-se de algum episódio de insônia durante a semana. O trabalho completo pode ser encontrado em GIGLIO, S. B. **Estudo da ocorrência das queixas de insônia, de sonolência excessiva diurna e das relativas às parassonias na população adulta da cidade de São Paulo**. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Farmacologia de Escola Paulista de Medicina, 1988.

sujeito de sua condição humana. Em termos psíquicos, a privação do sono requerida pela temporalidade 24/7 nos endereça também para a privação do sonho. Ora, o sujeito aventado pela distopia de Crary deveria parar de dormir e também de sonhar. E poderia um sujeito se privar do sonho?

Sabemos que o árduo trabalho em vigília, que sobrecarrega aquele que tenta se adequar aos moldes do capitalismo flexível, deve ser deixado de lado durante o sono para que outro tipo de trabalho possa entrar em operação: *o trabalho do sonho*.

Para Freud (1900/1996), o sonho tem papel fundamental na economia psíquica e exige um trabalho psíquico intenso³⁶ por parte do sonhador. Na sua relação com o sono, é conhecida a perspectiva freudiana de que os sonhos “servem à finalidade de prolongar o sono. Os sonhos são *GUARDIÃES* do sono, e não *perturbadores dele*” (p. 261, grifos do autor).

Partindo da premissa do sonho como realização de desejo, Freud, em sua obra *Interpretação dos sonhos* (1900/1996), discorre sua teoria tendo como uma das perguntas principais a seguinte: como o *trabalho do sonho* poderia realizar tal transformação a fim de que o desejo se realizasse sem a censura impedi-lo?

Na perspectiva freudiana, a versão do sonho contada pelo sonhador, que passa a ser o ponto de partida para as associações livres, poderia ser considerada como um recorte em que o sujeito, ao redigir seu relato em vigília, já fez uma primeira interpretação do conteúdo sonhado. Na tentativa de aproximar-se do pensamento diurno, tentando trazer coerência e inteligibilidade para os episódios contados, essa primeira versão – a *elaboração secundária* – é uma modificação do sonho para que se distancie de sua aparência “ilógica”; ao mesmo tempo também serve para contornar a censura. Na definição freudiana: “É verdade que distorcemos os sonhos ao tentar reproduzi-los; aí reencontramos em ação o processo que descrevemos como a elaboração secundária” (p. 546). Mas não é só essa modificação que ocorre para tentar driblar o recalque; outra, anterior a essa, se impõe na constituição do sonho propriamente dito. A esse processo de distorção, que tenta driblar a censura, Freud chamou de *trabalho do sonho*; mais especificamente a transformação dos pensamentos latentes em conteúdo manifesto.

³⁶ Considerando que estamos em um campo de interlocução entre áreas distintas, cabe aqui uma pequena digressão para apresentação de alguns elementos teóricos básicos sobre o “trabalho do sonho”. A brevidade dos apontamentos se justifica porque pretendo fazer uso dessas considerações apenas como mais um argumento para provar a impossibilidade da existência da temporalidade 24/7.

Os pensamentos latentes, ou o desejo inconsciente em última instância, seriam a matéria-prima do sonho que, por conta da censura, não poderiam ser assim expressados livremente. É importante ressaltar que, segundo Freud, a resistência opera de duas maneiras em relação ao sonho. Por um lado faz com que o esqueçamos ou lembremos apenas de parte dele; por outro lado, para que possa realizar o desejo que incitou a formação daquele sonho, deforma o conteúdo na própria configuração dos elementos que o compõem. A deformação ocorre por meio de três mecanismos: a figuração no sonho ou representabilidade, a condensação e o deslocamento.

No que concerne à figurabilidade ou representabilidade no sonho, Freud está se referindo às transformações dos pensamentos latentes em imagens sensoriais. Nesse processo o desejo é representado por imagens, numa construção pictórica e sensorial que segue uma lógica própria pertinente à operação do sistema inconsciente. Basta lembrar, neste momento, que Freud aborda esse processo como regressivo, apresentando-nos ao aparelho psíquico (p. 571-634) constituído por instâncias ou sistemas em que operam os processos primário e secundário. Delimitada essa tópica, há uma ênfase no sentido que a energia psíquica segue: na definição freudiana “Falamos em `regressão quando, num sonho, uma representação é retransformada na imagem sensorial de que originalmente derivou.” (p. 573). Esse caráter regressivo é também “efeito da resistência que se opõe ao avanço de um pensamento para a consciência pela via normal.” (p. 577). Dessa maneira, ao invés do desejo propulsor do sonho transformar-se em atividade motora, que seria a via normal, segundo Freud, ele retrocede ao sistema perceptivo e realiza-se durante o sono, por meio do sonho – a transformação em imagens seria decorrente desse processo. Além disso, por conta dessa condição regressiva, “todas as relações lógicas pertencentes aos pensamentos oníricos desaparecem durante a atividade onírica, ou só conseguem expressar-se com dificuldade” (p. 573).

Tendo isso em vista, duas dificuldades e especificidades da interpretação de um sonho aparecem. Primeiro, a lógica envolvida é peculiar e pertencente ao campo do desejo do sujeito sonhador e só pode ser acessada por meio das associações do autor do sonho. Segundo, as imagens sensoriais representam, no texto do sonho, o desejo, mas o fazem de forma ininteligível numa primeira aproximação. “Esse modo de funcionamento, particularmente evidenciado pelo sonho, caracteriza-se não por uma ausência de sentido, como afirmava a psicologia clássica, mas por um

incessante deslizar de sentido.” (LAPLANCHE, J; PONTALIS, 2008, p. 372). O deslizar de sentido, promovido pela interpretação, evidencia a especificidade do método freudiano:

Descobrir o significado latente de um conteúdo manifesto é o que os intérpretes vinham fazendo desde a Antiguidade; mas determinar que esse conteúdo é latente *porque* submetido ao recalque e conceber que a interpretação refaz ao contrário o caminho da defesa já é contribuição específica de Freud. (MEZAN, 2002, p. 178, grifo do autor).

Ora, se por um lado o recalque dificulta a transformação do conteúdo latente em conteúdo manifesto, por outro é o trabalho do sonho que possibilita tal transformação por meio uma espécie de disfarce desse conteúdo latente. Dois mecanismos operam para que esse disfarce seja eficiente no sentido de atravessar a censura: o deslocamento e a condensação: “O deslocamento do sonho e a condensação do sonho são os dois fatores dominantes a cuja atividade podemos, em essência, atribuir a forma assumida pelos sonhos” (FREUD, 1900/1996, p. 333).

A pressão exercida pela censura resulta num deslocamento de associações, ou seja, de uma associação plausível entre dois ou mais elementos, forma-se outra, aparentemente absurda ou superficial. “Sempre que um elemento psíquico está vinculado a outro por uma associação objetável ou superficial, há também entre eles um vínculo legítimo e mais profundo que está submetido à resistência da censura.” (p. 561, grifo do autor). Há várias formas de haver deslocamento: pode ocorrer pela substituição de uma imagem por outra por meio de uma associação alusiva ou pode haver um deslocamento temporal quando a associação é deslocada para outro tempo, tempo em que o sonhador não reconheceria tal imagem como representativa do elemento onírico de onde é derivada. Encontra-se exemplo desse tipo de deslocamento temporal no sonho que Freud (1907/1996) analisa de Hanold, personagem da obra literária “Gradiva”, de Jensen:

Trata-se de uma distorção por deslocamento: em vez de Gradiva no presente, tem-se o sonhador transportado para o passado. Entretanto, mesmo assim, um fato novo e essencial é transmitido: *ele está no mesmo local e na mesma época que a jovem que procura*. Mas então para que esse deslocamento e esse disfarce que forçosamente iludiram a nós e ao sonhador quanto ao verdadeiro sentido e conteúdo do sonho? Bem, já temos à nossa disposição meios para fornecer uma resposta satisfatória a essa pergunta. (FREUD, 1907/1996, p. 58, grifos do autor).

Outra forma de distanciamento, também ocorrida por meio do deslocamento, é a ênfase em determinado elemento quando outro é mais importante na configuração onírica – o deslocamento nesse caso é da atenção do sonhador, que passa de um elemento que seria de crucial estima nos pensamentos latentes para o enfoque de um elemento periférico e sem tanta importância. Segundo Garcia-Roza (2000, p. 94-95), esse mecanismo do deslocamento:

opera basicamente de duas maneiras: a primeira, pela substituição de um elemento latente por um outro mais remoto que funcione em relação ao primeiro como uma simples alusão; e a segunda maneira, mudando o acento de um elemento importante para outros sem importância.

Nesta mesma vertente, o trabalho do sonho se vale da condensação para escapar da censura. Assim como no caso do deslocamento, esse engenho do trabalho onírico também pode operar de diferentes formas. A primeira delas é a combinação de vários elementos em uma única representação no conteúdo manifesto e para que haja esse tipo de condensação deve haver concomitantemente deslocamento, porque a combinação é feita por meio de algo em comum entre os elementos que compõem a imagem sensorial condensada. Outra forma de operar é por meio da omissão de determinados elementos dos pensamentos latentes, condensando esses elementos restantes num outro que seja mais distante dos primeiros. A terceira maneira de operar seria “permitindo que apenas um fragmento do conteúdo latente apareça no sonho manifesto” (GARCIA-ROZA, 2000, p. 93) e esse fragmento condensaria todos os outros que não apareceram.

A questão que nos interessa, para este estudo, é que há um trabalho intenso por parte do sujeito sonhador para realizar o desejo sem que a censura o possa impedir – esta condição aponta para o papel fundamental do sonho e do sono na economia psíquica. Além disso, direciona-nos no seguinte sentido: não há como substituir o *trabalho do sonho* por um intenso *trabalho em vigília* porque, apesar de levarem o mesmo nome, são *trabalhos* de naturezas absolutamente diferentes e que servem a propósitos distintos. Podemos afirmar que, ao menos da perspectiva da psicanálise, o sono e o sonho (este último como guardião do primeiro) articulam-se como uma condição humana irrevogável. A impossibilidade de enveredar por um ritmo sem descanso e sem sono está justificada, assim, também pelo imperativo humano de sonhar.

Há, portanto, um contrassenso no que diz respeito ao ajuste do sono às exigências temporais do capitalismo flexível que aponta para a impossibilidade de se manter continuamente em vigília. As brechas para sonhar são necessárias mesmo em terreno tão árido como o capitalismo tardio e isso quer dizer, em última instância, que a temporalidade 24/7 é, de fato, da ordem do impossível. Essa impossibilidade reforça o descompasso entre as exigências temporais contemporâneas e as exigências temporais do sujeito. Podemos arriscar dizer que na sociedade atual e, mais especificamente, no campo do trabalho, as cadências entre o tempo do sujeito e o tempo extrapsiquicamente compartilhado estão ainda mais descompassadas do que na sociedade industrial. Em outras palavras, a aceleração, a flexibilidade, o curtíssimo prazo e a cadência desenfreada exigida pelo novo capitalismo não se harmonizam com o tempo do sujeito.

Todas essas questões nos conduzem diretamente à nossa especulação a respeito dos efeitos da velocidade que a sociedade contemporânea imprime à vida, ao inutilizar a cada instante o passado não imediato em função da necessidade urgente de responder a estímulos presentes, com a atenção voltada para o futuro próximo. (KEHL, 2009, p. 148).

Esse “presente comprimido” que, em seu apogeu, extinguiria até o sono em função das exigências do trabalho, remete-nos à efemeridade e à volatilidade de sua condição. A remuneração por metas somada à abolição gradativa do salário, as avaliações de desempenho que conjuminam para a incerteza de um futuro no trabalho, a urgência e a sobrecarga juntamente com a condição de mobilização total mencionada em seção anterior nos arremessam para uma espécie de atoleiro em cuja areia não se pode fixar. “Operacionalmente, tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível” (SENNETT, 2012, p. 79). O barro movediço me parece uma analogia adequada aos tempos pós-modernos³⁷: a instabilidade tornou-se regra. E se as perspectivas são tão imediatas, se a experiência já não conta diante de tantas mudanças e se não há vislumbre de futuro, a insegurança acompanha a instabilidade e nos deixa à deriva.

³⁷ As questões que decorrem do uso dos termos “moderno” e “pós-moderno” não serão discutidas no âmbito desta tese. Harvey (1989) propõe um debate sobre o assunto no terceiro capítulo do seu livro *Condição pós-moderna* e cita uma declaração de Huyssens (1984) para justificar o uso do termo “pós-modernidade” em sua obra: “o que aparece num nível como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo ‘pós-moderno’ é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado.” (HUYSENS, 1984 apud HARVEY, 1989, p. 43).

Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. *Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado de trabalho.* [...] É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. (SENNETT, 2012, p. 9).

Sem caminhos para seguir, o sujeito é deixado à deriva. Mas o que isso significa? Um barco pode estar à deriva porque passou por uma tempestade ou porque foi abandonado por seu comandante; um barco à deriva flutua nas águas sem destino e sem vislumbrar rota porque lhe falta direção ou porque ao risco das ondas quer se deixar levar. Na sociedade contemporânea, “O destino, portanto, conta menos que o ato de partir. Imensas forças sociais e econômicas moldam a insistência na partida: o desordenamento das instituições, o sistema de produção flexível – realidades materiais que se fazem elas mesmas ao mar. Ficar firme é ser deixado de fora.” (SENNETT, 2012, p. 103). Atualmente a estabilidade e a demora são indecências no campo do trabalho e correspondem à falta de adaptabilidade às mudanças constantes. Pois bem, o sujeito à deriva não pode mais apegar-se ao passado e à sua experiência e nem ao futuro porque novas exigências são feitas a cada instante e ele deve ser flexível para acompanhá-las; o *sujeito à deriva* deve se renovar constantemente comprimindo o presente sem as texturas de uma temporalidade sensível; o sujeito está à deriva no campo do trabalho porque lhe faltam elementos essenciais para destinar seu barco e estabelecer uma rota de navegação. Então nos cabe perguntar: como construir uma identidade e “ficar firme” nessas condições? Como narrar para si mesmo um enredo com sentido? Há como elaborar uma narrativa no campo do trabalho considerando o curto prazo, a flexibilidade e a condição de pessoa-emprego? Estamos diante de uma miséria simbólica?

A premissa que norteia esta tese é a de que há um empobrecimento, se não uma perda potencial da narrativa individual no campo do trabalho. Proponho abordar essa perda da narrativa considerando dois campos de articulação: as novas temporalidades do capitalismo flexível e a dissolução das metanarrativas. Nesta primeira parte já apresentei os novos modos de regulação temporal que contribuem direta ou indiretamente para o empobrecimento das possibilidades de narrar um enredo coerente no âmbito do trabalho na contemporaneidade. Na segunda parte

vou introduzir o segundo campo para as articulações teóricas: a dissolução das *grand narratives* (Lyotard), das *Weltanschauung* (Freud) e a perda da narrativa (Benjamin).

No meio da segunda parte deste trabalho – que introduzirá novos temas melódicos para a composição desta sonata –, uma questão será destacada do ponto de vista especificamente psicanalítico: diante da perda da possibilidade de representar e de narrar sua relação com o trabalho, o sujeito foi arremessado para o campo do traumático ou estamos diante de novas formas de simbolização? Ou ambas as situações se apresentam como possíveis?

Alguns caminhos serão apontados como possíveis respostas embora eu não tenha a pretensão de chegar a uma conclusão definitiva. A formulação de perguntas, nesse caso, me parece mais interessante do que uma versão propositiva de soluções. Ainda que não haja o objetivo de se chegar a uma conclusão definitiva, seguirei em uma das trilhas, que representará o recorte e a contribuição específica desta tese de doutoramento: diante da perda da narrativa no campo do trabalho, minha hipótese é a de que o sujeito adota algumas “narrativas emprestadas”, por meio do mecanismo de identificação. Isso acontece particularmente no que concerne à literatura prescritiva dos *best-sellers* no campo dos negócios. Estaríamos sim diante de um empobrecimento das narrativas individuais considerando que as narrativas seriam emprestadas e não redigidas, mas isso também significa paradoxalmente que, mesmo imerso no atoleiro formado pelo solo movediço do capitalismo flexível, o sujeito, ávido por sentido, ainda tenta encontrar algumas brechas de arejamento.

Ao final da segunda parte desta composição, a questão que engendrará os campos de articulação deste trabalho será a seguinte: a literatura prescritiva de autoajuda - em geral os *best-sellers* no campo dos negócios – pode, de fato, servir ao sujeito como uma espécie de “narrativa emprestada”? Se sim, dariam uma direção para o sujeito à deriva ou seriam apenas como o canto de sereias?

Venham até a borda, ele disse. Eles disseram: Nós temos medo. Venham até a borda, ele insistiu. Eles foram. Ele os empurrou... E eles voaram.

Guillaume Apollinaire

SEGUNDA PARTE: A PERDA DA NARRATIVA E A MISÉRIA SIMBÓLICA

Até aqui me detive nos novos modos de regulação temporal da cultura organizacional contemporânea – tais como o curto prazo, a flexibilidade e efemeridade – , como promotores de um presente comprimido que impossibilita, ou ao menos dificulta muito, a possibilidade de narrar uma história para si mesmo. O sujeito que se submete às novas regras organizacionais fica à mercê da volatilidade, seja em relação à não-garantia de seu emprego, seja porque precisa a todo instante abandonar sua experiência em prol da renovação perpétua de suas habilidades e projetos. O que fica evidente é que, na relação com o imediato, sempre volátil, não há espaço para uma temporalidade sensível e para as texturas necessárias à narrativa. De acordo com Cardoso (2013):

Na vivência reduzida à relação com o imediato e com o existente, à autoconservação, sem temporalidade, sem configuração do passado e do futuro, a possibilidade de narrar a própria história sequer se coloca como questão [...] a cultura se reduz a ser uma “comunidade prática” caracterizada pela “miséria simbólica”. (CARDOSO, 2013, p. 250).

De fato, a miséria simbólica se articula à compressão do presente e à vivência do imediato e, portanto, não é exagero dizer que na cultura organizacional contemporânea estamos diante de uma miséria simbólica. Mas para além da hegemonia deste presente comprimido, outras articulações me parecem possíveis para que pensemos sobre a perda da narrativa individual no campo do trabalho: o empobrecimento da narrativa tradicional articulado ao declínio dos grandes relatos (metanarrativas) e a prevalência de uma linguagem cada vez mais instrumental nas organizações. Nesta segunda parte da composição, esses novos temas melódicos serão introduzidos. Antes disso, precisamos dar o devido espaço para o entendimento do que é narrar ou contar uma história.

2.1. Um dueto: Benjamin e Freud

Duas considerações de Bolz (1992) sobre a obra de Benjamin introduzem o dueto que fará parte da composição desta tese. A primeira se refere à concepção de uma história aberta e a segunda, que se articula à primeira, concerne à presença da metáfora do sonho/despertar nas proposições de Benjamin.

Para Bolz (1992, p. 27), o que há de mais surpreendente na teoria sobre a história de Benjamin é o fato de ele conceber o passado com algo aberto, constituído por uma espécie de inacabamento essencial. Gagnebin (2012) também ressalta a abertura da história como característica peculiar nas proposições de Benjamin e nos remete, dadas as semelhanças, às considerações de Eco sobre a obra aberta no campo da crítica literária³⁸. Löwy (2005) reitera essa condição e lembra que, do ponto de vista cognitivo, a abertura da história aponta para uma racionalidade dialética que desmancha a temporalidade uniforme e linear e recusa, ao mesmo tempo, uma previsibilidade científica ao estilo positivista. Do ponto de vista político, esse autor sublinha que a história aberta aponta para uma abertura tanto para o passado – que pode ser interpretado e recontado sob novas perspectivas (das vítimas, por exemplo, e não dos vencedores) –, quanto para o futuro, considerando a imprevisibilidade e a abertura para qualquer possibilidade, ou seja, não se trata da “inevitabilidade – das catástrofes por um lado, e de grandes movimentos emancipadores, por outro.” (LÖWY, 2005, p. 151-152). É importante ressaltar que o predicado de imprevisibilidade do futuro e também do passado caracterizam a temporalidade histórica tal como concebida por Benjamin. Cabe lembrar “como Benjamin sempre insistiu, uma apreensão do tempo histórico em termos de *intensidade* e não de cronologia” (GAGNEBIN, 2013, p. 8, grifos do autor).

Ora, para os psicanalistas, essa consideração de um passado inacabado e aberto já seria o suficiente como convite para uma aproximação entre Freud e Benjamin já que, do ponto de vista da psicanálise, o passado não só é aberto, como imprevisível justamente por sua condição de inacabamento essencial. Esse

³⁸ Eco (2008, p. 1) postula que uma obra literária pode oferecer “de um lado, uma livre intervenção interpretativa a ser feita pelos próprios destinatários e, de outro, apresentar características estruturais que ao mesmo tempo estimulassem e regulassem a ordem das suas intervenções”. O primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado trata desta questão no âmbito da crítica literária. Não vou desenvolver este tema aqui, mas remeto o leitor ao meu livro, fruto da dissertação de mestrado: Moraes, D.F.L., **A relação entre o leitor e o texto literário: uma abordagem psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2012.

inacabamento essencial do passado nos remete à polissemia da palavra consagrada pela interpretação psicanalítica³⁹. Além disso, endereça-nos para uma temporalidade que foi inaugurada por Freud no texto *Projeto para uma Psicologia Científica* (1985/1950), com a noção de *Nachtraglichkeit* (a posteriori)⁴⁰ que poderia muito bem se aplicar à obra de Benjamin, tal como entendida por Gagnebin (2013):

o motivo essencial de sua filosofia da história, desde o livro sobre o barroco até o texto póstumo das 'Teses': a saber, que a exigência de rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, *se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique idêntico a si mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado* (p. 16, grifos nossos).

Se a abertura para um *passado imprevisível*⁴¹, que caracteriza a clínica psicanalítica, é também condição para a teoria da história proposta por Benjamin, aqui temos um ponto de interlocução que pode servir como pano de fundo para este estudo. Guardadas as devidas especificidades e considerando que estão em campos teóricos distintos, trata-se, em ambos os autores, de uma história aberta que depende da interpretação e que recusa a previsibilidade positivista; trata-se, portanto, de uma temporalidade peculiar que conserva o passado no presente com vistas à transformação de ambos; que não toma o tempo como algo homogêneo e linear e que trabalha com o vórtice dos possíveis no que concerne ao futuro.

A segunda consideração de Bolz (1992) que nos auxilia na introdução deste dueto é a seguinte:

a metáfora-chave – e até seria possível dizer, se nos digladiarmos criticamente com Benjamin, a metáfora absoluta de Benjamin para o seu conceito de história é a da relação entre o sonho e o despertar. *Benjamin concebe a si próprio como intérprete político dos sonhos da história.* (BOLZ, 1992, p. 28, grifos nossos).

Para Benjamin, “como a modernidade nada mais é do que a forma onírica cega do tempo, este sonho precisa ser interpretado pelo historiador. Interpretar um

³⁹ Para o leitor interessado, o segundo capítulo da minha dissertação de mestrado, citada na nota anterior, foi inteiramente dedicado à interpretação psicanalítica.

⁴⁰ Mais adiante, dedicarei espaço específico para discorrer sobre essa noção de “a posteriori” em relação ao campo do traumático.

⁴¹ Este termo, cunhado com tanta precisão, é proposto por SILVA JUNIOR, N. no artigo Modelos de Subjetividade em Fernando Pessoa e Freud. Da catarse à abertura de um passado imprevisível. In: PEREIRA, M. E. C. (Org). **Leitura da Psicanálise**. Estéticas da Exclusão. Campinas: Mercado de Letras/Associação Brasileira de Leitura, 1998. v.1, p. 119-146.

sonho significa, para Benjamin, iluminar historicamente este sonho”⁴² (p. 28). Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o sonho depende da interpretação do historiador, também o historiador depende do sonho porque apenas através dele é possível penetrar o passado e irromper possibilidades de recontá-lo:

E não é o caso de que este sonho, que é chamado de modernidade, necessite do historiador para chegar a seu despertar. Ao contrário, e isto é quase mais interessante e importante, o historiador é quem necessita do sonho, pois *só o sonho tem ainda a energia para penetrar o passado, para transpassa-lo*. (BOLZ, 1992, p. 28, grifos nossos).

O sonho também serve para Freud como paradigma metodológico como versei, brevemente, em capítulo anterior. Trata-se também para a psicanálise, do sonho como via de acesso. Ora, se a consideração sobre o passado aberto já nos endereçava para uma articulação entre a psicanálise e as proposições de Benjamin⁴³, esse apontamento sobre o sonho/despertar – como metáfora benjaminiana – transforma o convite em convocação: “Benjamin tenta, portanto, repetir no registro do conhecimento histórico aquilo que Freud fez com a psicanálise, dentro dos limites da psicologia individual” (BOLZ, 1992, p. 28).

A interpretação parece engendrar as proposições de ambos: o primeiro propõe a interpretação no que tange à história coletiva e, o segundo, no campo da história individual, mas ambos consideram a abertura da história, o caminho da polissemia⁴⁴ e o inacabamento constitucional do passado como condições para a interpretação. Dizer que a história é aberta, em ambos os casos, não significa dizer que a interpretação deva correr solta sem o balizamento de seu próprio objeto. A

⁴² Para outros desdobramentos sobre a metáfora do sonho/despertar destaco dois artigos que trabalham esta questão no campo da filosofia: KREBS; JOCHAMOWITZ (2013) *Catástrofe e despertar: o tempo em Walter Benjamin* e BRETAS (2013) *Passagens do sonho ao despertar da história* – ambos podem ser encontrados no dossiê Walter Benjamin In: *Calibán: Revista Latino-Americana de Psicanálise*. Montevideo, 2013, vol. 11, n. 1 p. 167-212.

⁴³ Estou privilegiando esse pano de fundo como interlocução entre os autores por conta dos objetivos deste estudo, mas há outras intersecções interessantes. Destaco o trabalho de Rouanet, S. P. **Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

⁴⁴Privilegiaremos a vertente da polissemia, embora haja na obra freudiana a presença de uma dupla vertente sobre a verdade – de um lado como correspondência, em busca de um referente; de outro, no caminho da polissemia e no campo do sentido. Essa discussão é feita por Loffredo (2006, p. 297, grifos do autor): “a dupla vertente subjacente a toda sua produção teórica: de um lado, um ideal de cientificidade condizente a sua época, que o levou a instrumentalizar-se de uma noção de verdade enquanto *correspondência*, lançando-o na aventura da busca incessante de uma referência (‘está em alguma parte’); e, de outro, a ênfase na plasticidade/polissemia das palavras, de que se deriva que o método analítico deve prescindir na busca das origens – da qual, ao que tudo indica, Freud nunca abriu mão completamente. É assim que escreve, em um tom conformado o brilhante cientista do final do século 19: ‘... não temos mais remédio, senão nos familiarizarmos com essa polissemia dos sonhos’ (Freud, 1925/1989^a, p. 131, grifos nossos)”.

advertência é dada por Eco (2005) no campo da crítica literária, quando se refere à obra aberta⁴⁵, mas serve aqui como parâmetro:

Dizer que uma interpretação (enquanto característica básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. (ECO, 2005, p. 28).

Interessa-nos particularmente a ideia de *intérprete da história*, seja no âmbito individual, seja no que concerne ao conhecimento histórico coletivo, porque essa ideia toma como premissa o fato de que toda história deve ser interpretada para que ganhe sentido. Isso não quer dizer que dependa de um psicanalista ou de um historiador que a interprete a cada episódio, mais significa que a vivência cotidiana deve ser representada, interpretada e colocada em palavras, ou seja, narrada – seja no que tange aos episódios coletivos e transindividuais que irão compor a perspectiva de Benjamin, seja no que concerne ao campo psíquico individual que farão parte da apreensão de Freud. Veremos mais adiante os desdobramentos desta condição de narrabilidade.

Do ponto de vista do método deste trabalho, cabe lembrar que é também a condição de *abertura* que nos alicerça. O inacabamento essencial e a atitude de suspensão são predicados do psicanalista (e, neste caso das reflexões de Benjamin, também do historiador). Concordamos com Löwy (2005):

Se a história é aberta, se o “novo” é possível, é porque o futuro não é conhecido antecipadamente; o futuro não é o resultado inevitável de uma evolução histórica dada, o produto necessário e previsível das “leis naturais” da transformação social, fruto inevitável do progresso econômico, técnico e científico – ou o que é pior, o prolongamento, sob formas cada vez mais aperfeiçoadas, do mesmo, do que já existe, da modernidade realmente existente, das estruturas econômicas e sociais atuais. (LÖWY 2005, p. 149)⁴⁶.

Pois se o futuro não é conhecido antecipadamente, devemos marcar aqui uma posição metodológica que não é fatalista: embora algumas exposições, nesta

⁴⁵ Ainda que Bolz (1992, p. 28) ressalte a condição de abertura da história, é categórico ao dizer que “para Benjamin não é, de modo algum, o caso de dizer que o passado seria um livro aberto dentro do qual poderíamos passear e entender ou não entender alguma coisa”. Mesmo Eco (2005, 2008), ao teorizar sobre a obra aberta, também ressalta que apesar da abertura, é no embate com as linhas do texto (intenção do texto) que o leitor fará suas interpretações.

⁴⁶ Löwy (2005, p.149) adjetiva as “teses” de Benjamin, no que concerne à fusão de diferentes correntes de pensamento, tais como as pinceladas românticas e messiânicas, como uma espécie de *marxismo da imprevisibilidade*.

tese, pareçam nos enredar nos meandros do capitalismo e nas novas formas de regulação do trabalho sem brechas para arejamento, “o procedimento crítico, no sentido de uma crítica polêmica [*polarizado na dimensão negativa*], recusante e desvalorizadora não tem mais sentido para Benjamin” (BOLZ, 1992, p. 27, acréscimo e grifos nossos) e também não terá neste estudo. Isso quer dizer que não farei prognósticos e não assumirei, de antemão, nem uma vertente fatalista, nem ufanista⁴⁷ – ambas frágeis em sua condição de previsibilidade. As considerações deste estudo serão feitas de uma perspectiva crítica de modo mais amplo apontando não para um presságio, mas talvez para uma espécie de diagnóstico da cultura contemporânea com uma lente de aumento no que diz respeito às questões relativas às sinuosidades do psiquismo.

Para além da aproximação entre Benjamin e Freud como intérpretes da história, no que tange especificamente às proposições conceituais de Benjamin, interessa-nos particularmente a questão da perda da narrativa tradicional: o empobrecimento ou a impossibilidade de contar histórias na sociedade moderna. Mas o que é contar uma história? O que é contar a história? As perguntas são formuladas por Ganegbin (2013), mas aderem aos propósitos deste estudo. Destaco os textos de Ganegbin (2012, 2013) e de Kehl (2009) como orientadores na leitura que faremos, a seguir, dos textos benjaminianos. Cabe sublinhar que não tenho a pretensão de abordar a obra de Benjamin em toda a sua extensão e peculiaridades, portanto, para os propósitos do que pretendo desenvolver mais adiante, vou privilegiar a leitura de dois textos: *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (1936/2012) e *Experiência e Pobreza* (1933/2012). Pinçarei nessas obras as considerações que poderão se articular com as questões deste trabalho, sob a pena de não levar em conta todas as nuances, contradições e especificidades nelas contidas. Em consonância com a ideia de um dueto, a pergunta não será feita apenas para Benjamin, mas também para Freud: do ponto de vista da psicanálise, o que é contar uma história? O que é uma narrativa? Este será o principal tema desta seção: é possível, para o sujeito, contar sua história tendo em vista os novos modos de regulação do trabalho no capitalismo flexível? Há ainda experiências que possam compor uma narrativa? E se não há como contar uma história, o que resta, então?

⁴⁷ O trabalho do sociólogo Andrade (2015) traz elementos interessantes para pensarmos a questão da utopia no contexto neoliberal.

2.1.1. O que é contar uma história para Benjamin?

Enrolar o mundo à roda dos nossos dedos, como um fio ou uma fita com que brinque uma mulher que sonha à janela.

Fernando Pessoa

O amplo espectro de interpretações, muitas vezes conflitantes⁴⁸, sobre a obra de Benjamin nos arremessa para uma complexidade inabitual: seja porque se trata de um autor que incorpora uma contradição fundamental entre duas correntes de pensamento aparentemente irreconciliáveis: por um lado a teologia, o messianismo judaico e, por outro, o materialismo histórico; seja porque seus textos estão permeados por alegorias, metáforas, referências literárias etc. Sabendo desta complexidade da teoria sobre a história de Benjamin e, correndo o risco de recortar sua obra apenas no que tange aos objetivos deste estudo, destacaremos neste capítulo, como mencionei anteriormente, os artigos específicos que nos interessam⁴⁹: *Experiência e pobreza* (1933) e *O Narrador*⁵⁰ (1936). A pergunta que fundamentará essa escolha é a seguinte: o que é narrativa para Benjamin e como ele tece sua argumentação sobre a perda da narrativa tradicional? Para Ganegbin (2013), “Se a problemática da narração preocupa Benjamin desde tanto tempo [a autora se refere ao texto *Erfahrung*, de 1913] – e continuará a preocupá-lo até sua morte – é porque ela concentra em si, de maneira exemplar, os paradoxos da nossa modernidade e, mais especificamente, de todo seu pensamento” (p. 56).

⁴⁸ Para Löwy (2012) há duas formas distintas e opostas de apreensão da teoria sobre a história de Benjamin: a primeira é uma leitura da escola messiânica, representada por Sholem, que aproxima Benjamin da teologia; a segunda, uma leitura da escola materialista, representada por Brecht, que aproxima Benjamin do materialismo histórico. Para Habermas, que representaria um terceiro tipo de leitura, dada a contradição entre as correntes de pensamento, contraditórias e irreconciliáveis, a teoria sobre a história de Benjamin não seria plausível. Uma quarta leitura, que toma a contradição em termos de complementaridade, entre a teologia e o materialismo, é proposta pelo Löwy (2014). O que fica evidente é que “todos os comentadores concordam em reconhecer no pensamento benjaminiano uma oposição, até mesmo uma contradição insuperável entre estes aspectos nostálgico e vanguardista, ou ainda teológico e materialista, ou então conservador e revolucionário” (GAGNEBIN, 2013, p. 8).

⁴⁹ Trechos e concepções encontradas em outras obras de Benjamin aparecerão ao longo da tese, mas para compor nossa hipótese acerca das “narrativas emprestadas”, cabe primeiro descrever o que entendemos, neste estudo, por narrativa.

⁵⁰ A partir deste trecho, mencionarei este texto como *O Narrador*. As datas dos textos serão apresentadas apenas como 1933 e 1936 considerando que a tradução usada é a de 2012 conforme apresentei anteriormente e de acordo com a referência a seguir: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. (Obras escolhidas: v. 1). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Se lidos conjuntamente, os artigos revelam uma espécie de diagnóstico sobre o empobrecimento da experiência em sua articulação com a perda da narrativa tradicional; de modo mais amplo, Benjamin está apontando para nossa crescente inabilidade de contar uma história na sociedade moderna. “Essa problemática, que havíamos resumido como a impossibilidade da narração e a exigência de uma nova história, manifesta-se nas suas contradições quando lemos, um depois do outro, o ensaio sobre o ‘O Narrador’ e sobre ‘Experiência e pobreza’” (GAGNEBIN, 2013, p. 56). A autora ressalta que, para além de uma comprovação (quase melancólica) da morte da narrativa, existem nesses dois textos outros aspectos menos evidentes, tais como a problemática do “desaparecimento dos rastros”. Abordarei este aspecto no final desta seção. Antes, contudo, pretendo descrever⁵¹ alguns pontos essenciais para o entendimento do que é narrativa da perspectiva benjaminiana.

Em *O Narrador* (1936), Benjamin destaca alguns predicados da narrativa tradicional: a tradição oral e a transmissão que se articula com o caráter coletivo da contação de histórias; a condição artesanal de comunicação da narrativa em contraposição às novas formas modernas de comunicação instrumental; a exigência de um estado de distensão do ouvinte para assimilação da narrativa; a condição de abertura, em termos de conteúdo, para diversas interpretações – que tendem potencialmente ao infinito, dada a atemporalidade da narrativa; e, talvez mais importante, a matéria-prima da narrativa, qual seja, a experiência (*Erfahrung*):

Sabia-se exatamente o que era a experiência: ela sempre fora comunicada pelos mais velhos aos mais jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos. *Que foi feito de tudo isso?* (BENJAMIN, 1933, p. 123, grifos nossos).

A figura do narrador, tal como apresentada por Benjamin (1936), está autorizada a contar uma história por guardar consigo uma “sabedoria que vem de longe”, seja pela distância espacial, quando contada pelo viajante ou pelo comerciante que chegava das terras estrangeiras; seja pelo afastamento temporal, quando narrada a partir da experiência do passado ou contada sob a luz dos tempos longínquos. “O saber que vinha de longe – seja espacialmente, das terras estranhas,

⁵¹ O texto desta seção, em alguns momentos, parecerá muito mais descritivo do que propriamente de discussão. Mas cabe ressaltar a importância do formato descritivo neste caso, já que, como mencionamos em outra nota, estamos diante de um campo de interlocução entre áreas distintas.

ou temporalmente, da tradição – dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade.” (p. 219). Como paradigma dessa legitimidade, a figura do moribundo reservaria, de acordo com Benjamin, as qualidades do narrador autêntico e a sanção seria conferida pela morte à espreita. “Ora, é no moribundo que não apenas o saber e a sabedoria do homem, mas sobretudo sua vida vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível” (p. 224). A transmissão da experiência, no caso do moribundo, ganharia a distância do verdadeiro campo do desconhecido: a terra estrangeira da morte. “Mas que moribundos dizem hoje *palavras tão duráveis que possam ser transmitidas* como um anel de geração em geração?” (BENJAMIN, 1933, p. 123, grifos nossos).

A questão da transmissão e da durabilidade da experiência (em contraponto à efemeridade moderna) já se apresenta também no início do artigo de 1933: uma parábola de um velho em seu leito de morte perfaz o preâmbulo de *Experiência e pobreza* e nos remete, justamente, à experiência inscrita em uma temporalidade coletiva, comum a várias gerações em termos de continuidade e de possibilidade de transmissão. A riqueza da experiência, representada na parábola pela herança do pai moribundo, opõe-se à pobreza de experiências conferida pela primazia da técnica na modernidade, assim ressalta Benjamin neste texto: “Em Benjamin, a experiência, que provê sentido à vida e preserva alguma sabedoria acumulada que nos permita enfrentá-la, já não serve para nada quando as novas gerações têm de enfrentar um mundo irreconhecível para seus pais e avós” (KEHL, 2009, p. 159). Se antes a palavra do pai – como representante da transmissão geracional - ascendia ao estatuto de sabedoria acumulada pela tradição, hoje se vê diante de um esfacelamento⁵². Em termos de linguagem, a cultura contemporânea nos impõe um vocabulário⁵³ que é tão efêmero quanto suas regras, descontinuando a linha que liga uma geração à outra – talvez aqui estejamos diante de uma dificuldade adicional

⁵² Poderíamos apontar esta como uma das características da contemporaneidade - o esfacelamento da palavra do pai. Voltaremos a esse assunto quando tratarmos dos novos ideais, mas para o leitor interessado, destaco de antemão o trabalho de Roudinesco (2003) que trata, entre outras coisas, do patriarca mutilado.

⁵³ Permito-me contar, nesta nota de rodapé, um episódio que aconteceu durante a escrita deste trecho. Estive em um restaurante com minha família e meu pai, que nasceu na década de 1950, se sentiu um analfabeto diante de um texto estampado em um porta-copos. Disse, em tom angustiado, que não conseguia ler. A frase era a seguinte: “Marque suas fotos do instagram feitas no Outback com a hashtag #MomentoOutback”. As palavras *instagram* e *hashtag* tornaram a sentença incompreensível para o meu pai e para os que não usam as redes sociais ou os aplicativos dos celulares. Ele não pode ler porque não conhecia os novos códigos.

para encontrar “palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel de geração em geração”.

A não permanência característica da cultura contemporânea, até mesmo no que tange ao vocabulário, praticamente extingue nossa capacidade narrativa tal como conceituada por Benjamin: como contar uma história se o ouvinte não conhece o mesmo léxico? Se o código muda a cada dia, como conservar o passado no presente ou como tornar o mundo reconhecível para nossos pais e avós? Não há transmissão não só porque há um empobrecimento de nossas experiências – matéria viva que compõe a narrativa –, mas também porque os códigos de linguagem, enquanto cenário de onde se destacam as histórias, também têm seguido a lógica temporal do curtíssimo prazo e da aceleração. Cabe destacar aqui dois campos de questões que nos interessam: *a crescente inabilidade para contar uma história* decorrente de um empobrecimento de sua matéria-prima, ou seja, de nossas experiências⁵⁴ e *a dificuldade de transmissão de uma história* decorrente da efemeridade dos códigos, do enaltecimento da comunicação instrumental e do declínio da figura do narrador em termos de autoridade.

Para Gagnebin (2013), “as histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas, porém escutadas e seguidas; elas acarretam uma verdadeira formação (*Bildung*), válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade” (p. 57). Lyotard (2013), que tem como questão a legitimidade⁵⁵ da narrativa, afirma que “O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso” (p. 4). Ora, a legitimação da narrativa tradicional, de acordo com Benjamin, estaria diretamente relacionada ao seu propósito de formação (*Bildung*):

Ela traz sempre consigo, de forma aberta ou latente, uma utilidade. Essa utilidade pode consistir por vezes num ensinamento moral ou numa sugestão prática, ou também num provérbio ou norma de vida – de qualquer maneira, *o narrador é um homem que sabe dar conselhos ao ouvinte. Mas, se “dar conselhos” soa hoje como algo antiquado, isto se deve ao fato de as experiências estarem perdendo sua comunicabilidade.* (BENJAMIN, 1936, p. 216, grifos nossos).

⁵⁴ Mais adiante veremos, ainda com Benjamin, a diferença entre experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*) – esta última se adequaria mais aos episódios de nossa vida cotidiana na atualidade.

⁵⁵ A questão da legitimidade não é objeto deste estudo. Ainda assim, algumas considerações pontuais de Lyotard (2013) encontrarão espaço nesta tese – especificamente no que concerne à sua apreensão sobre o declínio dos grandes relatos ou metanarrativas (*grand narratives*)

No que tange às propostas de Benjamin, utilidade não quer dizer instrumentalização da narrativa; dar conselhos não significa uma forma propositiva de dar respostas ou de dizer o que fazer. Pelo contrário, sua definição de conselho (*Rat*) remete à polissemia da palavra tal como prezada no processo de análise:

Aconselhar é menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando. Para obter essa sugestão, seria necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza sua situação). (BENJAMIN, 1936, p. 216, grifos nossos).

A importância da verbalização e, portanto, a ênfase na palavra e na comunicabilidade da experiência – estampada na obra de Benjamin por meio das questões relativas à narrativa – encontrará em Freud, como veremos a seguir, sua coroação em termos de método terapêutico. O deslizamento de sentido, plural e atemporal, que é fundamento para a psicanálise, é também o baldrame da narrativa tradicional: “Ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos” (BENJAMIN, 1936, p. 220).

A força germinativa desses desdobramentos que, em última instância, endereça-nos para a *atemporalidade e para a abertura da narrativa*, opõe-se ao fechamento encontrado nas novas formas de comunicação instrumental, a exemplo da informação: “Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva neste declínio” (BENJAMIN, 1936, p. 219). Se levarmos em conta as formas contemporâneas de comunicação que incluem o advento da internet, das redes sociais e dos sites de busca, a informação – como forma de comunicação instrumental e também como mercadoria⁵⁶ – é, de fato, prevalente: “Como calculou Ignacio Ramonet, nos últimos 30 anos se produziu mais informação no mundo do que nos 5 mil anos anteriores” (BAUMAN, 2008, p. 54) - neste caso, não se trata apenas de produção de informação, mas também de recepção.

Ora, essa prevalência da informação em detrimento da narrativa tradicional, ressaltada por Benjamin (1936), indica-nos dois atributos da natureza da informação:

⁵⁶ No campo das questões sobre a contemporaneidade, cabe destacar as informações no que diz respeito a sua potencialidade em termos de poder e domínio: “sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isso dominar o acesso e a exploração de matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações” (LYOTARD, 2013, p.5, grifos nossos)

o primeiro concerne à condição temporal que engendra essa forma de comunicação e o outro se refere ao seu conteúdo, isto é, se “a informação só tem valor no momento em que é nova” (p. 220), em termos de temporalidade, está inscrita na velocidade e na efemeridade da cultura contemporânea; se, em termos de conteúdo, deve ser “compreensível em si e para si” (p. 219), já que aspira a uma verificação imediata e apressada, a natureza de sua comunicabilidade fica restrita pela explicação (que a ela está sempre acoplada). O que nos interessa particularmente é que, ao ser explicada, ou seja, *compreensível em si e para si*, a informação deixa pouquíssimo espaço para as interpretações do leitor: não se trata, portanto de abertura, mas de fechamento de uma história:

A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que *todos os fatos já nos chegam impregnados de explicações*. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa, e quase tudo beneficia a informação. *Metade da arte narrativa está em, ao comunicar uma história, evitar explicações [...]* O extraordinário, o miraculoso é narrado com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que falta à informação. (BENJAMIN, 1936, p. 219, grifos nossos).

A falta de amplitude da informação reitera sua dimensão prático-instrumental. Se, no que tange à narrativa, podemos falar em obra aberta, no que concerne à informação, a instrumentalização da linguagem parece nos enredar em um fechamento em termos simbólicos. No campo do trabalho, esse fechamento torna-se ainda mais evidente por um empobrecimento crescente da linguagem organizacional. O modelo do mercado financeiro, por exemplo, reduz o sujeito ao “capital humano”, como abordamos no capítulo anterior, e trata sua relação com o trabalho, que poderia render uma narrativa em outros tempos, como “investimento”. Ora, não há mais uma história para ser contada quando o sujeito se transforma em “VOCÊ/S.A.”, porque mais do que um empobrecimento crescente da experiência, conjuntamente, a própria linguagem tem se reduzido aos ditames do capital na organização contemporânea do trabalho.

As revistas de negócios e a literatura de autoajuda no campo da carreira mostram, de forma exemplar, essa condição de fechamento dada pela dimensão instrumental da comunicação. O que fornecem os livros de autoajuda senão uma linguagem empobrecida em termos simbólicos? Os manuais e os guias no campo da

carreira, em geral, revelam no próprio título sua condição prescritiva. A coleção esgotada *Série Sucesso Profissional* da editora Publifolha ilustra bem esta condição: *Como usar sua inteligência emocional* (SEYMOUR; SHERVINGTON, 2001), *Como se comunicar bem* (HELLER, 2002), *Como conduzir negociações* (HINDLE, 2001). O “como” – que se repete e evidencia a dimensão instrumental desse tipo de literatura – nada tem a ver com o conselho (*Rat*) tal como concebido por Benjamin; trata-se, no caso destes livros, de uma receita, de “dar respostas às perguntas mais frequentes”, de trazer explicações curtas e, de preferência, em sua roupagem de “novidade”.

Apesar dessa pouca amplitude em termos narrativos, algumas categorias mais recentes no campo da literatura de negócios têm empreendido a tentativa⁵⁷ de contar uma história. Esse é o caso das biografias tal como a recém-publicada *Steve Jobs: a biografia* (ISAACSON, 2011) ou de *best-sellers* tais como *O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*⁵⁸ (HUNTER, 2004). A quantidade de publicações desse gênero e a posição desses livros nas listas dos mais vendidos⁵⁹ nos indica, ao menos, que há um interesse crescente nesse tipo de “histórias” por parte do leitor. Mas será que, mesmo ao tentar contar uma história, essa categoria de livros abre-se para a polissemia da palavra e para o inacabamento essencial de uma narrativa? Será que, de fato, contam uma história? E se contam, guardam a dimensão do conselho tal como proferida por Benjamin? Será que poderiam servir, mesmo que empobrecida em sua dimensão simbólica, como uma espécie de “narrativa emprestada” neste solo árido da comunicação instrumental? Ou será que fornecem apenas modelos mais fechados de identificação para o leitor? Serviriam de boias para o sujeito à deriva? Essas são questões importantes para nos aproximarmos de minha hipótese: diante das novas temporalidades do capitalismo flexível, do declínio dos grandes relatos, da perda da narrativa tradicional e da impossibilidade de contar uma história para si mesmo, o sujeito, ávido por um sentido na sua relação com o trabalho, busca na leitura desses *best-sellers* uma espécie de “narrativa emprestada”. Deixarei, neste momento, a hipótese em suspensão para que possamos retomá-la, mais adiante, a partir de outros elementos teóricos necessários para a discussão.

⁵⁷ Vale sublinhar a condição de “tentativa”.

⁵⁸ Usarei deste livro, em seção posterior, como veículo da hipótese que pretendo desenvolver nesta tese.

⁵⁹ O ranking dos mais vendidos será apresentado mais adiante.

Cabe considerar que essa “prevalência da linguagem prático-comunicativa, que se estende também para outros discursos, incluindo até o científico, faz da narração um lugar cada vez mais apenas tolerado, numa cultura constituída pela dimensão instrumental” (CARDOSO, 2013, p. 254). Algumas práticas, no campo da carreira, evidenciam o caráter instrumental da linguagem, entre elas a prática de *coaching*⁶⁰.

De acordo com Milaré e Yoshida (2007), “Como resultado dessas mudanças no ambiente de trabalho os indivíduos podem vir a apresentar dificuldades quanto à sua *habilidade para se adaptar*. O programa de *coaching* visa ajudar os indivíduos a *desenvolverem novas atitudes e competências ao atingir as metas organizacionais*” (p. 1, grifos nossos). Fica claro, nesse trecho, o objetivo de adaptação aos novos moldes do capitalismo flexível e a dimensão instrumental dessa prática que tem sido oferecida, muitas vezes, por psicólogos em seus consultórios. Tendo como parâmetro a teoria psicanalítica, Damasceno (2011) questiona, em sua pesquisa, “se o *coaching* não estaria contribuindo para o *empobrecimento do simbólico* e uma rejeição ao ‘sujeito do inconsciente’ [...] traçar metas e querer ser feliz são buscas legítimas, mas negar a dor, a tristeza e a falta não pode ser o melhor caminho para lidar com o mal-estar na cultura.” (p. 131, grifos nossos). A prática de *coaching* tem se expandido de tal maneira que já existem modalidades oferecidas para crianças a partir de dois anos de idade conforme vou mostrar mais adiante. O que pode ser destacado neste momento, para os objetivos deste capítulo, é que a orientação para o resultado e a promessa de atingir “as metas organizacionais” nos indica a dimensão instrumental das técnicas que compõem essa metodologia e, mais que isso, indica-nos que não se trata de oferecer condições para o sujeito contar sua história; trata-se, antes, de uma metodologia para a adequação ou adaptação do sujeito aos novos modos de regulação do trabalho. Na contramão da narrativa e do conselho (*Rat*) tal como definidos por Benjamin, o *coaching* demonstra, de maneira concreta, a dimensão instrumental da linguagem.

Pois é na distância entre a dimensão instrumental da técnica e a dimensão artesanal da narrativa que Benjamin apoiará suas considerações em ambos os textos, de 1933 e de 1936. “Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o

⁶⁰ A palavra vem do inglês e quer dizer “treinador, tutor”. Podemos usar, para o propósito desta ilustração, a definição fornecida por Damasceno (2011): “trata-se do *coaching*, um processo de busca por metas, em que um profissional (*coach*) ajuda um cliente (*coachee*) a realizar seus objetivos, por meio de técnicas específicas” (p. 131).

narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a própria e a alheia – transformando-a num produto sólido, útil e único?” (BENJAMIN, 1936, p. 239). O predicado *único* como uma espécie de *singularidade da narrativa* se articula à assinatura do narrador. Ora, a autoria é a essência do produto artesanal: “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação [...] *imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.*” (BENJAMIN, 1936, p. 221, grifos nossos). E se há autoria na produção da narrativa, podemos supor que também haja, de forma análoga, contribuições em termos de autoria também na intervenção interpretativa do ouvinte ou do leitor⁶¹ dada a condição de inacabamento essencial e de abertura da história na narrativa tradicional – e quanto mais aberta, “tanto mais facilmente a história será gravada na memória do ouvinte, tanto mais completamente ela irá assimilar-se à sua própria experiência, tanto mais irresistivelmente ele [o ouvinte] cederá à inclinação de recontá-la um dia” (p. 220).

No que concerne às especificidades da escuta da narrativa, considerando a tradição oral, Benjamin (1936) afirma que a assimilação da narrativa “se dá em camadas muito profundas e exige um estado de distensão [...] quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (p. 221). Cabe sublinhar as semelhanças com o método psicanalítico: essa temporalidade distendida, essa ausência de pressa se opõe à velocidade e ao curto prazo que caracterizam a contemporaneidade. Concordamos com Kehl (2009):

O dispositivo psicanalítico oferece àqueles que o procuram, entre outras coisas, uma possibilidade de experimentar outra temporalidade, diferente daquela marcada pelos relógios e regulada pela urgência das demandas da vida prática. *Uma temporalidade mais próxima da temporalidade da pulsação do sujeito do inconsciente* [e também mais próxima e assemelhada, do nosso ponto de vista, da narrativa tal como concebida por Benjamin]. (Kehl, 2009, p. 123, grifos e acréscimos nossos).

Dessa perspectiva, o *setting analítico* seria um campo privilegiado e ainda preservado para as narrativas. Seria, então, a psicanálise um dos raros lugares onde

⁶¹ Uma abordagem sobre a intervenção interpretativa do leitor pode ser encontrada no artigo: MORAES, D.F.L.; LOFFREDO, A.M. Considerações psicanalíticas sobre a leitura literária. *Percursos*, São Paulo, vol. 51, p.105-114, dez. 2013.

a temporalidade distendida – avessa à efemeridade e à pressa contemporânea –, sustentaria a possibilidade de contar uma história? Consistiria a psicanálise, na contramão da comunicação prático-instrumental, uma forma ainda artesanal de lidar com a linguagem? Para Kristeva (2002), “A psicanálise se situa a contracorrente desse conforto moderno que assinala o fim, não da história, mas da possibilidade de *falar uma história*” (p. 53, grifos do autor). Podemos afirmar que, como campo privilegiado, o *setting* analítico reservaria as condições potenciais para a emergência da narrativa e, sobremaneira, teria a incumbência ética de preservar essa possibilidade de *contar uma história*: “O desafio da psicanálise é, portanto, o de transformar essa prisão da alma que o Ocidente construiu como meio de sobrevivência e de proteção e que doravante exhibe seu desastre; *desafio terapêutico ao mesmo tempo que ético e, incidentalmente político*” (p. 39, grifos nossos).

Mas antes de adentrarmos possíveis analogias entre a narrativa benjaminiana e a narrativa clínica no campo da psicanálise, cabem ainda algumas considerações específicas sobre os artigos de 1933 e 1936 de Benjamin: a primeira se refere ao impacto da primazia da técnica, não só no que concerne à nossa relação com a natureza, mas, principalmente, no que tange à relação entre os homens e entre o homem e sua cultura; e, a segunda, diz respeito ao que Gagnebin (2013) chamou de “desaparecimento dos rastros”.

As questões sobre uma nova temporalidade instituída pelas tecnologias da modernidade perfazem uma espécie de pano de fundo – nos dois artigos – a partir do qual Benjamin destaca a Primeira Guerra Mundial em termos de paradigma para o fim da narrativa e da experiência. Os combatentes, que voltavam mudos dos campos de batalha, incapazes de narrar, voltavam também mais pobres em experiência comunicável. Benjamin (1933) ressalta que mesmo a vasta literatura que inundou o mercado literário anos depois continha “tudo, menos experiências transmissíveis de boca a boca” (p. 124). Ora, a narrativa tradicional, tal como descrita por Benjamin em *O Narrador* (1936), advém da tradição oral em termos de comunicação: “A experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.” (p. 214). Mas reduzir a vida às estratégias de sobrevivência exigidas pela guerra, marcada pela primeira vez na história pelos bombardeios aéreos, arremessa o sujeito para um campo onde a palavra fica esfacelada e isso aponta para uma trilha

que conduz as relações humanas a uma espécie de miséria simbólica. A repetição de um parágrafo inteiro, publicado primeiramente em 1933 e depois realocado no artigo de 1936, não deve ter acontecido por acaso – Benjamin (1933, p. 124 e 1936, p. 214) parece querer reforçar a ideia anunciada em 1933 de que uma “nova miséria recaiu sobre os homens com esse monstruoso desenvolvimento da técnica” (p. 124):

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela batalha material e a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos encontrou-se desabrigada, numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e, debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões destruidoras, o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1933, p. 124 e 1936, p. 214)

O minúsculo corpo humano, frágil e desamparado, ficou diante do esfacelamento das narrativas e esteve “entregue à própria sorte, desligado da rede de proteção que até então havia sido fornecida tanto pelo Outro (por exemplo, pela transmissão da experiência estratégica) quanto pelos outros, os semelhantes submetidos às mesmas condições.” (KEHL, 2009, p. 154). Que experiência se produz – como matéria-prima para narrativas – quando o minúsculo corpo humano está restrito às condições de sobrevivência em meio à iminência de um bombardeio? É evidente que a Primeira Guerra parece consagrar o empobrecimento da experiência e da narrativa:

A Primeira Guerra, vista por Benjamin como um dos pontos de inflexão na problematização do fim da narrativa, como a pobreza em “experiência comunicável”, aponta para a perda da importância da palavra como dimensão simbólica, e conseqüentemente para o indivíduo, que perde a sua própria história, porque cada vez menos é capaz de narrá-la. (CARDOSO, 2013, p. 253)

Para Ganegbin (2013) o que surpreende, nas constatações de Benjamin sobre a Primeira Guerra, não é sua a descrição sobre “a sujeição do indivíduo às forças impessoais e todo-poderosas da técnica, que só faz crescer e transforma cada vez mais nossas vidas de maneira tão total e tão rápida que não conseguimos assimilar essas mudanças pela palavra” (p. 59) – a contribuição particular de Benjamin estaria relacionada à evocação de reações diante da ausência de palavra comum e diante do esfacelamento das narrativas. Uma das reações, destacadas por Gagnebin (2013) como contribuição específica de Benjamin, pode ser observada

comportamento da burguesia no final do século XIX caracterizado por um processo de *interiorização*. A perda de referências coletivas e uma mudança no vínculo social dá subsídio para a criação de um duplo *processo de interiorização*: no domínio psíquico e no domínio espacial/arquitetônico.

No tocante ao “domínio psíquico, os valores individuais e privados substituem cada vez mais as crenças coletivas [...] *a história do si vai, pouco a pouco, preencher o papel deixado vago pela história comum*” (p. 59, grifos nossos). A dimensão coletiva passa pouco a pouco a ser substituída por valores estritamente individuais: “Benjamin situa neste contexto o surgimento de um novo conceito de experiência, em oposição àquele de *Erfahrung* (Experiência), o do *Erlebnis* (Vivência), que reenvia à vida do indivíduo particular, na sua inefável preciosidade, mas *também na sua solidão*.” (p. 59, grifos nossos). Cabe ressaltar para os intentos deste trabalho que o mote da modernidade “constrói-te a ti mesmo”⁶², ou seja, o imperativo moderno “construa uma *história do si* para si mesmo” – que ganha maior vigência a partir do esfacelamento das histórias coletivas –, toma novas formas no discurso contemporâneo sobre o trabalho. O “constrói-te a ti mesmo” é também o molde fornecido pelo RH das empresas, contudo, na cultura organizacional contemporânea, a exaltação do indivíduo é, deveras, mais específica: trata-se da “produção do si tal como empreendimento” (GORZ, 2005). Essa condição não aponta só para um desdobramento e/ou um enaltecimento *da história do si* em detrimento da história coletiva. Bem mais que isso, no “VOCÊ S/A” o “constrói-te a ti mesmo” ganha uma extensão que precisa ser encarada em sua especificidade – trata-se de um “constrói-te a ti mesmo tal como empreendimento que você é”. Voltarei a isso em outra seção.

No domínio espacial e arquitetônico, esse processo de interiorização também revela suas características:

Se entrarmos num quarto burguês dos anos 1880, apesar de todo o “aconchego” que possa irradiar, talvez a impressão mais forte que ele produz seja a de que “não tens nada a fazer aqui”. Não temos nada a fazer ali porque não há nesse espaço um único ponto em que seu habitante não tenha *deixado seus vestígios*: os bibelôs sobre as prateleiras, as mantinhas sobre as poltronas (BENJAMIN, 1933, p. 127, grifos nossos)

⁶² Versão moderna para o mítico “conhece-te a ti mesmo” do oráculo de Delfos.

A importância ressaltada dos vestígios pessoais no final do século XIX, mostra que “Despossuído de sua vida, o indivíduo tenta, desesperadamente, deixar a marca de sua possessão nos objetos pessoais: iniciais bordadas num lenço, estojos, bolsinhos, caixinhas [...] Benjamin observa com humor que o veludo⁶³ não é por acaso um dos materiais preferidos desta época: os dedos do proprietário deixam nele, facilmente seu rastro.” (GAGNEBIN, 2013, p. 60). A tentativa é clara: construir uma *história de si* partindo dos rastros pessoais como referentes já que a história coletiva, as metanarrativas e os vínculos sociais passavam por reconfigurações impostas pela modernidade. Tomemos certo cuidado com essa afirmação. A decomposição dos grandes relatos, a dissolução do vínculo social tal como conhecido até então e a passagem das coletividades sociais para a primazia individual – questões aludidas por Lyotard (2013) e também por ele questionadas – devem ser pensadas em termos paradoxais já que “desde o nascimento, haja vista o nome que lhe é dado, a criança humana já é colocada como referente da história contada por aqueles que a cercam e em relação à qual ela terá mais tarde de se deslocar” (p. 29). Isso quer dizer que o vínculo social é remodelado (toma novas formas), mas não deixa de existir como balizamento para a construção das subjetividades. Lembremos como Freud (1909[1908]/1996) em seu artigo *Romances Familiares*, referindo-se ao “romance familiar ‘escrito’ pelos neuróticos” ressaltar essa condição dos pais como referentes da história do sujeito e também como parâmetro “em relação ao qual ela terá mais tarde de se deslocar”:

a criança não está se descartando do pai, mas enaltecendo-o. Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres. Ela dá as costas ao pai, tal como o conhece no presente, para voltar-se para aquele pai em quem confiava nos primeiros anos de sua infância. (p. 222)

Ora, os pais são os representantes da cultura, dos valores e dos vínculos sociais em última instância. Em 1927 e 1930, nos textos *O futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na civilização* respectivamente, Freud destaca a importância do supereu como herdeiro de nossas relações com as figuras parentais. Isso quer dizer que as

⁶³ Para o leitor interessado nos pormenores da descrição, “No texto ‘Sobre Paris, Capital do século XIX’, Benjamin analisa, de maneira muito feliz, os interiores burgueses do fim do século, com seus móveis estofados, seus tapetes espessos, sua luz filtrada, suas fotografias e suas pinturas escolhidas, enfim, todos aqueles acessórios essenciais que deveriam sugerir uma intimidade que sumiu do mundo público” (GAGNEBIN, 2013, p. 59).

mudanças que a cultura contemporânea nos impõe não têm somente efeitos nas relações coletivas de modo amplo, mas também nas relações familiares, podendo repercutir nesta idealização das figuras parentais, nos moldes para o supereu e também nos novos ideais – abordarei essas questões mais adiante.

De volta aos cômodos do final do século XIX, para Ganegbin (2013) essa exacerbação das marcas pessoais concebe-se como uma reação ilusória que será desmascarada por “numerosas tendências estéticas contemporâneas, profundamente antipsicologizantes, mesmo objetivistas [...] poder-se-ia resumi-las dizendo que o veludo deixa lugar, doravante, ao vidro” (p. 60). A cultura do vidro, revelada por uma nova arquitetura que se sobrepõe ao veludo, mostra cada vez menos os vestígios do indivíduo. O vidro não é tão permeável às marcas individuais. Para Benjamin (1933), os bibelôs, as mantinhas na poltrona e o veludo, “Tudo isso foi eliminado por Scheerbart com seu vidro e pelo Bauhaus com seu aço: eles criaram *espaços em que é difícil deixar rastros*” (p. 127). Ora, o vidro, além de revelar-se como material “sem aura”, “duro”, “frio” e “liso”⁶⁴ é também o material através do qual posso espiar o campo privado do outro. Seria um presságio benjaminiano sobre a “sociedade do espetáculo”, teorizada por Debord, no final da década de 1960⁶⁵? Não tratarei desta questão aqui, mas todos os *reality shows* – formato de programa televisivo privilegiado para pensar a cultura contemporânea⁶⁶ – são baseados e dependem desta “cultura do vidro”.

Ainda no que diz respeito ao processo de interiorização, no domínio da literatura, a exaltação da *historia de si* em detrimento da historia coletiva se revela, de acordo com Benjamin, por meio do romance. A solidão do autor, do leitor (que tem como suporte de leitura o livro impresso) e do herói do romance se contrapõe ao caráter coletivo da narrativa tradicional e ilustra, ao mesmo tempo, a prevalência da vivência (*Erlebnis*) em detrimento da experiência (*Erfahrung*). Nas palavras de Benjamin (1936): “O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa –

⁶⁴ Predicados ressaltados por Benjamin (1933).

⁶⁵ Não discutirei especificamente o conceito de “sociedade do espetáculo” nesta tese, ainda que vá usá-lo, em alguns momentos, para caracterizar aspectos da cultura contemporânea. Para Debord (1997) “o espetáculo é a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda a vida humana – isto é, social – como simples aparência” (p. 16, grifo do autor). O autor ressalta “o espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente” (p. 18, grifo do autor). Ora, Benjamin em 1933 e 1936 está justamente teorizando sobre este mundo sobre o qual não se pode mais tocar e nem tampouco falar. A prevalência do vidro – em termos arquitetônicos – só reforça essas condições.

⁶⁶ O excelente livro de Rodrigues (2012) trata, de uma perspectiva crítica, justamente dos *reality shows* como paradigma para pensarmos a cultura contemporânea.

conto de fadas, lendas e mesmo novelas – é que ele nem procede da tradição oral nem a alimenta [...] A origem do romance é o indivíduo isolado” (p. 217). O indivíduo em seu isolamento é pobre em termos de experiência porque essa pressupõe o caráter coletivo e de transmissibilidade, de acordo com as concepções de Benjamin. Mas é interessante pensar que uma das conclusões do artigo de 1933 é a seguinte: “essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral” (p. 128). Surgem, assim, as condições potenciais para uma nova barbárie⁶⁷.

Podemos concluir dizendo que a perda da narrativa tradicional, tal como entendida por Benjamin, somada ao declínio crescente dos grandes relatos, tal como aponta Lyotard (2013), nos deixa à deriva. Para Kehl (2009), “A decadência das grandes narrativas corresponde à perda de referências que caracteriza a forma subjetiva do indivíduo, que se vê *na condição desamparada de ter de se tornar autor de sua própria vida*”⁶⁸ (p. 159, grifos nossos). A autora articula essa perda de referências ao aumento dos quadros depressivos. Para nós, interessa o fato de que à deriva, o sujeito se inscreve em novas modalidades de sofrimento psíquico. Isso quer dizer que, quando Benjamin menciona a pobreza de experiências e das narrativas,

não é somente o fim de uma tradição e de uma experiência compartilhadas; mais profundamente, é a realidade do sofrimento, de um sofrimento tal que não pode depositar-se em experiências comunicáveis, que não pode dobrar-se à junção, à sintaxe de nossas proposições. Esse sofrimento que a Primeira Guerra revelou (e que a Segunda devia levar a seu cume inominável) não pode ser simplesmente contado (GAGNEBIN, 2013, p. 62-63).

Poderíamos encampar o desamparo e esse sofrimento cunhado pela não comunicabilidade da experiência nos perímetros do território do trauma, tal como definido por Freud?

⁶⁷ Alguns comentadores alocam os textos de 1933 e 1936 no rol das obras proféticas de Benjamin. “‘Experiência e Pobreza’ e ‘O Narrador’ estão entre os textos proféticos de Walter Benjamin, que culminam em suas teses Sobre o conceito de história, de 1940. O filósofo entendeu que a violenta mudança de paradigma na vida social provocada pela guerra de 1914 preparou as gerações seguintes para aderirem à barbárie ainda mais espantosa que caracterizou a guerra seguinte” (KEHL, 2009, p. 158). Para Gagnebin (2013) é a “instauração da barbárie real [da segunda guerra] que proibirá Benjamin de continuar usando uma noção que ele tenta definir positivamente no texto ‘Experiência e Pobreza’, a de ‘nova barbárie’” (p. 62)

⁶⁸ Essa ideia interessa sobremaneira para este estudo e será retomada, posteriormente, na análise que farei do livro *O Monge e o executivo*.

2.1.2. O que é contar uma história para Freud?

O que herdaste de teus pais,
Adquire, para que o possua.

Goethe

Ao nomear a psicanálise como *talking cure*, Anna O.⁶⁹ indicava que “contar uma história” estava nos fundamentos do método inaugurado por Freud. As tramas do inconsciente desveladas a partir da narrativa - viabilizada pela transferência - fizeram do *setting* analítico um campo privilegiado para a emergência da *história do sujeito*. Cabe sublinhar o que dissemos anteriormente: a *história do sujeito* não coincide com a *história de si*. A psicanálise não está interessada na individualidade – tal como exaltada pela modernidade –, mas nos movimentos do desejo que irão compor a história do sujeito⁷⁰. Com a psicanálise “inaugura-se uma *práxis que concerne ao sujeito e não mais ao eu individual*.” (BIANCO; COSTA-MOURA; SOLBERG, 2010, p. 21, grifos nossos). Lembremo-nos de uma afirmação de Roudinesco (2000): “A era da individualidade substitui a da subjetividade: dando a si mesma a ilusão de uma liberdade irrestrita, de uma independência sem desejo e de uma historicidade sem história, o homem de hoje transformou-se no contrário de um sujeito” (p. 14, grifos nossos). Ora, no caminho inverso das agruras da modernidade, a psicanálise se revela como palco promissor para o surgimento da história do sujeito, justamente deste sujeito que não encontra mais lugar para se expressar. Isso quer dizer que talvez ainda seja possível contar uma história, ainda que muitas vezes fragmentada e embora os espaços para isso estejam cada vez mais restritos. O que podemos supor, para as finalidades deste dueto entre Freud e Benjamin, é que a *história do sujeito* tal como prezada pela psicanálise, em sua condição de abertura para um passado imprevisível e em seu predicado polissêmico e atemporal, articula-se à narrativa e à experiência tal como concebidas por Benjamin. Guardadas

⁶⁹ “Ela descrevia de modo apropriado esse método, falando a sério, como uma ‘*talking cure*’, ao mesmo tempo em que se referia a ele, em tom de brincadeira, como ‘*chimney-sweeping*’” (BREUER; FREUD, 1893/1996, p. 65).

⁷⁰ Não vou, no âmbito deste trabalho, tematizar o campo semântico que envolve os termos indivíduo, sujeito, eu e si. Para os efeitos desta tese usaremos o termo sujeito tal como concebido pela psicanálise.

as devidas especificidades, essa articulação entre a narrativa clínica⁷¹ e a narrativa tradicional nos parece terreno fértil, embora não seja este o nosso foco.

Nesta seção, abordarei o que é contar uma história, não em sua positividade, mas pelo seu avesso: por aquilo que, da história do sujeito, não se transforma em narrativa. Mas o que, do ponto de vista da psicanálise, não consegue se transformar em história? Quais são os capítulos da história do sujeito que não podem ser representados em palavras? Essas são as perguntas que nos servirão de guia nesta parte do dueto.

Para Kehl (2000), são três as situações que estão, inexoravelmente, vinculadas à irrepresentabilidade: a *concepção* – que como cena primária, paradoxalmente, nos exclui, mas dá início à nossa vida; o *nascimento* – que se articula do ponto de vista de desdobramentos teóricos ao desamparo; a *morte* – condição trágica e implacável de nossa finitude. Nas palavras da autora: “o irrepresentável tem a ver com nossa experiência de *absoluta passividade diante de uma manifestação do real que nos invade e nos reduz a condição de coisa*. Na morte, no nascimento, na concepção, nós somos ‘coisa’ nas mãos do real.” (p. 145). A passividade absoluta diante da invasão do real é o denominador comum dessas três dimensões fundamentais da nossa existência, mas que ficam de fora do enredo porque não podemos contar sobre elas. Ora, outras vivências parecem se encaixar nessa descrição como uma espécie de reedição destes eventos de excesso e de poucos recursos ativos para simbolização – essa “invasão do Real sobre o psiquismo que não dispõe de recursos de linguagem para simbolizá-lo é chamada pela psicanálise de *trauma*. Ao destruir as redes de representação psíquica que acolhem novos eventos e lhes conferem sentido, *o trauma destrói, pelo menos em parte, o valor da experiência*.” (KEHL, 2009, p. 160, grifos nossos).

Se pensarmos em termos cronológicos, as primeiras considerações sobre o trauma⁷² nos remetem às origens da psicanálise, quando Freud se desloca para

⁷¹ Sobre as especificidades da narrativa clínica e possíveis articulações com as concepções benjaminianas, remeto o leitor para Barone (2013).

⁷² Não pretendo abordar a temática do trauma exaustivamente, mas pinçar na metapsicologia freudiana considerações que nos permitam configurar uma rede conceitual mínima a partir da qual serão discutidas as hipóteses deste estudo. Cabe lembrar que as abordagens acerca deste tema são plurais e apontam para uma amplitude de abordagens: “Já na década de 1960, num simpósio sobre o tema, cujas considerações foram editadas por Sidney Furst (1967), a diversidade das abordagens e conceituações do termo trauma evidenciada no encontro foi de modo a provocar em Anna Freud o comentário de que tão vasta amplitude de acepções do termo trauma terminava por ocasionar a perda do seu valor conceitual, e a diluição de sua significação” (RUDGE, 2006, p. 7-8).

Paris para estudar com Charcot na Salpêtrière. Em decorrência de suas pesquisas sobre os sintomas histéricos, Freud publica em coautoria com Breuer a obra *Estudos sobre a Histeria* (1893-1895/1996) e esse conjunto de textos nos mostra as primeiras incursões teóricas da psicanálise no campo do traumático. A construção teórica, nesse primeiro momento de fundação da psicanálise, dirige-nos para a existência de um acontecimento traumático na etiologia da neurose; mais especificamente, os autores nos remetem para o modo como o aparelho psíquico processa determinado evento: a excitabilidade exacerbada, ou seja, a intensidade de emoções provocada por um determinado fato promoveria uma espécie de dissociação entre afeto e representação e o excesso de afeto não ligado à representação poderia estar na origem da histeria. É importante dizer que pode haver a ocorrência “em vez de um trauma principal isolado, de vários traumas parciais que formam um grupo de causas desencadeadoras” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 42). Esses pequenos traumas parciais nos dão suporte para dizer que não há a necessidade de um evento tal como uma guerra para concebermos, em nosso cotidiano, condições potencialmente traumáticas. Kehl (2009), fala em “pequenos traumas, soltos da rede de representações” (p. 157) quando se refere à hegemonia da velocidade e da urgência tal como experimentamos atualmente. O que nos interessa é que o campo do traumático, desde os primórdios da psicanálise, é concebido a partir de uma visão econômica: trata-se de um afluxo de excitações excessivo para o aparelho psíquico, quer se avenge a existência de um só acontecimento ou de uma acumulação de excitações, que isoladamente não provocariam o efeito traumático, mas que em seu conjunto poderiam operar como um trauma:

Com efeito, a expressão “traumática” não tem outro sentido que não esse, econômico. Chamamos assim *uma vivência que, em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos* que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia. (FREUD, 1917/2014, p. 367, grifos nossos).

No que concerne às histéricas, de acordo com a observação feita por Breuer e Freud, os sintomas desapareciam na medida em que elas narravam o evento traumático, religando afeto e representação:

cada sintoma histérico individual desaparecia, de forma imediata e permanente, quando conseguíamos trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhara, e quando o paciente havia descrito este fato com o maior numero de detalhes possível e *traduzido o afeto em palavras* (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 42, grifos nossos).

A possibilidade de resgatar a lembrança e traduzir o afeto em palavras – que deu origem à expressão *talking cure* de Anna O. – seria a base da terapêutica no tratamento dos sintomas histéricos. Segundo os autores, o novo método “põe a termo à força atuante da representação que não fora ab-reagida no primeiro momento, ao permitir que seu *afeto estrangulado encontre uma saída através da fala*; e submete essa representação à correção associativa, ao introduzi-la na consciência normal” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 52, grifos nossos). É neste sentido que o afeto pode ser representado e narrado, saindo de sua condição de “afeto estrangulado” e expressando-se de forma adequada. Contar uma história, do ponto de vista freudiano, é, portanto, ligar afeto à representação. De acordo com Rudge (2006, p. 16) “ao afirmar que os histéricos sofriam de reminiscências, era a essas memórias dissociadas e carregadas de afeto que Freud estava se referindo”.

Na obra de 1895, *Projeto para uma psicologia científica*, Freud lança novos subsídios para compor sua apreensão acerca dos sintomas histéricos, mas é, especificamente, a descrição do caso Emma⁷³, encontrada neste texto, que nos interessa. Duas cenas são analisadas por Freud para explicar a queixa da paciente de não poder entrar sozinha nas lojas. A cena I refere-se à lembrança relatada por Emma de uma ocasião, ocorrida por volta de seus doze anos de idade, em que ela entrou em uma loja, viu dois vendedores rindo, e saiu correndo tomada por um afeto de terror. A cena II revela uma segunda lembrança, anterior, cronologicamente, à primeira: “Aos oito anos de idade, ela esteve numa confeitaria em duas ocasiões para comprar doces, e na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa” (FREUD, 1950 [1895]/1996, p. 408). O elemento comum às duas cenas é indicado por Emma: “O riso dos vendedores a fez lembrar-se do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou sua investida” (p. 408). Outra semelhança é apontada por Freud: ela estava, nas duas cenas, sozinha. Essas

⁷³ Não citarei na íntegra a descrição feita por Freud, mas remeto o leitor para o trecho que se encontra nas páginas 407-408 do texto *Projeto para uma Psicologia Científica* (FREUD, 1950 [1895]/1996 da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 1. A mesma passagem pode ser lida nas páginas 227-228 do livro *Notas a um projeto de psicologia* (GABBI JR., 2003).

parecenças entre as cenas I e II são assinalados por Gabbi Jr. (2003) em uma de suas notas para o Projeto:

Certos elementos da cena do atentado, *gargalhada do merceeiro, estar em uma loja sozinha*, estabelecem ligações associativas com a cena posterior na loja, *balconistas rindo, estar sozinha em uma loja*, levando à construção de uma recordação inconsciente da cena II na cena I. O *evocar inconscientemente* não explica ainda o caráter patológico, pois é comum novas percepções evocarem inconscientemente recordações. O peso da explicação recairá, portanto sobre a natureza da recordação, ou seja, sobre o fato de a mesma ser sexual. (p. 119, grifos do autor).

Em 1896, em seus dois textos *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa* e *A etiologia da histeria*, Freud reforça esses dois elementos que já aparecem enunciados no caso Emma: a natureza do trauma – que seria de ordem sexual e que teria, de fato, ocorrido –, e o período da vida no qual ocorreu – na tenra infância. Nas palavras de Freud:

os sintomas da histeria só poderiam ser compreendidos se remetidos a experiências de efeito traumático referindo-se esses traumas psíquicos à vida sexual do paciente [...] tais traumas sexuais devem ter ocorrido na tenra infância, antes da puberdade, e seu conteúdo deve consistir numa irritação real dos órgãos genitais (por processos semelhantes à copulação). (FREUD, 1896/1996, p. 164)

Sabemos que Freud abandona a teoria da sedução⁷⁴, mas o que fica evidente aqui e que nos interessa, particularmente, é a instituição de uma nova temporalidade para a história do sujeito, a partir desta proposição da existência de um trauma sexual na tenra infância que só terá efeito, ou só será representado, mais adiante. A cena sexual, ou a sedução por um adulto, apesar de experimentada na infância - de acordo com essa primeira versão freudiana acerca do trauma sexual –, só ganharia a qualificação de traumática a partir de uma segunda cena, que na ordem temporal linear, aconteceria a posteriori. Referindo-se ao caso Emma, Freud (1950[1895]/1996) conclui que:

Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretanto,

⁷⁴ Nas palavras de Laplanche e Pontalis (2001, p. 470): “Sabemos que Freud seria levado a pôr em dúvida a veracidade das cenas de sedução e a abandonar a teoria correspondente. A carta a Fliess de 21-9-97 apresenta os motivos deste abandono. [...] É clássico considerar o abandono por Freud da teoria da sedução (1897) como um passo decisivo para o advento da teoria psicanalítica e para colocar em primeiro plano as noções de fantasia inconsciente, de realidade psíquica, de sexualidade infantil espontânea, etc.”.

as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado. (p. 410).

Para Laplanche e Pontalis (2001) “Não é o vivido em geral que é remodelado a posteriori, mas antes o que, no momento em que foi vivido, não pode integrar-se plenamente num contexto significativo. O modelo dessa vivência é o acontecimento traumatizante” (p. 34).

Para defender a ideia de que acontecimentos na tenra infância poderiam não só repercutir, mas ressignificar o passado a partir de acontecimentos na idade da puberdade ou na fase adulta, Freud introduz justamente essa noção de *Nachträglichkeit* (“a posteriori”). Especificamente para os propósitos desta tese, destaco que esta noção é crucial para a inauguração de uma nova organização temporal inclusive no que diz respeito à causalidade. A história do sujeito, a partir da psicanálise, não se reduz mais ao determinismo de um tempo linear e cronológico. A partir desta ideia de *Nachträglichkeit*, a temporalidade psíquica passa a incluir uma ação do presente sobre o passado e o passado, assim, torna-se aberto e imprevisível. A modificação a posteriori dos acontecimentos passados reorganiza as percepções ou traços mnêmicos retroativamente e nos fornece uma reinterpretação do passado. É evidente que a proposição de uma causalidade a posteriori reconfigura nossa visão sobre o tempo e sobre a história do sujeito. Perde-se aqui uma história atrelada estritamente “a um determinismo linear que considere unicamente a ação do passado sobre o presente” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 33). Ganha-se, por meio desta noção consagrada por Freud, uma nova temporalidade articulada à uma história aberta.

Essa concepção de uma causalidade a posteriori e de um inacabamento essencial do passado – que é inaugurada por Freud para os propósitos da psicanálise –, se articula às ideias de Benjamin – que já tiveram espaço na primeira parte deste dueto. Seja no que concerne à história do sujeito, seja no que concerne à história da civilização, para ambos os autores estamos diante de uma história aberta, que nos permite recontar o passado:

a verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade [...] Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela [...] *Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação*” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 243, grifos nossos)

Ora, em alguns casos, apropriar-se de uma recordação para narrar a experiência parece tarefa impossível – talvez essa seja a condição daqueles que “voltavam silenciosos do campo de batalha”. Tanto Benjamin quanto Freud se interessaram por esse silêncio: se Benjamin usa da Primeira Guerra como um dos pontos de inflexão na problematização acerca do fim da narrativa, Freud usa do mesmo fenômeno como paradigma para teorizar sobre as neuroses traumáticas. Da perspectiva psicanalítica, recordar a guerra para recontá-la em palavras seria uma ação penosa demais para aqueles que viveram a experiência em seu próprio corpo⁷⁵. No campo de batalha, a experiência ganhou o estatuto de trauma e perdeu sua condição de narrabilidade.

O silêncio dos combatentes, ou seja, a falta de possibilidade de representação nos endereça, justamente, para o evento traumático que foi a experiência da guerra, em sua condição de vivência do excesso. Freud usa do exemplo dos combatentes de guerra para definir o que entende como neuroses traumáticas em sua *Conferência XVIII – A Fixação no Trauma – O inconsciente* (1917/2014). Ampliações sobre este tema são feitas dois anos mais tarde, no texto *Introdução a Psicanálise e as neuroses de guerra* (1919/2010). As neuroses traumáticas, de acordo com as considerações expostas nestes trabalhos, envolvem a fixação em algum momento traumático, seja ele a guerra ou algum acontecimento que ganhe o estatuto de trauma no campo psíquico. Do ponto de vista da temporalidade, trata-se de uma fixação no passado, mas em um passado que insiste em retornar no presente como se fosse tempo presente – não se trata aqui de uma temporalidade calcada pela noção de “a posteriori”; no lugar disso, estamos diante de uma espécie de instante recorrente: é como se essas pessoas “jamais tivessem superado a situação traumática, ou seja, *como se essa tarefa ainda se apresentasse diante deles, atual e intacta*” (FREUD, 1917/2014, p. 367, grifos nossos). O evento traumático, nas neuroses traumáticas, aponta, portanto, não para uma história aberta que pode ser recontada; pelo contrário, revela um tempo que não se transforma em história porque não pode ser narrado.

⁷⁵ O tema da guerra participa deste trabalho apenas como aparato para que nossas hipóteses possam ser enunciadas. Por essa razão não vou aprofundar a relação entre memória, guerra e literatura de testemunho. Há pesquisas nesta direção e destacamos o livro *Catástrofe e representação*, organizado por Nestrovski e Seligmann-Silva em 2000 e publicado pela editora Escuta. O livro traz ensaios de diversos autores que trabalham nesse campo.

Para corroborar essa condição temporal e de inenarrabilidade do trauma, na obra de 1920, *Além do princípio do prazer*, os sonhos recorrentes das neuroses traumáticas são interpretados por Freud como manifestação da compulsão à repetição. Para além do princípio do prazer, uma nova modalidade de sofrimento psíquico se interpõe – por meio das neuroses de guerra – colocando novas questões à psicanálise. De acordo com Rudge (2009), Freud descobre, diante dos casos de neurose traumática de pós-guerra, que “há uma modalidade de sofrimento de origem traumática [...] que se reveste de tons bem mais sombrios do que os do sofrimento histórico, ao qual a sexualidade empresta as cores da sedução, da curiosidade e da vivacidade” (p. 40-41). A etiologia sexual, que regava as observações freudianas em Salpêtrière, estará ausente nas neuroses de guerra e isso aponta para reflexões que culminarão com a reformulação profunda da teoria das pulsões. Para Rouanet (2006), “A nova ênfase sobre a neurose traumática levou Freud a várias inovações teóricas, a principal das quais foi a criação de um novo dualismo pulsional. Essa novidade é esboçada em seu prefácio a uma obra coletiva sobre as neuroses de guerra (1919), em que *Freud é forçado a admitir que não há traços de etiologia sexual nas neuroses de guerra*”. (p. 145, grifos nossos). Embora as ponderações sobre a primeira grande guerra tenham encontrado espaço, na produção freudiana, desde 1915⁷⁶ e ainda que elementos possam ser pinçados, no texto de 1919⁷⁷, o principal texto freudiano para refletirmos sobre essas mudanças decisivas na metapsicologia é o *Além do princípio do prazer* (1920/2010).

É na segunda seção desta obra de 1920 que Freud se questiona sobre os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas – sonhos que fazem o sujeito retornar à situação traumática e revivê-la em seu teor de terror. Terror é definido nesse texto, por Freud, como sendo “o estado em que ficamos ao correr um perigo sem estarmos para ele preparados, enfatiza o fator surpresa” (p. 169). Freud retoma a diferenciação entre *Schreck*, *Furcht* e *Angst* no texto *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926)⁷⁸, mas já em 1920 há um prenúncio do que será desenvolvido seis anos mais

⁷⁶ Poderíamos considerar que as questões que convergem para o segundo dualismo pulsional já estavam presentes desde 1914, a partir do texto *Sobre o Narcisismo: uma introdução*. De qualquer modo, os efeitos da guerra começam a ser abordados no ano seguinte em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915) e *Sobre a transitoriedade* (1916[1915]).

⁷⁷ Estou me referindo, assim como Rouanet, ao artigo freudiano de 1919, *Introdução a Psicanálise e as neuroses de guerra*.

⁷⁸ Cabe mencionar que Freud já havia enunciado essa diferenciação na *Conferência XXV – A Angústia* (1917). O texto de 1926 amplia as considerações nesse campo e será retomado em momento oportuno.

tarde: “Não creio que a angústia possa produzir uma neurose traumática; na angústia há algo que protege do terror e também da neurose de terror” (Freud, 1920/2010, p. 169). Diante de uma situação de perigo, caberia ao eu liberar certa dose de angústia justamente para acionar os processos defensivos e proteger o sujeito da condição traumática iminente. Como sintetiza Loffredo (2013): “cabe à instância eu⁷⁹, sede da angústia, liberá-la perante situações de *perigo*, concebidas como ameaças de instauração de uma *situação traumática*, de tal forma que o ‘sinal de angústia’ justamente sinaliza a condição necessária para que o processo defensivo seja mobilizado” (p. 102, grifos do autor)⁸⁰. O que ocorre é que nas neuroses traumáticas, especialmente nas neuroses de guerra, o sujeito fica impedido de reagir ao perigo – há que se considerar que o fator surpresa é condição estratégica no caso da guerra. A apreensão de Rouanet (2006) sobre o tema das neuroses traumáticas nos ajuda a compor essa ideia:

O sujeito não pode reagir ao pavor nem por uma descarga adequada, nem por um mecanismo “normal” de defesa. Não pode usar recursos habituais facultados pelo princípio do prazer, como a retificação de uma realidade insatisfatória pelo sonho. Ao contrário, os sonhos do doente não parecem obedecer aos mecanismos da realização de desejo, pois remetem sempre à situação traumática original. (p. 144).

A explicação para os sonhos recorrentes nas neuroses traumáticas poderia ser simples: trata-se de uma fixação no momento em que o trauma ocorreu, mas Freud se propõe a pensar além e, numa trajetória fascinante, conduz-nos para o novo dualismo pulsional que vai prevalecer na segunda tópica.

Diante dos sonhos das neuroses de guerra ou das neuroses traumáticas, Freud (1920/2010) admite pela primeira vez que nem todo sonho é realização de

⁷⁹ A noção de “eu”, pertencente à segunda tópica freudiana, é abordada no texto *O eu e o id* (1923/2011). Abordarei esse texto na última parte desta tese.

⁸⁰ Loffredo (2014) aprofunda essa ideia na segunda parte de seu livro *Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana*. Para a autora, há três tempos na produção freudiana sobre a angústia e a “virada” acontece partir de 1926 quando, na teoria freudiana, a “angústia passa a ocupar um papel defensivo e, segundo essa reformulação, é liberada intencionalmente pelo eu, sede da angústia, perante situações de perigo, definidas como ameaças de ocorrência de uma situação traumática, sendo essa sinalização uma condição necessária para colocar o processo defensivo em andamento” (p. 317). Não vamos adentrar os desdobramentos desta questão no âmbito desta tese. Mas para os propósitos deste estudo e para que possamos retornar à ideia central deste capítulo, basta considerar que o papel defensivo deste “sinal de angústia” nos protegeria da instauração de uma situação traumática. Mais adiante devemos voltar a esse assunto e será fundamental nos perguntarmos se, na cultura contemporânea, o sujeito consegue agenciar os mecanismos defensivos, se o eu é capaz de liberar o sinal de angústia diante das situações de perigo ou se é surpreendido, muitas vezes, pelo estado de terror.

desejo: “Aqui seria, então, o lugar de admitir pela primeira vez uma exceção à tese de que o sonho é uma realização de desejo [...] Eles obedecem antes à compulsão de repetição” (p. 196).

As manifestações da compulsão à repetição são descritas por Freud em três situações distintas⁸¹. A primeira delas se refere às repetitivas brincadeiras infantis – o principal exemplo fornecido é o caso do menino de um ano e meio que brinca de “desaparecimento e retorno” com seus brinquedos em geral e, em especial, com seu carretel de madeira preso a um fio –, a expressão que Freud usa neste trecho, ficou célebre para os psicanalistas: *Fort-Da*. A segunda situação que o autor descreve é a repetição promovida pela transferência no tratamento psicanalítico: o paciente ao invés de recordar, repete o material recalcado como se fosse uma experiência atual. O terceiro caso de manifestação da compulsão à repetição concerne aos sonhos nas neuroses traumáticas, que fazem com que o sujeito reviva, repetidamente, a situação traumática (como se fosse atual e em sua condição de terror). Repetir no lugar de recordar nos dirige para um passado que não se transformará em narrativa e que vai operar no presente como se fosse tempo presente. Freud conclui a terceira seção da obra de 1920 dizendo que a manifestação da compulsão à repetição observada nos sonhos das neuroses traumáticas é o exemplo menos dúbio de uma operação que deveria ser explicada além do princípio do prazer.

É nesta obra de 1920 que Freud conceitua a pulsão de morte, reforçando sua concepção em 1923, em *Eu e o id*, e sintetizando em 1924⁸², no texto *O problema econômico do masoquismo*, uma cadeia de relações entre os princípios do prazer, do Nirvana, e da realidade:

O princípio do *Nirvana* exprime a tendência do instinto⁸³ de morte, o princípio do *prazer* representa a reivindicação da libido, e a modificação dele, o princípio da *realidade*, a influência do mundo externo. Nenhum desses três princípios é realmente colocado fora de ação por outro. Via de regra eles sabem tolerar um ao outro, embora ocasionalmente deva levar a conflitos o fato de a meta estabelecida ser, de um lado, a diminuição quantitativa da carga de estímulos, do outro, um caráter qualitativo da

⁸¹ Não pretendemos explicar cada uma das manifestações da compulsão à repetição no âmbito deste capítulo. No lugar disso, vamos nos focar nas considerações gerais, propostas por Freud para os três casos.

⁸² Ressalto que voltaremos a abordar, mais adiante nesta tese, os dois textos: *O eu e o id* (1923) e *O problema econômico do masoquismo* (1924).

⁸³ No âmbito deste trabalho, usarei “pulsão” como tradução do termo alemão *Trieb*, ainda que a versão “instinto” apareça nas citações que serão utilizadas. Sobre o debate envolvendo a tradução deste termo remeto o leitor para Souza (2010) e Hans (2004).

mesma, e, por fim, um adiamento da descarga e uma aceitação provisória da tensão devida ao desprazer. (FREUD, 1924/2011, p. 187).

De acordo com essa síntese, a meta quantitativa seria estabelecida pelo princípio do Nirvana que está a serviço da pulsão de morte; todavia o caráter qualitativo de prazer é dado pelo princípio do prazer, enquanto a aceitação da tensão provisória e o adiamento da descarga é efeito do princípio da realidade. Nesse texto de 1924, Freud acrescenta o masoquismo na lista de fenômenos – além da compulsão à repetição – que colocariam em cheque o princípio do prazer. Ora, os sonhos das neuroses traumáticas, que também colocaram em cheque o princípio do prazer, entrariam no rol das manifestações da pulsão de morte. Cabe um cuidado aqui: “nem tudo que não se pode representar faz parte do Mal” (KEHL, 2000, p. 140).

Podemos sintetizar nossas ideias até este ponto: o trauma, nas neuroses de guerra, articula-se tanto à insistência do retorno de um passado que não pode ser representado quanto à experiência cujo matiz afetivo é excessivamente intenso. Uma das questões, para o sujeito que vive um acontecimento traumático, é exatamente essa: de que modo acolher, economicamente, este excesso de energia não ligada que invade o psiquismo. No que concerne aos combatentes de guerra, a qualidade traumática da experiência fica enaltecida pelo silêncio. Lembremos que “os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha” (BENJAMIN, 1933, p. 124). O empobrecimento da experiência está justamente relacionado a essa condição de inenarrabilidade, de irrepresentabilidade do vivido.

Parece-nos que o empobrecimento da experiência e da narrativa – aludido por Benjamin –, está diretamente relacionado ao empobrecimento da nossa capacidade de simbolização. O empobrecimento da simbolização, por sua vez, relaciona-se diretamente ao trauma conforme proposto por Freud no caso das neuroses traumáticas. Mas será que tudo que se opõe à experiência (*Erfahrung*) é da ordem do traumático? Certamente que não. Essa observação é assinalada por Kehl (2009):

*Nem tudo o que se opõe à experiência é da ordem do trauma, assim como nem todo choque que atinge o aparelho psíquico pode ser considerado traumático. O oposto da experiência (*Erfahrung*) é chamado por Benjamin de vivência, compatível com a temporalidade que Gourevitch denominou “presente comprimido”. O que Benjamin designa por vivência (*Erlebnis*)*

corresponde ao que, do vivido, produz sensações e reações imediatas *mas não modifica necessariamente o psiquismo*. (p. 160, grifos nossos).

Ainda que reconheçamos que não seja da ordem do traumático todo e qualquer evento da cultura contemporânea, as condições de ilusão, de risco e de vulnerabilidade – expostas na primeira parte desta composição – parecem se constituir, em seu conjunto, como condições potenciais para a exposição do sujeito à traumatização. Neste sentido, o campo do traumático nos parece privilegiado para pensarmos algumas modalidades de sofrimento na contemporaneidade. Isso não quer dizer que todos aqueles que estão expostos ao excesso de trabalho e às condições precárias de garantia e de remuneração, às mudanças velozes, à flexibilização constante e à efemeridade, estão traumatizados tal como os combatentes que voltavam silenciosos do campo de batalha. Contudo, talvez essas condições possam operar como pequenos traumas parciais que, em conjunto, podem ou não levar o sujeito ao silêncio. Será que estamos todos preparados para os excessos que assombram nosso cotidiano? Há tempo para o agenciamento de defesas ou as situações nos assolam de surpresa, em seu teor de terror? O que fica cada vez mais evidente – e usamos alguns exemplos na primeira parte desta tese como ilustrações – é que nossa capacidade de contar uma história tem sido influenciada por condições de empobrecimento simbólico. Mas a miséria simbólica a que estamos expostos não nos remeterá ao trauma e/ou a novas formas fragmentadas de simbolização? O sujeito consegue contar uma história para si mesmo diante das condições atuais de trabalho a que está submetido no capitalismo flexível? Será que ainda há espaço para narrativa, mesmo que empobrecida em sua dimensão de transmissibilidade coletiva? Ou mais que isso, será que a perda da narrativa sequer se coloca como um mal-estar na cultura contemporânea? Talvez, como anunciamos anteriormente, a psicanálise possa ser um reduto para a narrativa, mas haveria outros? Nossa hipótese é que, como tentativa, não a única, de lidar com as condições potencialmente traumáticas, surge uma nova forma de simbolização (fragmentada e empobrecida), uma tentativa de contar uma história que se vincula a uma espécie de “narrativa emprestada”. Esta é a pista que seguiremos.

2.2. VOCÊ S/A

O problema que enfrentamos é como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva.

Sennett

Recentemente⁸⁴ foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4330, que regulamenta a terceirização de mão de obra pelas empresas não só em suas atividades-meio, mas também em suas atividades-fim. Isso quer dizer, dentre outras coisas, que uma escola, por exemplo, poderia contratar seus professores como PJ (Pessoa Jurídica) ou uma fábrica contratar seus operários neste formato. Esse projeto de lei regulamentaria, de alguma forma, a terceirização dos trabalhadores, o que ficou conhecido também como “pejotização”, isto é, a transformação de pessoas físicas em pessoas jurídicas (empresas). Além de uma leitura em termos de precarização do trabalho e, portanto, de mais um dado para pensarmos as novas modalidades de sofrimento psíquico decorrentes de novos modos de vulnerabilidade, este projeto de lei parece regulamentar e concretizar aquilo que teorizamos anteriormente: o sujeito tornou-se, neste caso, tornar-se-ia, literalmente, pessoa-jurídica ou pessoa-empresa ou o que denominamos anteriormente, junto com GORZ (2005), “VOCÊ S/A”.

Ora, não seria exagero dizer que o trabalhador transformado em pessoa-jurídica, assume mais riscos do que aquele que é contratado no regime CLT⁸⁵. Lembremos que o risco é ressaltado por Sennett (2012) como uma das condições do capitalismo flexível: “as novas condições de mercado obrigam grandes números de pessoas a assumir riscos, mesmo sabendo os jogadores que as possibilidades de retorno são tênues” (p. 104).

O risco, neste caso, seria de ordem concreta se levarmos em conta o fato de que um “trabalhador-empresa” perderia algumas das garantias e proteções conquistadas por meio da CLT como, por exemplo, a licença-maternidade, a

⁸⁴Na data de 22 de abril de 2015, a Câmara dos deputados votou a PL 4330 e aprovou seu conteúdo. Não pretendo adentrar a polêmica da terceirização e as manifestações que tiveram espaço no país a partir desta votação porque não é objeto de investigação deste trabalho, mas cabe considerar este projeto de lei como ponto de partida para retomarmos a expressão “VOCÊ S/A”.

⁸⁵A sigla quer dizer “consolidação das leis do trabalho”. A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil.

remuneração de férias etc. Do ponto de vista da empresa, contratar por um regime de PJ desoneraria a folha de pagamento, gerando ainda mais flexibilidade em termos contratuais. Flexibilidade, como sabemos, é o sobrenome do novo capitalismo, caracterizando, de fato, as novas relações de trabalho. Como afirma Sennett (2012):

“Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. *As práticas da flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas.* (SENNETT, 2012, p. 53, grifos nossos).

Dobrar-se sem se quebrar tal como uma árvore – esse é o sujeito idealizado e adaptado aos novos moldes do capitalismo flexível. Mas será que isso é possível sem consequências em termos de sofrimento psíquico? Ou será que estamos diante de condições potencialmente traumáticas?

Cabe aqui mais uma ilustração antes de avançarmos: a mídia internacional noticiou⁸⁶, a partir de um relatório publicado pelo CIPD (Chartered Institute of Personnel and Development)⁸⁷, uma modalidade cada vez mais comum de contratação no Reino Unido: o contrato “zero-horas” (ARNSTEIN, 2015). De acordo com esse tipo de contratação, não há garantia mínima de horas-trabalho, ou seja, o trabalhador fica disponível para aquela empresa por quantas horas ela precisar, mesmo que naquele determinado mês a quantidade de horas seja zero (daí o nome dado para o tipo de contratação).

A flexibilidade, nesse caso, fica evidente não só em termos contratuais, mas também na relação tempo/trabalho e no que concerne à remuneração variável. E quem assume o risco nessa situação não é o empregador nem tampouco o acionista que reparte os lucros daquela empresa, mas sim o trabalhador. Embora as possibilidades de retorno sejam tênues, mesmo assim o sujeito se sente impelido a aceitar o jogo e a assumir todos os riscos. Como esclarece Viana (2012, p. 120): “as fichas de apostas das pessoas S/A são ainda o bom e velho trabalho concreto”. Isso

⁸⁶ As notícias sobre o assunto podem ser encontradas em diversos veículos de comunicação. Como exemplo, sugiro a leitura das matérias nos jornais reconhecidos internacionalmente: BBC (Q&A, 2015) e The Guardian (FLEMING, 2015).

⁸⁷ Trata-se de um instituto, sem fins lucrativos, especializado em carreira e alocação de profissionais no Reino Unido. O aumento de contratos “zero-horas” evidencia novas relações de trabalho que se caracterizam pela precariedade.

quer dizer que não se trata apenas de trabalho imaterial, como vimos anteriormente com GORZ (2005) em relação à empresa pós-fordista, mas também de um trabalho concreto, muitas vezes nas fábricas que outrora operavam de acordo com a rigidez fordista e que, agora, sob o signo da flexibilidade, encontram novas formas de contratação. Em última instância, o modelo VOCÊ S/A e a ideia de capital humano opera tanto para o executivo de alto escalão quanto para um operário, como lógica subjacente a esses novos formatos de trabalho que direcionam o risco para aquele que trabalha. A responsabilidade não só por conseguir um trabalho, mas por manter-se atrativo para o mercado de trabalho, assim realocada, endereça-nos para mais um elemento em termos de sofrimento psíquico. Seria possível construir uma narrativa em um “contrato zero horas” ou teríamos que pensar em subcapítulos ultra fragmentados de história?

2.2.1. VOCÊ S/A Jr.

A ideologia fatalista do discurso e da política neoliberais de que venho falando é um momento daquela desvalia acima referida dos interesses humanos em relação aos do mercado.

Paulo Freire

Certa vez uma aluna⁸⁸ me contou que seu chefe (diretor de uma grande empresa) fazia questão que seu filho viajasse sozinho de avião para se preparar para a vida adulta. De acordo com sua concepção de preparo, o filho deveria lidar desde cedo com a solidão já que na vida adulta teria que enfrentar esse tipo de sensação ao se tornar um grande executivo. Esse relato fez com que outros alunos daquela turma levantassem as sobrancelhas com certo espanto. Mas o susto veio na sequência: o garoto, que deveria se preparar para a solidão por meio de viagens de avião, tinha apenas três anos de idade.

Caso fosse uma situação incomum, levaria-nos a pensar, individualmente, nesse pai e nas suas relações com o trabalho e com o filho. A questão que se sobrepõe à primeira sensação de sobressalto ao escutar um relato como esse é que não se trata de um caso raro. Pelo contrário.

⁸⁸ Aluna do curso de pós-graduação lato sensu “Psicologia Organizacional e do Trabalho”, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), onde ministrei aulas com o tema “Educação e trabalho”.

Em 3 março de 2014, o jornal Estado de São Paulo, publicou uma reportagem intitulada “Escolas dão aula de finanças, inglês e empreendedorismo a partir dos 3 anos” (VIEIRA, 2014). As propostas pedagógicas das escolas da capital paulista Escola Sol da Vila, na Vila Madalena, Colégio Internacional Emece, em Perdizes e Escola Baby Nurse, na Vila Prudente são citadas neste artigo como oportunidades de preparo para as crianças e também para os bebês que escutam desde o berçário (a partir dos oito meses) a língua inglesa a fim de se tornarem adultos mais aptos para o mercado de trabalho. A rotina de aulas nestas instituições (de pré-escola e ensino fundamental) inclui inteligência emocional, educação financeira, inglês e empreendedorismo e se assemelham mais, pelo menos no que concerne aos assuntos, aos cursos para executivos do que às costumeiras salas de aula de ensino infantil. De acordo com a notícia e com as entrevistas realizadas pelo jornal, os pais não só aprovam essas inovações pedagógicas como também se orgulham dos filhos que, aos cinco anos de idade, já têm metas de curto, médio e longo prazo e poupam dinheiro para comprar o próprio brinquedo. O método utilizado por essas escolas para a educação financeira, segundo a reportagem, é o DSOP: Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar. Poderíamos nos perguntar, ainda mergulhados na reação de espanto, o que significa sonhar para esse tipo de pedagogia. Onde caberá o sonho e como sonharão as gerações que têm que se preparar para o mercado de trabalho desde o berçário?

Cinco dias depois dessa reportagem e em resposta a ela, o sociólogo José de Souza Martins escreveu no mesmo jornal uma coluna intitulada *Contas sem faz de conta*. O artigo de Martins é composto por diversas perguntas e elas se articulam, sobremaneira, às inquietações que deram origem a essa tese:

Ainda haverá poetas quando os primeiros rebentos da escola pós-pedagógica forem soltos da gaiola em que perderam a infância para fazer cursos de finanças, de inglês onírico e de empreendedorismo antes que lhes nascessem os primeiros pelos pubianos ou mesmo os primeiros dentes? [...] como sonharão as gerações pré-fabricadas de adultos precoces, que aprendem finanças aos 3 anos de idade, que ouvem a língua inglesa e aprendem a dizer *mummy* enquanto dormem o sono dos inocentes, antes mesmo de balbuciar mamãe em português? Que troca é essa? Sonharão? Sonharão em português ou em inglês onírico de prisioneiros do sonho alheio, o da mercantilização da inocência em nome de um futuro medido pelos trocados bem calculados de uma existência para o lucro e a eficiência? (MARTINS, 2014)

Talvez não seja mais possível fazer de conta sem fazer conta em um cenário onde predomina a linguagem instrumental, que se apoia principalmente na lógica do mercado financeiro. Há cada vez menos espaço para contar uma história e para fazer de conta sem levar em consideração os custos, o investimento e o proveito imediato ou futuro em termos de resultado para a inserção no mercado de trabalho daqueles que, na prática, deveriam apenas brincar. O que nos parece é que a racionalidade econômica atravessa também o mundo infantil e tem repercutido nas novas indicações pedagógicas. É interessante notar que muitos pais se orgulham justamente deste *investimento* no futuro dos filhos – percebam aqui que a palavra investimento, que decorre do mercado financeiro, parece dar o tom dos argumentos dessa nova pedagogia.

O que cabe pensarmos, para os propósitos deste estudo, é que a narrativa distendida e desvinculada da mercantilização da experiência humana, perde lugar para as crianças que desde cedo aprendem como “Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar”. Perde lugar também a possibilidade de deleitar-se com as texturas da experiência. Martins (2014) ressalta a questão no campo da música:

Ainda haverá quem seja capaz de sentir na alma a *Bachiana* n° 5, de Villa-Lobos, sem perder-se no caminho contando quantas notas tem? Quanto tempo o compositor "gastou" para compô-la? Quantos cruzeiros teria ganho se, em vez disso, tivesse montado uma fábrica de parafusos ou de goma de mascar? Oh, boy, I don't know!

Será que as personagens que habitam os contos dos irmãos Grimm ainda terão espaço nos novos moldes de educação infantil voltada para a preparação instrumental desde o berçário? Será que ainda há lugar para a brincadeira despreocupada, para a imaginação e para o conto de fadas? Sabemos que Benjamin (1936/2012, p. 232) coloca o conto de fadas em um lugar especial em termos de narrativa: “O primeiro narrador verdadeiro é e continua sendo o narrador de contos de fadas”. Mas como narrar o conto de fadas e o fazer de conta num mundo onde se deve fazer conta antes de qualquer coisa?

Quando Randy (2002) examina a financeirização do nosso cotidiano em seu livro *Financialization of daily life*, aponta para uma questão que se soma aos nossos questionamentos: “a gestão de dinheiro para criança não é só apenas uma preparação para o futuro emprego, mas também um meio de racionalização da

casa, de modelar a vida doméstica nos moldes de uma corporação moderna”⁸⁹ (p. 55). Ora, se por um lado temos que nos tornar VOCÊ S/A para compor a corporação moderna, por outro, nossa própria vida cotidiana tem se moldado a partir das novas regras organizacionais. Randy (2002) menciona a Cash University, fundada por Willard Stawski, que criou produtos educacionais especialmente desenhados para ensinar crianças sobre dinheiro. Nas palavras de Stawski (2000 apud RANDY, 2002, p. 58): “Se nossos filhos são influenciados para adiar a gratificação e realmente ganhar os dólares necessários para alcançar o objetivo, eles irão experimentar o orgulho de domínio que é necessário para apreciar e cuidar da uma meta”⁹⁰. O estabelecimento de metas e uma espécie de plano de negócios são sugeridos por Stawski para a família, que não obstante, deve se organizar tal como uma equipe. A “equipe-família”, de acordo com esse autor, deve estabelecer metas claras para os membros, mesmo para os mais novos. Um contrato pode ser feito e as demandas e responsabilidades devem ser escritas e avaliadas (a sugestão é que sejam avaliadas percentualmente: 75% para as tarefas mais ou menos feitas; 100% quando bem feitas etc.). As metas atingidas pela “equipe-família” podem aparecer numa espécie de diário para que todos possam ter acesso. De acordo com o método, as crianças aprendem o prazer de mensurar seu desempenho⁹¹ e praticando os protocolos comportamentais, a família promoveria uma espécie de alfabetização no que concerne à autogestão financeira. Em tom crítico, Randy conclui que “se o livro de Stanwki começa com uma conta de brinquedos, termina com conselhos sobre como obter das crianças uma ligação com ações, títulos e fundos mútuos.” (2002, p. 62, tradução nossa)⁹². Randy completa suas

⁸⁹ As citações que terão espaço nesta tese estão contidas no livro *Financialization of daily life* (RANDY, 2002), que ainda não foi traduzido para o português. Por essa razão, os trechos usados serão traduzidos por mim e encontrados em nota de rodapé no original: “money management for children is not only a preparation for future employment, but also a means of rationalizing the home, of modeling domesticity along the lines of modern corporation” (RANDY, 2002, p. 55).

⁹⁰ “If our children are influenced to defer gratification and actually earn the dollars necessary to obtain the goal, they will experience the pride of ownership necessary to appreciate and take care of the goal item”. No caso desta citação, *pride of ownership* também se remete ao orgulho de ter uma propriedade, de ser proprietário (menções que se endereçam ao capitalismo tal como o experimentamos em nossa cultura).

⁹¹ Cabe lembrar que as avaliações de desempenho têm sido usadas constantemente nas empresas como estratégia organizacional atrelada, em geral, à remuneração variável. Em termos de instrumento, as organizações se utilizam de “avaliações 180 graus”, que correspondem à autoavaliação, à avaliação do gestor sobre o subordinado e do subordinado sobre o gestor e “avaliações 360 graus” que abrange avaliação de todos para todos (inclusive pares e avaliações de clientes).

⁹² “[...] while Stanwki’s book begins with an account of toys, it ends with advice on how to get kids hooked up with stocks, bond, and mutual funds.”

considerações citando um site para ilustrar a financeirização precoce do nosso cotidiano e a transformação da família a partir dos moldes da racionalidade econômica: trata-se de BernieBucks.com, que oferece além de livros, softwares para a preparação das crianças para suas finanças pessoais. Poderíamos pensar que são sites avulsos que querem encontrar um nicho de mercado, todavia os programas de finaceirização infantil já adentram as universidades: a Universidade de Missouri e a Universidade de Minnesota oferecem cursos e ferramentas específicas para educação financeira nos estágios precoces da infância.

No que concerne ao Brasil, além das escolas da capital paulista que apresentam propostas pedagógicas que se focam na educação financeira, outros indícios parecem corroborar neste trajeto de transformar a criança no VOCÊ S/A Jr. A prática é recente e ainda não encontramos artigos científicos que abordem essa questão específica⁹³, mas a reportagem jornalística é ilustrativa e por isso usaremos como exemplo: no dia 22 de junho de 2015, o jornal Estado de São Paulo publicou uma notícia intitulada “Pais buscam coaching até para crianças de dois anos de idade”⁹⁴. A palavra “até”, estampada no título, distancia-nos da prática como algo comum e nos traz de volta à sensação de espanto diante dessas novas modalidades de preparação infantil, mas o fato é que essa corrente de preparo para o mercado de trabalho desde a primeira infância têm encontrado cada vez espaço nas escolas e nas famílias contemporâneas. De acordo com o jornal, as sessões de *coaching* são oferecidas para crianças a partir dos dois anos de idade e ajudam a preparar os pequenos para a liderança e para o mundo corporativo desde cedo. Duas empresas são citadas na reportagem: FasTrackKids⁹⁵ e CreSerMais. A primeira, especializada em educação infantil, está presente em 53 países e já conta com 10 franquias no Brasil. A segunda, especializada em treinamentos e *coaching* para executivos, também apresenta a nova modalidade para crianças. Os novos ideais, presentes no campo do imaginário social, ficam registrados nos comentários dos pais que se orgulham dos efeitos dessas novas práticas: “A mudança maior foi com Eduardo,

⁹³ Consultamos as seguintes bases de dados: Scielo, Pepsic e Lilacs.

⁹⁴ A reportagem pode ser acessada em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pais-buscam-coaching-ate--para-criancas-de-2-anos---imp-,1710796>

⁹⁵ Dados sobre essas empresas podem ser encontrados em seus respectivos sites: <http://fastrackkids.com.br/quem-somos/missao-e-filosofia/> e <http://crersemais.com.br/quem-somos/>

que era mais tímido, e começou a ter espírito de liderança e se posicionar mais. A Maria (à época com 3 anos) desde bem pequenininha já se mostrava como líder”.⁹⁶

Deixarei a questão da “liderança infantil” e sua articulação com os novos ideais na cultura contemporânea em suspenso porque quero abordar o assunto diante das considerações que farei sobre o livro *O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança* (grifos nossos). Voltemos ao cenário que estamos delineando.

No âmbito da produção editorial, as impressões acerca do VOCÊ S/A Jr. se confirmam. O que podemos notar é que ao menos no que diz respeito às prateleiras das livrarias, os contos de fadas têm dividido espaço com os livros destinados a educação financeira e ao preparo precoce para o mercado de trabalho. Como exemplo podemos citar a coleção da editora DSOP (que leva o mesmo nome da metodologia que mencionamos anteriormente), indicada para a faixa etária de três a seis anos: *Caderno de educação financeira* (DOMINGOS, 2010), *O Menino e o dinheiro* (DOMINGOS, 2010) e *O menino, o dinheiro e os três cofrinhos* (DOMINGOS, 2011). Outros títulos no acervo da literatura infantil mais recente também servem de ilustração: *Quero ser rico: rico de verdade* (MODERNELL, 2010), *O pé de meia mágico: educação financeira* (MODERNELL, 2012), *Finanças é coisa de criança* (PREGARDIER, 2014). Até as personagens de Maurício de Souza, que outrora protagonizavam as contradições comuns do mundo infantil, emprestaram suas vestes para a educação financeira precoce: *Descobrimo o valor das coisas: o guia de educação financeira para pais e professores* (CERBASI; SOUZA, 2012).

As novas pedagogias e os instrumentos para educação infantil não são objeto desta tese, mas servem aqui para compor o cenário a partir do qual emerge nossa hipótese de trabalho. Fica evidente que assim como o trabalhador que deve constantemente produzir-se a si mesmo tal como um empreendimento que é; assim como o sujeito que se transformou no VOCÊ S/A e que deve preocupar-se não com sua história, mas com sua viabilidade e competitividade no mercado; assim como a família que deve se tornar uma equipe com metas claras e avaliações constantes, a criança, desde os dois anos de idade, também deve investir em seu capital humano. E como essas crianças contarão suas histórias? As novas regulações do trabalho aparecem no *coaching* infantil, na escola que preenche seu currículo pedagógico

⁹⁶ O depoimento é de Cíntia, uma das mães entrevistadas na reportagem mencionada em nota de rodapé anterior.

com aulas de empreendedorismo e nos livros de educação financeira para os leitores mirins. Há espaço para o sujeito, para a experiência e para a narrativa? É óbvio que no berçário, ainda em sono profundo, escutando as palavras em inglês de uma cuidadora, a criança não sabe sobre os predicados e as nuances da cultura contemporânea. Talvez mesmo ao brincar de banco ou de mercearia e ao contar o dinheiro da mesada, ainda não tenha notado que seu tempo de brincar tenha sido preenchido pelos novos modos de regulação do trabalho. Ainda assim, ao escutar *mummy* no lugar de mamãe, já está inserida na cultura cujas ondas a deixarão à deriva; já está mergulhada em uma história que terá menos chances de ser contada, embora possa ser contabilizada.

2.3. A proliferação dos livros de autoajuda no campo dos negócios

Achar uma resposta é um negócio lucrativo.

Salecl

Os livros que seguem o estilo autoajuda, no campo dos negócios e da carreira, presentes nas prateleiras infantis como abordamos na seção anterior, proliferam como *best sellers* no mercado editorial adulto. De acordo com a Publishnews⁹⁷, que fornece dados para o mercado editorial brasileiro, temos o seguinte quadro dos mais vendidos⁹⁸, nos últimos quatro anos, na categoria “Negócios”:

2010:

1°	Bilionários por acaso
2°	O Monge e o executivo⁹⁹
3°	Os segredos da mente milionária

⁹⁷ Trata-se de uma *newsletters* semanal que é enviada para os editores do país. O mercado editorial reconhece como fonte de pesquisa e tem utilizado, de forma geral, os dados recolhidos por esta empresa a fim de avaliar suas publicações e novas edições etc. Não tivemos acesso às newsletters diárias, mas o site da empresa publica, gratuitamente, o ranking dos mais vendidos.

⁹⁸ A metodologia de apuração dos livros mais vendidos (*best sellers*) se apoia em listas divulgadas pelas principais livrarias do país: Argumento, Cultura, FNAC, Laselva, Leitura, Martins Fontes SP, Nobel, Saraiva, Super News, Travessa e Vila. O ranking, divulgado por esse veículo, é feito a partir da soma simples das vendas de todas as livrarias consultadas.

⁹⁹ Destaquei o livro “O monge e o executivo” – que se manteve como primeiro e segundo colocado no ranking dos últimos quatro anos -, porque na sequência farei uma abordagem mais detalhada deste livro.

4°	51 atitudes para vencer na vida e na carreira
5°	12 meses para enriquecer

2011:

1°	O Monge e o executivo
2°	Os segredos da mente milionária
3°	A saga brasileira
4°	Casais enriquecem juntos
5°	Não tenha medo de ser seu chefe

2012:

1°	O Monge e o executivo
2°	Desperte o milionário que há em você
3°	Os segredos da mente milionária
4°	Casais enriquecem juntos
5°	O poder dos quietos

2013:

1°	Sonho grande
2°	O Monge e o executivo
3°	As 25 leis bíblicas do sucesso
4°	Desperte o milionário que há em você
5°	Os segredos da mente milionária

2014:

1°	Sonho grande
2°	O Monge e o executivo
3°	De volta ao mosteiro
4°	Os segredos da mente milionária
5°	A arte da guerra: os treze capítulos originais

Vale ressaltar que ainda que os campos fornecidos para pesquisa pela Publishnews se dividam em “Autoajuda” e “Negócios” como categorias separadas, o

que percebemos de antemão, por meio dos títulos mais vendidos no item “Negócios” é que, nesse espaço, a autoajuda em termos de gênero literário, parece prevalecer. Essa percepção é corroborada por Carvalho, A. Carvalho e Bezerra (2010):

[há uma] constatação de que as estantes de livrarias repletas de livros de negócios estão cada vez mais semelhantes – no que tange a título, diagramação, cores das capas e, obviamente, ao conteúdo – às estantes com livros esotéricos e de autoajuda. Não é raro encontrar as três categorias misturadas na mesma seção. (p. 536)

Se os títulos e, inclusive, o conteúdo dos livros de gestão e de negócios tem se assemelhado aos livros esotéricos e de autoajuda, aqui temos uma questão interessante: a forma prescritiva da linguagem prevalece como denominador comum.

Carvalho, A. Carvalho e Bezerra (2010), partindo da constatação desta mistura nas prateleiras das livrarias e do uso deste tipo de literatura prescritiva nos programas das faculdades de administração, aplicaram um questionário para estudantes contendo trechos de livros previamente classificados pelos pesquisadores como “pop-management”¹⁰⁰ (livros populares de gestão), “autoajuda” e “esotérico”. Embora existam limites do ponto de vista metodológico para os resultados apresentados por esses autores, o que fica evidente na pesquisa que fizeram – que pedia explicitamente aos estudantes para classificarem trechos de livros como sendo de “autoajuda”, “livro de gestão” ou “esotérico” –, é que não há diferença significativa, do ponto de vista do conteúdo e da percepção dos leitores, entre trechos de livros considerados de “Gestão” e trechos de livros destacados como “Autoajuda” ou “Esotéricos”.

É particularmente preocupante a confusão decorrente desse amálgama de gêneros [...] Em função das claras características da literatura de *pop-management* – fácil assimilação, utilizada por profissionais supostamente bem-sucedidos e consultores de negócios, com utilização de recursos narrativos e discursivos que se aproximam da realidade do leitor – os respondentes da pesquisa não foram capazes de diferenciar esse tipo de leitura dos livros esotéricos e de autoajuda. *Uma das possíveis razões para esse resultado é que os três tipos de literatura, de fato, têm as mesmas características em seus textos.* Isso pode ser comprovado não só pelo fato dos respondentes não terem identificado os trechos de *pop-management*,

¹⁰⁰ Os pesquisadores emprestaram a definição de *pop-management* de WOOD Jr e De PAULA (2003, p. 79, grifos dos autores): “Definimos livro popular de gestão como um texto produzido por um agente do campo do *management* – consultor, guru, jornalista, professor ou executivo – com a finalidade de difundir suas ideias em grande escala e legitimar seu papel de produtor ou disseminador do conhecimento em gestão empresarial. Tais ‘produtos’ fazem parte da literatura de *pop-management*”

mas também pela confusão de respostas referentes a cada trecho. (p. 547, grifos nossos)

Wood Jr e De Paula (2003) também se voltaram para essa temática quando pesquisaram a literatura encontrada nos aeroportos e consumida pelos executivos. De acordo com os autores – que nomeiam este gênero literário como *pop management* –, a década de 1990 marca uma expansão do mercado editorial voltado para os executivos. Os recordes de vendas mostram que embora possamos criticar este tipo de literatura em termos de conteúdo, estilo e falta de consistência, os leitores têm consumido este gênero literário mais do que outros, haja vista a lista de *best sellers* que apresentamos anteriormente. O que é notável é que a gama de leitores não é circunscrita apenas ao público de executivos:

Se o avanço dos livros populares de gestão sobre o público executivo é por si só um fenômeno digno de investigação, ainda mais notável é sua disseminação entre professores e pesquisadores. De fato, nas disciplinas de recursos humanos, estratégia e marketing, assim como em trabalhos acadêmicos apresentados em eventos científicos, é comum encontrar os mesmos autores presentes nas estantes dos aeroportos e nas mesas dos executivos. (WOOD JR; DE PAULA, 2003, p. 78).

A questão que se sobrepõe como veremos mais adiante, com a análise que faremos do livro *O monge e o executivo*, é que não há consistência nem profundidade teórica que justifique seu uso como bibliografia no campo acadêmico. Além da falta de consistência, muitas vezes os autores desses livros apresentam erros conceituais sob o nome de algum autor conhecido no campo científico. Esse recurso na escrita desse tipo de livro parece muitas vezes conferir cientificidade ao tema e o leitor leigo se sente informado quando na verdade está lendo erroneamente ou superficialmente sobre aquele determinado assunto. No caso de *O monge e o executivo* o autor menciona em uma linha e em um parágrafo ideias de Kierkegaard e Freud respectivamente (e neste caso os erros conceituais são evidentes); ademais usa argumentos de Maslow, versículos da Bíblia e “conceitos” de outros *best sellers* misturados em uma mesma página para explicar uma mesma ideia¹⁰¹. Não quero dizer com isso que a literatura de *pop-management* deveria seguir o rigor científico da academia, mas é interessante notar que mesmo sem este rigor e mesmo contendo erros conceituais evidentes, esses *best sellers* têm invadido as salas de aulas (muitas vezes por recomendação dos próprios professores).

¹⁰¹ Voltarei às especificidades desses recursos na análise que farei deste livro.

O que acontece na prática é que esse tipo de literatura tem fomentado não só os cursos ministrados dentro das empresas (pelas áreas de treinamento e desenvolvimento), mas também cursos de especialização, de graduação e trabalhos acadêmicos. Para Wood Jr e De Paula (2003, p. 85): “A literatura de pop-management, e os livros populares de gestão existem e prosperam em um vácuo de conhecimento e pela ausência de visões críticas”. Os editores entrevistados por Wood Jr e De Paula (2003) confirmam que para atrair mais leitores, há que se reduzir a complexidade dos conteúdos. Especificamente para o público brasileiro, há uma “preferência por histórias e casos em obra de fácil leitura com recomendações de ‘como fazer’ [...] além da identificação do público com histórias ficcionais e metáforas”. (p. 83-84). Aqui temos dois pontos que nos interessam particularmente: o primeiro se refere à preferência por histórias, por narrativas que poderiam ser “emprestadas” pelo leitor conforme veremos mais adiante na hipótese do presente trabalho e o segundo ponto concerne ao teor de autoajuda desse tipo de literatura popular. A linguagem é de fácil assimilação, prescritiva e pastoral¹⁰² mesmo no caso das histórias ficcionais.

Não nos interessa tanto a classificação em termos de gênero literário tal como sendo “Autoajuda” ou “Pop-management” porque, como vimos, esses gêneros se misturam não só nas prateleiras, mas também nos títulos, no conteúdo dos livros e na percepção dos leitores. O que nos interessa é saber qual é a ressonância desses *best sellers* para o leitor. Será que o predicado de prescrição (das receitas prontas de como obter sucesso, dinheiro etc.), a “pseudo-legitimidade” fornecida pelos “casos de sucesso” (por determinadas personagens como modelos) e a fácil assimilação diminuem o fardo do sujeito que se sente à deriva diante dos novos modos de regulação do trabalho? Ou esse tipo de literatura corrobora para a construção da identidade em termos do VOCÊ S/A? Preenchem a lacuna simbólica da relação do sujeito com o trabalho na atualidade ou apontam para um novo tipo de miséria simbólica? A hipótese deste trabalho é que os sujeitos, imersos nos novos modos de regulação do trabalho e ávidos por algum sentido, encontram por meio do mecanismo da identificação, na literatura prescritiva e instrumental dos *best sellers* (especialmente nas histórias e biografias), uma espécie de *narrativa emprestada* –

¹⁰² Abordaremos o discurso pastoral-gerencial especificamente relacionado ao livro *O Monge e o executivo* no próximo subcapítulo.

trata-se de uma *narração do destino*¹⁰³, empobrecida e fragmentada, mas que passa a modular os ideais na contemporaneidade. Mas o que seria uma narração do destino emprestada, empobrecida e fragmentada? Como opera a identificação neste caso e como podemos pensar os novos ideais?

A seguir, como veículo privilegiado para demonstrar as hipóteses que foram se aglomerando ao longo desta tese, vou propor uma leitura do livro *O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança*, de James C. Hunter (2004).

2.4. O Monge, o executivo e o leitor

2.4.1. Apenas uma leitura: parâmetros e limites metodológicos

Antes de nos voltarmos especificamente às minúcias do livro *O Monge e o executivo* (2004), cabem alguns parâmetros metodológicos. Dentre as diversas formas de apreensão da obra literária, vamos propor uma leitura considerando a recepção e o efeito sobre o leitor.

Isso quer dizer que não pretendo, no âmbito restrito desta tese, desvendar a obra como representação das vicissitudes do desejo do autor nem tampouco focar os aspectos formais do texto – ainda que algumas considerações neste sentido sejam necessárias para pensarmos na recepção, como veremos a seguir. Também não pretendo analisar a produção deste livro no campo da indústria cultural embora essa seja condição pressuposta por este trabalho e que poderia render estudos minuciosos nesta área tendo em vista as contribuições de Adorno (1986). Ademais é importante dizer que não será feita aqui uma análise da obra do ponto de vista da teoria literária marxista, nem tampouco do ponto de vista da tradição formalista ainda que possamos reconhecer que ambas as escolas literárias tenham suas contribuições em termos de análise.

De forma muito sucinta, a contribuição da teoria literária marxista poderia ser pensada a partir da apreensão da literatura em termos de sua função social, tal como um elemento constitutivo da sociedade – uma espécie de espelhamento da

¹⁰³ O termo “narração do destino” é usado por Silva Jr. (2008) em face aos diferentes usos da palavra “destino” na metapsicologia freudiana. Abordarei essa modalidade narrativa do destino, mais adiante, em seção específica.

realidade social. No caso do livro *O monge e o executivo* o espelhamento é claro se pensarmos nas inúmeras tentativas de acomodar o sujeito aos novos modos de regulação do trabalho. Na outra ponta, a contribuição da escola formalista, poderia ser pensada a partir da ênfase no caráter artístico da obra literária por meio de seus aspectos formais – neste sentido, haveria certa desvinculação de seus condicionantes históricos e sociais. No caso desse livro, pelo avesso, poderíamos avaliar o caráter não artístico da obra tendo em vista as características formais presentes em um texto de fácil assimilação. Voltaremos a isso.

Para Jauss (1994), principal expoente da “Estética da recepção”, é no hiato entre o conhecimento histórico (estética da produção) e o conhecimento estético (no sentido da representação), que há a possibilidade de pensar a relação entre a literatura e o leitor tanto em seus aspectos estéticos quanto históricos. “Ambos os métodos, o formalista e o marxista ignoram o leitor em seu papel genuíno, imprescindível tanto para o conhecimento estético quanto para o histórico: o papel de destinatário a quem, primordialmente, a obra visa.” (p. 23). Os métodos formalista e marxista, segundo este autor, compreenderam o fato literário dentro de uma estética da representação e da produção, respectivamente, e abdicaram de um componente importante para a análise de uma obra – a dimensão de sua recepção e de seu efeito – que tem tanto o caráter estético quanto sua função social implicados:

Leitores, ouvintes, espectadores – o fator público, em suma, desempenha naquelas duas teorias literárias um papel extremamente limitado. A escola marxista não trata o leitor – quando dele se ocupa – diferentemente do modo com que ela trata o autor: busca-lhe a posição social ou procura reconhecê-lo na estratificação de uma dada sociedade. A escola formalista precisa dele apenas como o sujeito da percepção. (JAUSS, 1994, p. 22)

Preocupados com a recepção estética e o efeito da leitura de uma obra ficcional, Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser representam, no âmbito da crítica literária, o que ficou conhecido genericamente como “Escola de Constança”. No final da década de 1960, na Alemanha, estes autores inauguram um campo específico de interesse: a leitura. Eles “não mais se concentravam tanto na significação ou na mensagem, mas sim nos efeitos dos textos e em sua recepção” (ISER, 1996, p. 10). Desta forma, representam um deslizamento de uma tradição que buscava no texto uma significação oculta ou a intenção cifrada deixada pelo autor – para uma ênfase na recepção, na leitura e no efeito proporcionado pelo texto. De uma história dos

autores, das obras e dos gêneros, de uma ênfase na intenção do autor e do texto, os críticos literários passam a considerar também a intenção do leitor¹⁰⁴. Para Eco (2005) há uma intenção do autor, ao produzir a obra, uma intenção do leitor ao entrar em contato com essa obra a fim de interpretá-la e uma intenção do próprio texto vista por meio de elementos que o compõem.

Sugeri que entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto) e a intenção do intérprete que (para citar Richard Rorty) simplesmente debasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito, existe uma terceira possibilidade. Existe a intenção do texto. (ECO, 2005, p. 29).

Dessa tríade vamos privilegiar, de acordo com nossos parâmetros metodológicos articulados aos objetivos deste trabalho, o embate entre a intenção do texto e a intenção do leitor já que é nesse encontro que o sentido pode ser produzido. Como mencionei no início dessas considerações, trata-se de pensar no efeito do texto sobre o leitor e nas consequências da leitura em termos de recepção.

Cabe considerar que para explorarmos os efeitos sobre o leitor e a recepção de uma obra literária precisamos levar em conta, além dos aspectos formais presentes no texto, também as condições históricas e sociais que antecedem aquela determinada obra. É justamente por meio desta proposta metodológica histórico-sociológica que Jauss (1994) fará suas proposições acerca da recepção de uma obra literária. De acordo com o autor:

A relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas. A implicação estética reside no fato de já a recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra e tornando visível sua qualidade estética. (JAUSS, 1994, p. 23)

E o que definiria a qualidade estética? Ou como predispor o leitor para a leitura tendo em vista o contexto onde está inserido? Jauss destaca três fatores que fariam parte das estratégias com as quais o escritor ficcional conta para conduzir o leitor:

¹⁰⁴ No âmbito desta tese não pretendo adentrar considerações sobre esses autores por dois motivos: primeiro porque para os propósitos do nosso objeto de investigação bastam alguns parâmetros metodológicos para que possamos adentrar nossa hipótese e, segundo, porque o leitor poderá encontrar este estudo mais detalhado em Moraes (2012), conforme referência já citada.

[primeiro] a partir de normas conhecidas ou da poética imanente ao gênero; em segundo, da relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário; e, em terceiro lugar, da oposição entre ficção e realidade, entre a função poética e a função prática da linguagem, oposição esta que, para o leitor que reflete, faz-se sempre presente durante a leitura, como possibilidade de comparação. Esse terceiro fator inclui ainda a possibilidade de o leitor perceber uma nova obra tanto a partir do horizonte mais restrito de sua expectativa literária, quanto do horizonte mais amplo de sua experiência de vida (JAUSS, 1994, p. 29-30)

Esse horizonte de expectativas do “*público a priori*”¹⁰⁵, pressuposto pelo escritor na escrita daquele texto, terá sua validação ou sua recusa se contrapusermos ao efeito sobre o *público empírico* que se define como aquele que efetivamente recebe a obra. Essa distância, segundo Jauss, pode ser pequena, como no caso dos *best sellers*, por exemplo, que não exigem do público nenhuma mudança de horizonte e não causam estranhamento porque, de certa forma, há uma identificação entre a expectativa pressuposta pelo texto e o efeito causado por ele, satisfazendo e confirmando aquilo que é familiar ao leitor. Inversamente, pode-se “avaliar o caráter artístico de uma obra pela distância estética que a opõe à expectativa de seu público inicial [...] experimentada de início com prazer ou estranhamento, na qualidade de uma nova forma de percepção.” (JAUSS, 1994, p. 32).

Ora, se o valor estético está diretamente relacionado à experiência de estranhamento¹⁰⁶ e se os *best sellers* não proporcionam tal distância em termos de expectativa e efeito, poderíamos delimitar aqui uma primeira condição do livro que iremos analisar: a falta de estranhamento ou o ajuste entre a expectativa do leitor e o que encontra efetivamente no texto não proporciona uma experiência estética e a qualidade artística do livro é empobrecida por esta condição. Aquilo que o leitor encontra neste tipo de literatura popular, por meio de uma linguagem de fácil assimilação, conforma-se de forma justa ao que ele espera e lhe familiar e, portanto, não exige nenhum trabalho adicional em termos psíquicos – trata-se de uma leitura palatável que de certa maneira conforta o leitor.

¹⁰⁵ De acordo com Jauss (1994) trata-se do público pressuposto pelo texto e que está enredado nas palavras que o compõe.

¹⁰⁶ Jauss se refere especificamente à distância entre o horizonte de expectativas de leitor e o que encontra efetivamente na obra, mas podemos pensar nas considerações freudianas sobre o estranhamento. Uma abordagem que leva em consideração as relações com o texto *O estranho* (FREUD, 1919) pode ser encontrada em Moraes (2012).

À medida que essa distância se reduz, que não se demanda da consciência receptora nenhuma quinada rumo ao horizonte da experiência ainda desconhecida, a obra se aproxima da esfera da arte “culinária” ou ligeira. Esta última deixa-se caracterizar, segundo a estética da recepção, pelo fato de não exigir nenhuma mudança de horizonte, mas sim de simplesmente atender a expectativas que delineiam uma tendência dominante do gosto, na medida em que satisfaz a demanda pela reprodução do belo usual, confirma sentimentos familiares, sanciona as fantasias do desejo, torna palatáveis – na condição de “sensação” – as experiências não corriqueiras ou mesmo lança problemas morais, mas apenas para “solucioná-los” no sentido edificante, qual questões previamente definidas. (JAUSS, 1994, p. 32)

2.4.2. O discurso pastoral-pedagógico-gerencial

O livro *O Monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança* - tradução do livro *The Servant* (1998) de James Hunter –, publicado no Brasil em 2004 pela Editora Sextante, traz na capa um apelo de marketing que nos serve aqui como dado para pensar a recepção desta obra: “Campeão de vendas: 3 milhões de livros vendidos no Brasil”. Se voltarmos ao ranking anteriormente apresentado, vamos nos deparar com o “campeão de vendas” em primeiro e segundo lugar nos últimos quatro anos (de 2010 a 2014), ou seja, aos três milhões anunciados na capa de 2004, devemos somar alguns outros milhares de leitores¹⁰⁷. Vale reparar que no último ano, 2014, o terceiro colocado do ranking é uma continuação do livro: *De volta ao mosteiro*, também escrito por James Hunter, constitui-se como um prolongamento da primeira história. Pois bem, o primeiro ponto que devemos considerar em termos de recepção do livro é que é, sem dúvida nenhuma, um *best seller*. Se levarmos em consideração o amálgama de gêneros e a repercussão dos livros de *pop management* que anunciamos anteriormente, também podemos destacar que o alto número de vendas não se restringe apenas ao público executivo, mas se expande como literatura popular, ou seja, em termos de recepção, possivelmente temos diversos tipos de leitores (em termos de classe social, idade, formação etc.) com este livro em suas prateleiras. De acordo com a 3ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011)¹⁰⁸, conduzida pelo Instituto Pró-livro,

¹⁰⁷ Se pensarmos rigorosamente, estamos falando de milhares de compradores e não necessariamente de leitores já que os rankings não garantem a leitura da obra, mas sua venda. De qualquer modo, tomaremos este dado como indicativo de que, pelo menos em parte, o livro foi lido por uma parcela destes compradores.

¹⁰⁸ As pesquisas, feitas periodicamente por este instituto, contam com uma amostra de 5.012 entrevistas em 315 municípios brasileiros.

dentre os 844 livros citados como resposta à pergunta: “Qual é o livro que mais marcou você?”, na 25ª posição aparece o livro *O Monge e o executivo*.

Dividido em prólogo, sete capítulos e epílogo, o livro tem como temática principal a “liderança servidora” (denominação encontrada no próprio livro). Narrado em primeira pessoa do singular, com a presença de diálogos constantes, o texto apresenta a história de um homem de negócios que, surpreendido pelas dificuldades nos papéis de pai, esposo e chefe, passa uma semana em um mosteiro. Com este cenário como pano de fundo, John e mais cinco personagens participam como alunos de seminários/aulas com o frade Simeão – nome beneditino de Leonard Hoffman, executivo americano que abandonou o mundo empresarial para dedicar-se à vida no mosteiro.

O prólogo traz a descrição da vida de John e sua decisão de ir para o mosteiro – já nesta primeira parte o leitor tem elementos para se identificar com o narrador: personagem que se formou em administração de empresas e que assumiu a função de gerente em uma organização que passa por mudanças. Sempre em primeira pessoa do singular e com linguagem de fácil assimilação, o narrador se aproxima do leitor por meio de certas confissões sobre sua trajetória e, principalmente, com a admissão de dificuldades e fracassos nos papéis que desempenha. A forte presença da religião e certo misticismo já aparecem no prólogo quando o narrador menciona a recorrência do nome Simeão em sua vida.

O primeiro capítulo, chamado “As definições”, anuncia a liderança como propósito pessoal e traz em seu léxico as novas denominações do campo empresarial. Não à toa o autor se utiliza da palavra “liderança” no lugar de “gerência”, “pessoas” ou “parceiros” no lugar de “empregados” etc. Também neste primeiro capítulo já é possível observar que a liderança será tratada em termos de valores morais e espirituais – mais do que apresentar comportamentos relacionados à liderança, o frade/guru pede uma lista de “qualidades de caráter” para os seus alunos/discípulos.

O segundo e o terceiro capítulo, respectivamente denominados como “O velho paradigma” e “O modelo”, tratam da contraposição entre duas fases distintas em termos de gerenciamento: a coerção externa, a hierarquia e a rigidez de outrora são mostradas como práticas obsoletas que devem dar lugar à coerção internalizada, a doação dos trabalhadores por meio de engajamento pessoal, espiritual e moral. Esta é justamente a questão central do capitalismo flexível como

vimos anteriormente com Gorz (2005) por meio do conceito de mobilização total: como fazer para que os trabalhadores se engajem voluntariamente e de “corpo e alma”. Os esquemas apresentados para o leitor e a retomada dos conceitos em diversos parágrafos mostram explicitamente o aspecto pedagógico do texto no sentido de doutrinação para o “novo paradigma” em oposição ao “velho paradigma”. “Como demonstra a crítica ao atual gerencialismo, os textos de *pop-management* adotam muitas vezes uma linguagem simplista e orientada pela oposição reducionista ‘velho-novo’”. O *monge* e o *executivo* não é exceção, e o faz explicitamente” (GERMANO; SÁ, 2013, p. 109, grifo dos autores).

Algumas perguntas feitas pelos alunos-personagens expõem possíveis dúvidas do leitor (que, deste ponto de vista, também se transforma em um dos alunos) retomando, de tempos em tempos, as principais definições expostas pelo frade e que dizem respeito aos novos moldes do gerencialismo flexível. Além disso, podemos dizer que a leitura de fácil assimilação e com predicado pedagógico infantiliza o leitor em algumas ocasiões porque não abre espaço para sua intervenção no texto: do leitor não se exige trabalho interpretativo nem tampouco desconforto em termos de estranhamento. O papel de aluno é oferecido ao leitor, mas trata-se de um aluno passivo. Os pouquíssimos espaços vazios e silêncios no texto são preenchidos por respostas do frade/guru e é justamente essas a expectativa do leitor. O narrador-personagem John dá o tom da leitura: “As palavras de Simeão não eram língua estrangeira para mim. Reconheci a verdade quando as ouvi.” (p. 55). Assim como John, o leitor não se sente estrangeiro porque não há nenhuma provocação que o inquiete; pelo contrário, as palavras confortam o leitor ávido por alguma resposta que lhe traga sentido para as exigências que experimenta na vida cotidiana. O sujeito lê, reconhece-se e toma facilmente as palavras do frade/guru como verdade, sem que existam surpresas ou mudanças diante de sua expectativa inicial. Ainda nesses capítulos podemos perceber duas figuras que nos interessam e que serão retomadas mais adiante: o Exército, que aparece na personagem de Greg e a Igreja, que além de aparecer nas recorrentes referências religiosas, é tratada no terceiro capítulo em termos de modelo: Jesus é apresentado como modelo de liderança servidora. Madre Teresa de Calcutá, Gandhi e Luther King também são citados, mas deste capítulo em diante Jesus aparece como figura central em cujas práticas o leitor, interessado pela liderança-servidora, deve se espelhar.

O quarto capítulo, chamado “O verbo”, traz outras referências religiosas que são misturadas aos jargões da área de RH. Cabe ressaltar aqui que o modelo de liderança é apresentado a partir da epístola aos Coríntios do Novo Testamento¹⁰⁹. Paciência, bondade, humildade, respeito, abnegação, perdão, honestidade, compromisso e sacrifício são expostos como qualidades de caráter que precisam ser praticadas pelo líder-servidor. Cada uma dessas qualidades é explicada com exemplos para que não haja dúvidas por parte do leitor quanto à prática necessária para o seu próprio engajamento e o engajamento voluntário (e não por coerção) dos liderados.

É importante perceber que todos os capítulos começam com uma espécie de reforço do que já foi dito. O leitor que, eventualmente, tem que parar a leitura no meio do livro, não precisa acessar a memória ou voltar algumas páginas porque a rememoração dos principais pontos é apresentada reiteradamente ou no final dos capítulos em forma esquemática ou no início dos capítulos por meio de conversas que retomam o assunto e o que foi aprendido na “aula” anterior. Metáforas simples também são recorrentes para a explicação de determinadas ideias. No quinto capítulo, chamado “O ambiente”, a metáfora é a do jardim.

No sexto capítulo, chamado “A escolha”, o sujeito é apontado como o único responsável por sua carreira, por seu sucesso ou fracasso – a liberdade de escolha é ressaltada e desatrelada de seus condicionantes históricos e sociais. O sujeito fica, assim, como único responsável por se adaptar aos novos moldes de regulação do trabalho. Percebe-se aqui que, voluntariamente, por sua própria escolha, o sujeito deve se moldar de acordo com as exigências do “novo paradigma” - trata-se, em última instância e de acordo com as observações que fizemos na primeira parte deste estudo, de uma espécie de servidão voluntária. A questão que se alinha a essa é que o autor é taxativo em diversos momentos: trata-se de escolha pessoal e a escolha tem relação com a construção de caráter do sujeito. Em determinado momento, o narrador interpela o guru/frade “Parece que você está falando da construção do caráter, Simeão” (p. 128) [a resposta, na última página deste capítulo, conclui a ideia principal do livro em termos de doutrinação] “eu achava que liderança era estilo, mas agora sei que liderança é essência, isto é, caráter” (p. 129). Se o livro começa com “A DECISÃO FOI MINHA” (p. 10) em letras maiúsculas, termina

¹⁰⁹ **Bíblia:** novo testamento. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

também com o mesmo dogma: “E isso começa com uma escolha” (p. 140). Voltaremos a essa condição mais adiante.

A ideia de sete dias no mosteiro e sete capítulos nos lembra do tom místico e esotérico também presente nesse tipo de literatura que recorre aos mesmos artifícios da literatura de autoajuda. O sétimo capítulo, chamado não à toa de “Recompensa” reapresenta (já que nos outros capítulos essa condição já apareceu) a liderança como propósito, como missão pessoal. “Isso nos dá uma missão na vida” (p. 133); “e quando se tem esta visão a vida passa a ter um propósito e um significado” (p. 134); “parece uma declaração de missão pessoal [...] é importante ter uma declaração de missão do que queremos e pretendemos como indivíduos” (p. 134). Buda, Jesus, Gandhi, Luther King e Madre aparecem novamente, neste capítulo, como modelos de liderança-servidora.

O epílogo, última parte do texto, apresenta a seguinte epígrafe “Uma jornada de 200 quilômetros começa com um simples passo” (p. 141). Essa ideia é retomada em forma de conclusão na última fala do narrador-personagem: “Apenas um primeiro passo em uma nova jornada” (p. 143). A imagem que perpassa o livro é justamente a de uma jornada pessoal, de uma missão com um propósito, onde o sentido só é visto a posteriori tal como o que prega a religião judaico-cristã. O fato de sermos capazes de dar o primeiro passo em direção a essa jornada (que posteriormente nos traria como recompensa certo sentido na vida) aponta para o livre-arbítrio como condição necessária e, neste caso, suficiente. E se o leitor do livro acredita naquilo que lhe foi exposto durante os sete capítulos em forma de doutrina, a mensagem do livro é reconfortante porque afirma que embora sua vida esteja repleta de fracassos e de problemas (início do livro) só depende da sua escolha – exclusivamente de você – mudar essa situação. Ora, essa é exatamente a mesma mensagem enviada para os trabalhadores, todos os dias, na vivência cotidiana dos novos moldes de regulação do capitalismo flexível. Mais adiante, voltarei a essas observações.

Até aqui fiz uma espécie de síntese de acordo com minha apreensão do livro em termos de conteúdo¹¹⁰. Esse resumo feito servirá como pano de fundo de onde pretendo destacar dois aspectos que me parecem importantes para a hipótese que

¹¹⁰ Seria interessante, como desdobramento para pesquisas futuras, que fosse feito um estudo de campo com leitores empíricos.

vamos seguir neste trabalho: o tom pedagógico e o discurso pastoral presentes ao longo do livro.

O aspecto pedagógico do texto é explícito por meio da própria construção da história: estamos, como leitores, diante de seminários ministrados pelo ex-executivo de sucesso, Leonard Hoffman (frade Simeão): as perguntas das personagens/alunos e as respostas do frade/professor conduzem o leitor em uma espécie de sala de aula e o faz ocupar o papel de aluno; essa condição também fica evidente nos esquemas (muitas vezes aparecem desenhos e destaques no texto) e nas sínteses presentes no final de cada capítulo e no início do capítulo subsequente. Para corroborar esta intenção pedagógica, Hunter inclui em seus argumentos (tanto nas falas do frade quanto na fala das outras personagens) autores que poderiam trazer certa “cientificidade” para assunto tratado naquela determinada aula. Exemplos podem ser encontrados ao longo do livro, mas separei alguns a seguir (os grifos são meus):

“Max Weber, escreveu *há muitos anos*.” (p. 29); “Abraham Maslow e sua hierarquia de necessidades. *Acho que* havia cinco níveis de necessidades” (p. 57); “*Há muitos anos* um pesquisador de Harvard chamado Mayo” (p. 84); “William James, provavelmente um dos grandes filósofos que este país já produziu, *uma vez disse*” (p. 87); “*Estavam num antigo número* de Psychology Today, e penso que vocês acharão interessante” (p. 108); “Embora *Freud tenha dado imensa contribuição ao campo da psiquiatria*, e por isso lhe devemos ser gratos, ele plantou as sementes do *determinismo* que tem dado à nossa sociedade todas as desculpas para os maus comportamentos” (p. 120); “O filósofo dinamarquês Kierkegaard *uma vez disse*” (p. 125); “C. S. Lewis – a diretora acrescentou –, um de meus autores prediletos, *uma vez disse*” (p. 138)

É de grande importância ressaltar que mesmo quando aparecem para proporcionar “cientificidade” àquela determinada argumentação, os autores citados não são acompanhados por referências (datas, páginas etc.), pelo contrário: muitas vezes o leitor é deixado no vácuo da expressão recorrente “[fulano] *uma vez disse*” ou “*há muitos anos* [fulano] disse”. Do ponto de vista do efeito para o leitor, duas considerações me parecem pertinentes: ainda que de forma superficial, fragmentada e muitas vezes com erros conceituais, o leitor, por meio dessas citações, sente-se informado e com argumentos “científicos” para corroborar as prescrições feitas pelo livro – o predicado de “verdade” das prescrições é atribuído porque o leitor não tem familiaridade com os autores citados e, assim, não pode contestá-las; ademais, essa

falta de familiaridade somada à falta de referências não permite que o leitor-aluno possa confrontar a argumentação fornecida pelas personagens e pelo narrador porque não há como ele buscar mais informações, já que não há indicações para isso. A menção de Freud é ilustrativa de erros grotescos que não serão percebidos pelo leitor que não tem conhecimento prévio sobre a psicanálise.

Em conjunto com essas citações “científicas”, Hunter se vale de outros recursos que merecem destaque e que trazem para o leitor a sensação de estar diante de uma argumentação coerente (embora seja superficial e inconsistente do nosso ponto de vista): o autor faz referência a modelos históricos de liderança; usa da intertextualidade com outros *best sellers* (aqui a legitimidade é dada justamente pelo predicado de *best seller*); sintetiza os ensinamentos de forma clara e esquemática e aponta para referências religiosas como legitimação dos conceitos ensinados. Como mencionamos anteriormente, já no prólogo a referência bíblica ao nome “Simeão” dá o tom da história que se seguirá. John, personagem-narrador, descreve sua decisão de ir para o mosteiro como consequência de sinais relacionados ao nome “Simeão” – a procura por estes sinais desde a sua infância também acrescenta às referências religiosas certo misticismo. Os valores espirituais e morais são prevalentes no âmbito do discurso ao longo de todo o livro não só em termos das referências usadas, mas também em termos de doutrinação do leitor. Essa condição é também destacada por Germano e Sá (2013):

O texto defende uma noção de liderança que se baseia em valores espirituais e morais, valorizando especialmente certos atributos pessoais do líder comprometido em servir outras pessoas [...] *esse modo de “praticar” a linguagem gerencial produz novos efeitos de sentido no domínio das relações de trabalho contemporâneas* e, associada a um conjunto de práticas discursivas e não discursivas, tem o poder substancial de modificar a cultura organizacional e os modos de subjetivação do trabalhador (p. 104, grifos nossos).

Trata-se, da perspectiva deste estudo, de uma tentativa não só de produzir novos sentidos, mas de trazer algum sentido (qualquer que seja) para a vivência dos novos modos de regulação do trabalho no regime do capitalismo flexível – em última instância, trata-se da constituição de um novo imaginário laboral.

Sob o enfoque metodológico da análise crítica do discurso, Germano e Sá (2013) qualificam o livro, cujo gênero é considerado híbrido pelas autoras, como uma espécie de manual de autoajuda que traz orientações claras sobre o novo

paradigma a ser seguido no âmbito da gestão de recursos humanos. Mais que isso, as autoras apontam para a consonância deste livro com o “novo espírito do capitalismo”¹¹¹.

A presença de um guru/frade, que é descrito no livro de Hunter como ex-executivo de sucesso para que seja legitimada sua posição de professor, corrobora a percepção do leitor de que as mudanças necessárias são internas e não da organização de trabalho. Isso quer dizer que o engajamento no trabalho deve ser feito voluntariamente e como parte da sua construção pessoal de caráter. Se Hunter reitera as qualidades morais e espirituais do líder-servidor e sublinha a liderança como construção de caráter, devemos lembrar que Sennett (2012) desperta nossa atenção justamente para o oposto: a impossibilidade de manter valores morais e a corrosão do caráter decorrente justamente das novas regras organizacionais. Para o sociólogo, as qualidades morais, base para a construção do caráter, dependem de valores estáveis que estão desaparecendo no novo capitalismo baseado na instabilidade, na não-permanência e na volatilidade. Mas o leitor não é confrontado com essa condição externa, pelo contrário, lhe é oferecido certo conforto, afinal o guru afirma que a mudança necessária só depende de sua escolha. “O texto de Hunter [...] confirma uma tendência da nova configuração ideológica de *deslocar a coerção externa para a interioridade das pessoas*, conclamando às motivações intrínsecas, à espiritualidade, à descoberta de si e à confiança que o líder deve inspirar para que *as pessoas possam não apenas conferir sentido ao trabalho, mas também se autogerir*” (GERMANO; SÁ, 2013, p. 112, grifos nossos). Ora, não é justamente esse o lema do sujeito que se tornou o VOCÊ S/A? Capaz de se autogerir, o sujeito se ilude sob o efeito da falsa autonomia e se engaja no trabalho tal como se fosse um propósito pessoal. Aliás, a ideia recorrente da liderança como “propósito pessoal” e da organização como o equivalente à família, além das menções explícitas de valores morais, reforçam a sugestão dada pelas empresas pós-fordistas e reforçada por Hunter por meio de seu livro, de que é o sujeito o único responsável por sua carreira e por seu sucesso. “Não obstante, esse apelo à interioridade, em especial a uma espiritualidade privada, acaba transformando questões organizacionais em questões espirituais de responsabilidade dos

¹¹¹ Não vou abordar especificamente este novo ramo da sociologia contemporânea que trata do “novo espírito do capitalismo”, mas remeto o leitor interessado em aprofundar a questão do ponto de vista da sociologia para: BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

indivíduos, levando-os a utilizar recursos internos para lidar com as demandas da empresa, e não para desafiar o mundo externo e suas injustiças” (GERMANO; SÁ, 2013, p. 112).

Salecl (2012) nos ajuda a entender que vivemos numa espécie de “tirania da escolha e da abundância da liberdade” (p. 15). Para a autora, o aumento na obsessão por livros de autoajuda se relaciona diretamente com a “ideologia da autocriação de si”. Longe de haver uma resposta simples para a pergunta “Quem eu sou?” e “Qual é a minha história ou propósito de vida?”, esse tipo de ideologia nos ilude e é promovida por uma “imensa indústria de conselhos que tenta guiar as pessoas na busca de sua ‘essência’” (p. 12). Poderíamos pensar aqui tanto na literatura de autoajuda (e gêneros híbridos tal como o livro que estamos analisando) quanto na expansão das práticas de *coaching*. “A ideologia que promove o *motto*: ‘Seja você mesmo’, e conta com a propaganda feita pela Nike: ‘Just do it’, encoraja também a ideia de que as pessoas precisam estar aptas a ‘administrar’ a si mesmas” (p. 13). Ora, o livro de Hunter nos endereça para o mesmo caminho quando expõe a liderança como projeto ou propósito pessoal e quando aponta para a jornada como dependente de apenas uma escolha individual.

A ideia de que supostamente somos capazes de nos administrar, e que existe uma escolha sobre como lidamos com nossas emoções, está ligada a percepção do “eu” que domina a sociedade no capitalismo tardio. Hoje, o verdadeiro “eu” é cada vez mais autoconstruído e, mais do que isso, um projeto individual [...] a ênfase não está na determinação social, mas no projeto de “autofabricação”. (SALECL, 2012, p. 15).

Hunter, em seu livro, oferece para o leitor justamente os “passos” para essa “autofabricação”. Se a jornada começa com um passo e se esse passo depende de uma escolha exclusivamente individual, o leitor se enreda nas tramas da cultura contemporânea lastreada por um lado pela exaltação da liberdade individual e por outro pela tirania da escolha tal como mencionada por Salecl (2012). Cabe perceber que, ao mesmo tempo, Hunter deixa entrever as referências transcendentais, recorrendo frequentemente aos códigos religiosos, ao misticismo etc. A nova crença é exposta com maestria no livro *O monge e o executivo*: a de que somos os únicos responsáveis pelo nosso Destino. Isso nos interessa particularmente para este estudo porque indica que o sujeito, na contemporaneidade, embora não possa mais se apoiar nas grandes narrativas, ainda procura por uma narração de destino que

lhe traga certo amparo. A questão que se sobrepõe é que há um empobrecimento ou uma fragilização da modalidade narrativa do destino se considerarmos as nuances do discurso prescrito pelas organizações, pelos livros de autoajuda e pelos profissionais de *coaching*: a “autocriação de si” aloca o sujeito entre a onipotência e o desamparo. Essa consideração é exposta por Silva Jr. (2008) e vamos explorá-la na sequência.

2.4.3. Uma narração do destino empobrecida

Freud define, em sua *Conferência XXXV - Acerca de uma visão de mundo* (1933/2010), o termo *Weltanschauung* (traduzido por “visão de mundo”):

Visão de mundo é, receio, um termo especificamente alemão, cuja tradução em outras línguas deve criar dificuldade [...] entendo que uma visão de mundo é uma construção intelectual que, a partir de uma hipótese geral, soluciona de forma unitária todos os problemas de nossa existência, na qual, portanto, nenhuma questão fica aberta, e tudo que nos concerne tem seu lugar definido [...] Acreditando numa visão de mundo, podemos nos sentir seguros na vida, saber a que devemos aspirar e como alocar da maneira mais apropriada os nossos afetos e interesses (FREUD, 1933/2010, p. 322)

Uma visão de mundo deve preencher, de acordo com os apontamentos freudianos, três funções: de instrução (em termos de oferecer uma explicação racional), de consolo (no que concerne ao alívio da angústia ante as contingências da vida) e de conduta moral (em termos de coerção e prescrição do que é certo e errado). É importante considerar que para que tenha influência abrangente, uma visão de mundo deve se fundamentar em um conjunto que engloba a parte intelectual, afetiva e moral. A religião serve para Freud como paradigma de uma visão de mundo (lembrando que em 1927, Freud já tinha se debruçado sobre o tema da religião em seu texto *O futuro de uma ilusão*).

No que tange às três funções mencionadas acima, é fácil notar que a religião é, de fato, paradigmática para entendermos o termo *Weltanschauung*: fornece um modelo explicativo; proporciona amparo “Quando alivia a angústia das pessoas ante os perigos e contingências da vida, assegura-lhes um ‘final feliz’, proporciona-lhe consolo no infortúnio” (FREUD, 1933/2010, p. 327); ademais, instaura preceitos e proibições que nos endereçam para o campo moral, ou seja, “de suas aplicações resultam regras e conselhos para a conduta na vida” (p. 327). A coexistência entre

estes três aspectos: intelectual, afetivo e moral indica o tamanho da influência de tal visão de mundo.

Outro aspecto que merece ser destacado e que poderíamos acrescentar é que comum a todas as *Weltanschauung* há sempre uma história temporalmente ordenada por uma explicação sobre origem e sobre destino. As ideias de “onde viemos” e para “onde vamos” amarram a história numa espécie de narrativa sem abertura, absoluta e unitária. Se por um lado essa condição endereça o sujeito para a ilusão, por outro, em contrapartida, é esse absolutismo e unidade que oferecem uma forma de operar diante da angústia. As visões de mundo, portanto, podem ser pensadas como *grande narrativas* ou *metanarrativas* em que nos apoiamos de forma homogênea e que, mesmo sob o ponto de vista da ilusão, oferecem, de maneira generalizada, uma origem e um destino que servem para todos enquanto estrutura simbólica.

Ora, é concordância entre autores que estudam a contemporaneidade¹¹² que estamos diante de um declínio ou esfacelamento dessas metanarrativas ou dessas visões de mundo que nos ofereciam, mesmo que de forma ilusória, apoio simbólico para nossas narrativas individuais e, portanto, para a construção de nossa identidade. “Se não há mais meta-narrativas, toda biografia moderna parece condenada a estar à deriva enquanto narração sem origem e, portanto, sem fundamento. É nesse sentido que a morte de deus foi um grave abalo que atingiu as estruturas metas-narrativas de cada biografia, de cada destino” (SILVA Jr., 2008, p. 245).

Se a modernidade marca a morte de Deus, a pós-modernidade vai marcar, para Lyotard (2013) justamente o colapso de qualquer que seja a metanarrativa: “Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2013, p. xvi). No lugar das metanarrativas tal como a religião, o sujeito se vê diante da sentença de orfandade: “debates sobre a pós-modernidade têm se focado no fato de não existir mais grande narrativas, *não haver mais poderosas autoridades com as quais o sujeito possa se identificar*, que o individualismo parece ter sido levado ao seu limite e assim o sujeito percebe cada vez mais a si mesmo com um autocriador” (SALECL, 2012, p. 30, grifos meus). Lançado ao preceito de ser seu próprio criador e sem a possibilidade de ancorar sua

¹¹² Por exemplo: Lyotard (2013) e Hobsbwan (1995)

biografia nos fundamentos de origem e de destino fornecidos pelas *Weltanschauung*, o sujeito se encontra numa espécie de abismo do acaso proporcionado pela tirania da liberdade e da escolha tal como mencionamos anteriormente. Se essa extrema liberdade de “criar-se a si mesmo” aloca o sujeito nos meandros da onipotência, por outro lado o encaminha para o vórtice do desamparo. Essa condição pode ser vista como potencialmente traumática:

O ato da escolha é traumático precisamente porque não há um Grande Outro: fazer uma escolha é sempre uma prova de fé onde não existe nenhuma garantia. Quando tentamos criar mecanismos pessoais que nos ajudarão a sentir satisfação com nossas escolhas e menos obsessão com o ato de escolher, estamos apenas “escolhendo” um Grande Outro, isto é, inventando uma estrutura simbólica que supostamente aliviará nossa ansiedade diante do abismo da escolha. (SALECL, 2012, p. 20)

A nomenclatura, evidentemente, é lacaniana – e não pretendo no âmbito desta tese adentrar as considerações de Lacan –, mas a citação é primorosa no sentido de evidenciar que essa “ideologia da autocriação” pode se constituir como mais uma condição potencialmente traumática para o sujeito na cultura contemporânea. Deixemos esse apontamento em suspensão para pensarmos em outros elementos.

Em acréscimo à perda das metanarrativas, podemos pensar, no âmbito das relações de trabalho contemporâneas, no oferecimento de narrativas de destino absolutamente empobrecidas em sua condição de operar simbolicamente. Mas o que seria uma narração do destino?

O destino é homólogo às *Weltanschauungen*, ou seja, às visões totalizantes do mundo. Nesses dois casos, uma história preenche a função de recalcar a angústia com a ajuda da evocação indireta de uma ordem superior. A diferença a esse respeito é que, enquanto uma *Weltanschauung* narra a história de todo mundo, o destino o faz para o indivíduo. O destino conta seja a minha história, seja aquela de um outro, o importante é que nesta modalidade de narração biográfica se deixe entrever uma certa relação com o além. (SILVA Jr., 2008, p. 247)

A narração do destino, portanto, guarda semelhanças com a meta narrativa ou, se quisermos arriscar a substituí-la, mas o objetivo se mantém: recalcar a angústia por meio de uma história com a evocação indireta de algo transcendente. Nessa modalidade de história a construção narrativa se ergue sobre dois alicerces: por um lado deve reforçar a autonomia individual adquirida a partir da modernidade, por outro deve se apoiar indiretamente em alguma espécie de transcendência. “A

modalidade narrativa do destino depende, portanto, de um universo discursivo essencialmente laico, no qual a influência das forças obscuras não deve exceder o ponto de uma sugestão indireta de sua presença” (SILVA Jr., 2008, p. 247). Se seguirmos o raciocínio de Freud com relação às *Weltanschauung*, poderíamos pensar que também as narrativas de destino se constituem como ilusão e se fundam nas três condições apontadas anteriormente: oferecem uma explicação intelectual, um consolo afetivo e um modelo em termos morais. Tal como Deus, “o destino serve para manter no adulto a ilusão de que ele é sempre velado por alguém poderoso, tal como ele era por seus pais durante sua infância” (SILVA Jr., 2008, p. 248).

Ora, o que dissemos sobre os livros prescritivos de autoajuda talvez se aplique aqui: eles apresentam e/ou promovem justamente essa modalidade discursiva: a narração do destino. Aqui se fundamenta a primeira parte de nossa hipótese: o sujeito, órfão em termos de metanarrativas e diante do esfacelamento da modalidade narrativa tal como vimos com Benjamin, encontra em livros como *O monge e o executivo* uma espécie de narração do destino, mesmo que empobrecida e inconsistente.

Voltemos ao livro: a exaltação da escolha e do “poder” individual reforçam a “autocriação de si mesmo” tal como um propósito, uma missão que começa a partir da “vontade individual”; ao mesmo tempo, de forma indireta, essa missão é apresentada diante de um modelo em termos de autoridade: Jesus. Isso quer dizer que as referências místicas e o discurso pastoral trazem a sensação, para o leitor, de que mesmo sendo “autocriador de si mesmo” ainda há, indiretamente, a presença de algo ou de alguém que vela por nós. É dentro desta aparente contradição que o leitor encontra conforto. Cabe ressaltar que se trata de uma narração do destino depauperada e que as prescrições do livro, apesar de ajudarem o leitor na construção de uma história, também apontam para o “enfraquecimento dos recursos narrativos [que] afeta necessariamente as fronteiras simbólicas da identidade até aqui sustentadas pela cultura” (SILVA Jr., 2008, p. 250).

2.5. Novas autoridades e novos ideais

Que tragédia não acreditar na perfectibilidade humana!...

– E que tragédia acreditar nela!

Fernando Pessoa

Para Salecl (2012), se as autoridades tradicionais tais como o Estado e a Igreja (do ponto de vista desta autora, as encarnações do Grande Outro) perderam sua força, então a ideologia da “não-autoridade” deve se basear em novas autoridades, como as corporações, por exemplo. Não se trata, portanto, segundo sua perspectiva, de não haver mais limites, mas talvez de uma mudança na natureza dos limites. O aumento de publicações no campo da autoajuda e os campeões de vendas tais como *O monge* e *o executivo* demonstram não só que a indústria dos conselhos está em franca expansão, mas também que o sujeito ainda está à procura de uma autoridade que lhe diga o que fazer. A liberdade irrestrita parece trazer angústia nos arremessando para o campo potencialmente traumático da “escolha”¹¹³ tal como oferecida ao sujeito na contemporaneidade. Por outro lado, a busca por uma autoridade – seja nos livros de autoajuda, seja nas práticas de *coaching*, seja na própria corporação –, nos indica que uma nova ordem simbólica parece estar se constituindo:

Se no passado as proibições eram transmitidas com a ajuda de ritos sociais (como as iniciações sociais na sociedade pré-moderna, a atividade do “nome-do-pai”, na tradicional sociedade patriarcal), hoje o sujeito determina seus próprios limites. O sujeito contemporâneo é assim não apenas seu próprio criador, mas também seu próprio “proibidor”. (SALECL, 2012, p. 42).

Silva Jr. (2008) aponta para o mesmo campo de questões quando menciona que “mais que uma simples dissolução do Superego a partir da dissolução das meta-narrativas na modernidade, estamos aparentemente confrontados a um progressivo

¹¹³ Conforme abordamos na seção anterior, Salecl (2012) ressalta a questão da “liberdade irrestrita”, em termos de escolha, do sujeito “autocriador de si mesmo” na cultura contemporânea. Sobre esse assunto, nos fornece uma ilustração interessante: “Uma área na qual a escolha é especialmente traumática é a medicina. Médicos hoje não ocupam mais uma posição de autoridade – decidindo o que é melhor para seus pacientes. Eles apenas informam aos pacientes sobre suas opções e a decisão cabe aos doentes, que dão seu consentimento após serem informados sobre seus casos. Mas as pessoas realmente querem escolher um tratamento quando ficam doentes? A ideia da escolha parece ser atraente até o instante no qual se enfrenta uma questão de vida ou morte, quando as coisas ficam difíceis, e então se espera que algum outro – uma autoridade que supostamente tem o conhecimento – escolha em nosso nome.” (p.18).

obscurcimento da instância Superegóica, particularmente em sua função proibitiva” (p. 249). Cabem, portanto, as perguntas: qual o novo papel do supereu e quais são os novos ideais na contemporaneidade? Como opera o mecanismo de identificação considerando que não há mais as poderosas autoridades de outrora?

Se levarmos em conta que as poderosas autoridades de outrora, constituídas especialmente a partir das metanarrativas, cederam lugar para outras novas autoridades, devemos concordar com a perspectiva de Salecl (2012), “no lugar de enfatizar a falta de proibição na sociedade hoje, eu ressaltaria que a natureza da proibição mudou” (p. 44). Ora, o sujeito autocriador de si é também seu próprio autoproibidor, especialmente no que concerne aos métodos de autocoerção e de autoexploração que impõe a si mesmo no campo do trabalho – lembremo-nos das condições de servidão voluntária a que já fizemos alusão em outra parte desta tese. O que quero ressaltar aqui é que a ideologia da “autocriação”/autoproibição” aloja o sujeito nas redes da onipotência, por meio de uma liberdade irrestrita para se “autogerir” e “fazer as próprias escolhas” ao mesmo tempo em que o arremessa para condições potencialmente traumáticas. Para se manter sobre a corda bamba, entre a onipotência e o desamparo, o sujeito deve construir uma história a partir dos pequenos fragmentos de sua vivência ainda disponíveis e mesmo que empobrecidos em termos simbólicos. Diante do empobrecimento de suas próprias experiências, o sujeito também pode se apoiar em episódios de outras histórias, tomados como empréstimo. O que devemos nos perguntar, a esta altura, é o seguinte: como funciona essa modalidade de “narrativa emprestada” do ponto de vista dos efeitos psíquicos? O que se pode aventar, neste momento, é que os novos modelos de identificação, promovidos pela cultura contemporânea, tais como o executivo e o monge (ex-executivo) do livro que analisamos, não necessariamente ocupam o lugar das autoridades de outrora, advindas das metanarrativas, mas podem se oferecer como apoio, diante do abismo do desamparo, para construção de novos ideais por meio do mecanismo de identificação.

A grande repercussão das biografias no mercado editorial, por exemplo, o livro *Steve Jobs – a biografia* (ISAACSON, 2011), leva-nos a pensar que as pessoas têm procurado por histórias que as inspirem e com as quais possam se identificar e que sirvam, até certo ponto, como modelo (tanto em termos de idealização de carreira quanto em termos morais). Não se trata, neste caso, de ser concreta ou não a possibilidade de se tornar um grande executivo tal como foi Steve Jobs, mas de

emprestar sua história como ideal, em uma tentativa, muitas vezes pífia e frustrada, de encontrar um modelo e uma nova autoridade. A esse respeito, cabe mencionar que a revista “VOCÊ S/A” tem publicado, além das reportagens e artigos, também “histórias”. Uma pesquisa rápida nas edições de janeiro de 2014 a fevereiro de 2015¹¹⁴ revela a repetição de uma seção denominada “Trajetória”. Essa seção da revista é dividida em três subseções: “Retrato de carreira”, que trata de contar uma história de carreira “bem-sucedida”, em geral de grandes executivos; “Decisão Difícil”, que conta a história de pessoas que decidiram mudar de carreira, e “História Inspiradora”, seção que apresenta histórias de áreas diversas tais como a história de uma astrônoma, de um psiquiatra etc. Mas o que o livro *O Monge e o executivo*, a biografia de Steve Jobs e as três seções da revista têm em comum? Justamente o oferecimento de novos modelos para o sujeito à deriva, que foi lançado às condições potencialmente traumáticas da ideologia da “autocriação de si mesmo”.

É nesta trilha que somos forçados a pensar que não estamos apenas diante do esfacelamento das metanarrativas, da perda da narrativa tradicional e da mudança em termos de autoridade, mas também diante de novos modelos de identificação. Portanto, devemos nos perguntar não só sobre função proibitiva e de interdição do supereu, mas também sobre os novos ideais na contemporaneidade.

Sabemos que na obra freudiana, o termo superego ou supereu (*Über-ich*)¹¹⁵, que faz parte da segunda tópica freudiana aparece, pela primeira vez, em *O eu e o id* (1923) condensando suas duas facetas: de proibição e de modelo. Neste texto, Freud usa mais de uma vez, as expressões “superego” e “ideal de ego” como sinônimos, mas cabe a distinção feita por Green (2008): “O Superego é herdeiro do complexo de Édipo, o Ideal de ego é herdeiro do narcisismo primário. A culpa é o sinal patognomônico do primeiro e a vergonha é o sinal patognomônico do segundo” (p. 96).

Ainda que o texto *O eu e o id* (1923) introduza os conceitos concernentes à segunda tópica, cabe notar que a expressão *eu ideal*¹¹⁶ já estava presente na obra

¹¹⁴ O sumário destas edições bem como o acesso a algumas de suas seções pode ser feito por meio do site da revista (VOCÊ S.A., 2015).

¹¹⁵ Para considerações sobre a tradução do termo, verificar nota de SOUZA, P. C. In: FREUD, S. (1923/2011, p. 34).

¹¹⁶ As distinções entre “Eu ideal” e “ideal do Eu” são feitas Lagache (1958) e Numberg (1957) conforme nos informa Laplanche e Pontalis (2008). Apesar de alguns autores retomarem o par de termos para designar formações intrapsíquicas diferentes, é importante ressaltar que “Freud criou o termos ‘Idealich’, que se encontra em Sobre o narcisismo: uma introdução (Zur Einfuhrund des Narzissmus, 1914) e em O ego e o id (Das Ich und das Es, 1923). Mas *não se encontra nele qualquer*

freudiana desde 1914, no texto *Introdução ao narcisismo*. Com Freud percebemos que o *eu ideal* poderia ser pensado, justamente, a partir da escolha objetal narcísica:

A esse ideal dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição [...] *O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal.* (FREUD, 1914/2010, p. 40, grifos nossos).

A satisfação narcísica estaria assegurada por essa espécie de deslocamento ou substituição do narcisismo primário pelo Eu ideal. O que o sujeito “projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido na infância, na qual ele era seu próprio ideal” (p. 40) – neste ponto podemos entender porque, conforme afirmou Green (2008), o ideal do eu poderia ser considerado como herdeiro do narcisismo primário. É também neste ponto que podemos pensar que a “ideologia da autocriação de si mesmo” seria uma tentativa, em termos de discurso, de reconquista do estado de onipotência narcísica. Mas para garantir esse tipo de satisfação seria necessária uma vigília contínua do Eu a fim de medi-lo a partir do seu ideal. Freud segue justamente este raciocínio para indicar a existência de uma instância crítica dentro do Eu:

Não seria de admirar se encontrássemos uma instância psíquica especial, que cumprisse a tarefa de assegurar a satisfação narcísica a partir do ideal do Eu e que, com esse propósito, observasse continuamente o Eu atual, medindo-o pelo ideal. [...] poderemos apenas identificá-la e constatar que o que chamamos de consciência moral tem essas características. (p. 41-42)

Em *Luto e Melancolia* (1917 [1915]/2010) alguns dos elementos que já tinham sido mencionados em 1914 são reforçados, principalmente aqueles que se referem

distinção conceitual entre Idealich (ego ideal) e Ichideal (ideal de ego)” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2008, p. 139, grifos nossos). De qualquer modo, ainda que não seja possível encontrar, entre os estudiosos de Freud, uma perspectiva unívoca sobre esse assunto, merece destaque um denominador comum: o caráter narcísico dessas instâncias ideais (quer sejam tomadas como instâncias distintas ou como uma mesma formação intrapsíquica) e é esse predicado que envolve o narcisismo que nos interessa para este estudo. Desta maneira, não aprofundarei esta problemática que envolve os termos que designam as distinções possíveis que se articulam às instâncias ideais e assumiremos a definição de Laplanche e Pontalis (2008, p. 222) para o Ideal do Eu: “Expressão utilizada por Freud no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico. Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal de ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se.” Ainda sobre conceito de ideal do ego, remeto o leitor para o livro de Chasseguet-Smirgel, J. (1992).

a essa instância crítica: “Vemos como uma parte do Eu se contrapõe à outra, faz dela uma avaliação crítica, toma-a por objeto [...] Aqui travamos conhecimento com a instância habitualmente chamada de *consciência moral*” (p. 178, grifos do autor). Cabe lembrar que a ideia de sentimento de culpa, que vai se relacionar mais estritamente ao conceito de supereu, é ainda anterior a 1914 e aparece desde 1907 quando relacionada à neurose obsessiva no texto *Atos obsessivos e práticas religiosas* (FREUD, 1907/1996): “O *sentimento de culpa* dos neuróticos obsessivos corresponde à convicção dos indivíduos piedosos de serem, no íntimo, apenas miseráveis pecadores” (p. 114, grifos nossos).

Se avançarmos em termos cronológicos, no texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2010), Freud acrescenta o mecanismo de *identificação* como componente de articulação crucial para o entendimento acerca das texturas do supereu e das instâncias ideais.

Conhecida como a mais antiga manifestação de ligação afetiva, a identificação “desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo” (p. 60). É com relação ao complexo de Édipo que Freud nos mostra que há “duas ligações psicológicas diferenciadas: com a mãe, um investimento objetal direto; com o pai, uma identificação que o toma por modelo” (p.61). Ora, por meio da identificação, o sujeito se empenha em configurar o próprio Eu de acordo com o que foi tomado como modelo. Mas aqui se sobrepõe uma condição importante: ao mesmo tempo em que o menino gostaria de ser como o pai e o toma como modelo, percebe este mesmo pai como obstáculo entre ele e a mãe e, deste modo,

sua identificação com o pai adquire então uma tonalidade hostil [...] desde o início a *identificação é ambivalente*, pode tornar-se tanto a expressão de ternura como desejo de eliminação. Comporta-se como um *derivado da primeira fase, a fase oral*, da organização da libido, na qual o indivíduo incorporou, comendo, o objeto desejado e estimado, e assim o aniquilou enquanto objeto. (FREUD, 1921/2010, p. 61, grifos nossos).

Duas considerações importantes a partir dessa citação: em primeiro lugar podemos considerar que a identificação, sendo ambivalente, endereça-nos para um campo mais complexo de relações ainda que seja a forma mais primitiva de ligação afetiva; em segundo, devemos destacar que identificar-se com algo ou alguém pode significar uma regressão da libido às fases primitivas de satisfação já que a identificação, como afirma Freud, é derivada da fase oral.

Voltemos ao nosso objeto: ao identificar-se com as personagens principais – no caso do livro que estamos analisando: o executivo e o ex-executivo (o monge) –, ao tomá-los como modelo, o sujeito-leitor estaria regredindo às formas mais primitivas de satisfação? Será que opera este tipo de mecanismo de identificação e de satisfação oral na literatura prescritiva dos *best-sellers*? A voracidade se articula sobremaneira à condição temporal de imediatismo e à promessa da sociedade de consumo (satisfação plena e sem demora). Mas será que a leitura dos livros de auto-ajuda, em sua condição de prescrição, poderia ser pensada em termos de satisfação oral? Os livros vendidos como remédio para os males da carreira e ingeridos, sem demora, pelo sujeito-leitor, poderiam ser pensados a partir de uma regressão libidinal?

Ora, se na primeira parte deste estudo pudemos perceber que o curtíssimo prazo é a condição temporal que serve de pano de fundo para a vivência dos episódios fragmentados de nossas histórias, então a questão da oralidade, neste sentido, poderia muito bem se aplicar aos novos modos de satisfação na atualidade e, com isso, o mecanismo de identificação¹¹⁷ operaria de modo peculiar como modo de construir uma história, fragmentada e empobrecida. Silva Jr. (2003, p. 31) parte do pressuposto que a “lógica do desejo foi necessariamente substituída pela lógica da identificação” e com ele concordamos. Mas a que tipo de identificação estamos nos referindo quando apontamos para este bojo de questões? Florence (1994) nos adverte sobre o dever, ao abordar a obra freudiana, de falar em “identificações” no plural:

O termo identificação abrange tanto a identificação com o pai quanto a identificação com o objeto perdido, a identificação histérica, a identificação com o desejo do Outro etc. Mas esses diferentes aspectos não foram introduzidos nesta ordem na teoria freudiana e por isso talvez convenha tentar reconstituir, rapidamente, como as coisas foram elaboradas. (MICHAUD, G.; SCHOTTE, J., 1994, p. 33)

Do ponto de vista de Florence (1994), dois grandes modelos de identificação aparecem ao longo da obra freudiana: a *identificação histérica* e a *identificação narcísica*.

¹¹⁷ Trata-se de investigar as peculiaridades do mecanismo de identificação neste contexto. Estamos anunciando, no âmbito deste estudo, apenas alguns pontos importantes no intuito de indicar um caminho para pensarmos sobre essa questão.

A primeira, a identificação histórica, evidencia-se por meio da sua condição sintomática a partir de traços extraídos do “objeto” e o caso Dora é exemplar. No que concerne à formação de sintomas, em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud traz à tona justamente o caso Dora para concluir que, por identificação, o sujeito pode assumir o mesmo sintoma da pessoa amada e, neste caso, “a identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação” (p. 63, grifos do autor). Isto quer dizer que a escolha de objeto se tornou novamente identificação por regressão e o Eu passou a adquirir algumas características do objeto, tal como a tosse de Dora que remetia à tosse do pai. Quando isso acontece, de acordo com as concepções freudianas, poderíamos falar de identificação parcial. Outro exemplo das *identificações neuróticas* poderia ser pensado a partir do exemplo que Freud fornece, no mesmo texto, sobre as garotas em um pensionato.

A segunda, a identificação narcísica, poderia ser pensada a partir da homossexualidade masculina, como indicado por Freud em seu texto *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (1910/2013) ou tomando como modelo a melancolia, conforme as considerações freudianas no texto *Luto e melancolia* (1917[1915]/2010). No caso dos estados melancólicos “a libido livre não foi deslocada para outro objeto, e sim recuada para o Eu. Mas lá ela não encontrou uma utilização qualquer: serviu para estabelecer uma *identificação* do Eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu” (p. 181, grifos do autor). A introjeção do objeto, neste caso da melancolia, é clara e nos remete, mais uma vez, para a fase oral de satisfação da libido, mas também para a agressividade envolvida nessa operação.

É justamente no texto de 1917 que Freud estabelece uma diferenciação entre identificação narcísica e identificação histórica. Se no caso Dora, por meio da identificação histórica, há uma regressão da escolha de objeto para a identificação, no caso da melancolia há que se levar em conta que a escolha objetal é feita, predominantemente, a partir de uma base narcísica, portanto, “corresponde, naturalmente, à regressão de um tipo de escolha de objeto ao narcisismo original [...] a identificação narcísica é a mais antiga e nos abre caminho para o entendimento da identificação histórica” (p. 182-183).

Mas se pensarmos na origem do supereu, chegaremos à “primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal.

Esta não parece ser, à primeira vista, resultado ou consequência de um investimento objetal; é uma identificação direta, imediata, mais antiga do que qualquer investimento objetal” (FREUD, 1923/2011, p. 39). Isso quer dizer que haveria, de acordo com a concepção freudiana, uma espécie de identificação primária (essa que Freud nomeia como direta e anterior à escolha objetal) e uma identificação secundária (onde podem operar as condições de transformação de libido objetal em libido narcísica, de dessexualização e de disjunção pulsional, com veremos mais adiante). Em relação à identificação primária, para Florence (1994):

Essa “tomada” incorporativa do pai, que *assinala o “querer-ser-o-pai” e o instaura como ideal*, é eminentemente ativa (eletivamente masculina, escreve Freud). Essa ligação afetiva mais precoce contribui para preparar o menino para o complexo de Édipo – isto é, para a organização das pulsões (investimentos de objeto) ativas e passivas, heterossexuais e homossexuais, ternas e odiosas. Essa identificação primária torna possíveis a rivalidade posterior e todos os conflitos da relação de ter. (p. 134-135, grifos nossos)

A importância dessas primeiras identificações, concernentes à pré-história pessoal, é revelada por sua articulação com as instâncias ideais e, nesse “caso, deve ser lembrado o efeito duradouro das identificações iniciais, linha de reflexão que nos conduz à origem do ideal do eu, fruto da primeira e mais marcante identificação do indivíduo” (LOFFREDO, 2014, p. 142). Deve ser lembrado também que, ao mesmo tempo em que essa identificação primária incorpora o pai como modelo, e, portanto, marca a origem do Ideal do eu: “você deve ser como o pai”, também ressalta a interdição: “você não pode ser como ele”. De acordo com a perspectiva freudiana, a relação entre eu e supereu não se esgota na “advertência: ‘assim (como o pai) você *deve* ser’; ela compreende também a proibição ‘assim (como o pai) você *não pode* ser’” (FREUD, 1923/2011, p. 42-43, grifos do autor). Desse modo, pode-se dizer que as primeiras identificações nos colocam uma dupla exigência: estabelecem o ideal a ser atingido e também a interdição e, neste sentido, devemos “destacar que o supereu é, ao mesmo tempo, tanto um *resíduo* das escolhas objetais primitivas do id como uma intensa *formação reativa* a elas.” (LOFFREDO, 2014, p. 145, grifos do autor). Também podemos destacar que essa duplicidade aponta para outra espécie de duplicidade que nos interessa, sobremaneira, para este estudo:

nunca deixaremos de nos perguntar sobre as origens da crença na onipotência e de espantar-nos diante de sua irreduzível duplicidade, uma vez que *a instância do ideal lastreia nossas exigências éticas mais fundamentais, assim como, ao contrário, condiciona nossas sujeições mais alienantes*. (FLORENCE, 1994, p.142, grifos nossos).

Ora, se o sujeito na contemporaneidade, imerso no atoleiro do capitalismo flexível, ainda acredita, por um lado, na sua onipotência como forma de atingir os novos ideais e de existir em um mundo sem garantias, por outro lado, paradoxalmente, sente-se órfão porque está submetido e condicionado às sujeições mais alienantes da ideologia da “autocriação de si”. A incredulidade das metanarrativas (Lyotard) ou o esfacelamento das grandes visões de mundo (Freud) que apontam para a falta de baliza simbólica – mesmo que ilusória – de origem e de destino, arremessam o sujeito para o precipício do desamparo. Sabemos que esse estado de desamparo remete ao desamparo infantil e se articula à situação traumática. Mas é interessante pensar que Freud também demarca a importância do desamparo na constituição do supereu.

A gênese do superego, “nós o vemos como resultado de dois fatores biológicos altamente significativos: o longo desamparo e a dependência infantil do ser humano e o fato do seu complexo de Édipo” (p. 43). Essa consideração não é nova e se apoia nas primeiras incursões freudianas no campo do desamparo – lembremo-nos do seguinte apontamento freudiano, que já citamos em outra parte desta tese e que data de 1895: “*o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais*” (FREUD, 1950[1895]/1996, p. 370, grifos nossos). A importância da alteridade, por meio do que Freud denomina, nesse mesmo texto, como *ação específica*, depreendida frente à condição originária de desamparo, leva-nos a uma questão: as relações na atualidade parecem privilegiar, em detrimento da importância da alteridade, os processos psíquicos narcísicos, seja por meio da identificação como lógica de funcionamento que pressupõe uma regressão narcísica, ou ainda por meio de uma idealização em termos de onipotência do eu. Em decorrência desse destaque dado ao narcisismo, “desenvolve-se um tipo de laço social que privilegia o funcionamento perverso”¹¹⁸,

¹¹⁸ Não é minha intenção tematizar a questão da perversão neste trabalho, mas cabe pensar nesse modo de funcionamento psíquico como adequado aos novos modos de subjetivação da contemporaneidade. Como afirma Birman (2006, p. 53): “o mal-estar na atualidade assume uma direção marcadamente perversa. Com efeito, se considerarmos a dimensão traumática que o desamparo do sujeito assume nas condições atuais do mal-estar na civilização, as modalidades perversas de construção psíquica são as formas por excelência pelas quais o sujeito recusa a sua

tendo em vista a *coerção a negar a alteridade do outro e o dever de instrumentalizá-lo*” (MENEZES, 2012, p. 161).

Ora, a “liderança servidora” lançada como modelo pelo livro *O Monge e o Executivo*, ressalta a importância do outro por diversas vezes, mas em sua dimensão altamente instrumentalizada. Se a leitura é feita de relance, o leitor desavisado pode passar por essa condição sem perceber a negação ou a instrumentalização da alteridade, já que o modelo principal de liderança oferecido pelo livro é Jesus e a condição do amor e da servidão são ressaltadas. Mas uma leitura mais atenta nos revela que, quando o autor menciona o líder como alguém que tem que satisfazer as necessidades do outro, também traz, de forma contraditória, as nuances do que entende como “necessidade do outro”: quem determina essas necessidades é a corporação e, em última instância, os novos moldes do capitalismo flexível. Desse modo, nem sempre o outro (o seu liderado) saberá sobre suas “próprias necessidades” e isso quer dizer que “É você quem estabelece as normas do comportamento deles” (HUNTER, 2004, p. 110). A coerção continua a se aplicar de forma muito mais sutil e, de preferência, internalizada sob a condição de servidão voluntária.

Concordamos com Menezes (2012, p. 169):

No mundo atual desencantado e sem Deus, o desamparo do sujeito tornou-se agudo, assumindo formas radicais. Frente a isso, o sujeito pode privilegiar arranjos e negociações subjetivas que buscam o evitamento do desamparo, como a *violência, a servidão e o masoquismo*.

No texto freudiano *O problema econômico do masoquismo* (1924/2011) encontramos elementos que contribuem para essa rede conceitual e que envolvem não só o conceito de supereu, mas também o mecanismo de identificação. Não é novidade deste texto de 1924 que a origem do supereu se dá pela introjeção, no Eu, das figuras parentais. A questão que nos é desvelada em 1924 é que a severidade do supereu aumenta por conta da desfusão pulsional¹¹⁹:

O Super-eu conservou características essenciais das pessoas introjetadas, seu poder, sua severidade, sua inclinação a vigiar e punir. Como foi exposto em outro lugar [Freud está se referindo ao texto de 1923, ‘o Eu e o id’], é

condição de desamparo, uma vez que não consegue constituir destinos eróticos e sublimatórios para este”.

¹¹⁹ Na tradução que estamos usando como referência, encontraremos as expressões “desagregação dos instintos” e “disjunção dos instintos”.

fácil conceber que, graças a *desagregação de instintos* que ocorre juntamente com essa introdução no Eu, a severidade aumentou. (p.196, acréscimos e grifos nossos)

Vale lembrar que em 1923, no texto *O eu e o id*, Freud já tinha apresentado essa questão da des fusão pulsional como consequência da dessexualização da pulsão. De acordo com a perspectiva freudiana, o recuo narcísico, ou a conversão de libido sexual em libido narcísica exigida pelo mecanismo de identificação pode acarretar, como consequência, uma disjunção pulsional:

A transformação da libido objetual em libido narcísica, que então ocorre, evidentemente acarreta um abandono das metas sexuais, uma dessexualização, ou seja uma espécie de sublimação¹²⁰ [...] tal transformação pode ocasionar outros destinos para os instintos, como, por exemplo, uma disjunção dos diversos instintos amalgamados. (FREUD, 1923/2011, p.37-38).

Podemos considerar com Freud (1923/2011) que:

Toda identificação assim tem caráter de uma dessexualização. Parece que também ocorre, numa tal transformação, uma disjunção instintual. O componente erótico não mais tem força, após a sublimação, de vincular toda a destrutividade a ele combinada, e esta é liberada como pendor a agressão e à destruição. Dessa disjunção o ideal tiraria o caráter duro e cruel do imperioso “Ter que”. (FREUD, 1923/2011, p.68-69).

A crueldade e a tirania dos novos ideais – lançados pela cultura contemporânea e impossíveis de ser atingidos considerando os novos modos de regulação do trabalho –, evidenciam as texturas atuais das expressões da pulsão de morte.

¹²⁰ Não vou adentrar, no espaço restrito deste trabalho, as questões que envolvem diretamente a sublimação, embora me pareça um terreno fértil para desdobramentos em termos de estudos futuros. Ainda assim, na tentativa de articular alguns elementos com a nota anterior na qual citei o trabalho de Birman (2006), remeto o leitor para Loffredo (2014). A proposição original desta autora, relativa a dois tempos na operação da sublimação, supõe a hipótese da capacidade de continência como condição fundamental para um *segundo tempo da sublimação*, de modo que a *falta* de continência se articularia a uma situação potencialmente traumatogênica: “Assim retomamos a hipótese de uma ‘reserva’, aspecto verdadeiramente essencial no encaminhamento dado por Freud, em ‘O eu e o id’, para a energia deslocável e indiferente que dá suporte ao mecanismo da sublimação [...] A falta de poupança pode levar, paradoxalmente, a uma situação potencialmente traumatizante, não vinculada a uma dimensão de excesso, mas às consequências da negatividade implicada nessa falta” (p.355). Justamente nos importam as “consequências da negatividade implicada nessa falta” no âmbito das questões articuladas à temporalidade em sua relação com condições potencialmente traumatogênicas: “Essas ideias nos remetem para algo essencial do trabalho sublimatório, também articulado à questão do tempo, que é a necessidade de que seja possível *conter, suspender e adiar* a energia pulsional para que a sublimação, em seu *segundo tempo*, possa ser viabilizada”. (p.355).

Para Silva Jr. (2008) a questão da junção e da disjunção (ou desfusão) pulsional se constituiria como um caminho teórico privilegiado para o entendimento da subjetividade na cultura contemporânea: “um dos efeitos mais importantes da nova economia de mercado diz respeito ao aumento das problemáticas concernentes aos processos de fusão e desfusão pulsional” (p. 246).

Se a desfusão pulsional poderia ser pensada como efeito iatrogênico a partir dos novos modos de regulação do trabalho, outras expressões da pulsão de morte também podem ser articuladas à nova economia de mercado.

Lembremos que como herdeiro do complexo de Édipo, o supereu “conservará o caráter do pai e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob a influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu sua repressão, tanto mais severamente o Super-eu terá domínio sobre o Eu como consciência moral, talvez como inconsciente sentimento de culpa” (FREUD, 1923/2011, p. 43). Em 1930, no texto *O mal estar na civilização*, Freud retoma a ideia de que a autoridade paterna e a coerção social são internalizadas pelo supereu. A novidade apresentada no capítulo VII da obra de 1930 é a articulação mais precisa entre supereu, sentimento de culpa e pulsão de morte. A pergunta é freudiana: “De que meio se vale a cultura para inibir, tornar inofensiva, talvez eliminar a agressividade que a defronta?” (p. 69). Vejamos:

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. (FREUD, 1930/2011, p. 69).

O sentimento de culpa como expressão da pulsão de morte é explicitado nesse texto e uma “das transformações mais notáveis no pensamento de Freud é como a culpa, que originariamente estava ligada à proibição em relação a sexualidade, vai se modificando lentamente em direção ao papel predominante da agressividade e da pulsão destrutiva”. (GREEN, 2008, p. 96). Uma questão que se destaca no texto de 1930 é que o “Super-eu atormenta o Eu pecador com as mesmas sensações de angústia e fica à espreita de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo exterior” (FREUD, 1930/2011, p. 71). No que se refere à contemporaneidade, poderíamos nos perguntar se o obscurecimento das funções

proibitivas do supereu amorteceriam o sentimento de culpa e essas sensações de angústia. “Talvez seja aqui bem-vinda a observação de que o sentimento de culpa nada mais é, no fundo, senão uma variedade topográfica da angústia, e em suas fases posteriores coincide inteiramente com o medo ao Super-eu” (FREUD, 1930/2011, p. 82).

Ora, anteriormente já expusemos alguns elementos que dizem respeito às articulações pertinentes ao campo que envolve a angústia, o desamparo e a situação traumática. Cabe aqui alinhar alguns pontos com as questões pertinentes a esse capítulo.

Se considerarmos o esfacelamento da modalidade narrativa – tal como propusemos no decorrer desse estudo –, seremos endereçados para uma grave dificuldade em termos de simbolização como, talvez, uma das características mais proeminentes da contemporaneidade. Embora a falta de simbolização não esteja necessária e diretamente vinculada ao trauma, retomar o trauma em termos de norteador teórico poderia nos direcionar para outra dificuldade subjacente aos tempos pós-modernos: o agenciamento das defesas diante dos excessos promovidos pela cultura contemporânea. Nas palavras de Loffredo (2013):

Essa dificuldade no exercício da capacidade de simbolização, nomeada anteriormente, deverá ter consequências de peso na operação desse dispositivo crucial, que é o *signal de angústia*, responsável por colocar o processo defensivo em andamento. Pode ser entendido como um “regulador de voltagem”, cuja função é prevenir o traumatismo presente na erupção de uma “angústia automática”, que toma o eu de surpresa e paralisa seu funcionamento. Não nos deve surpreender, portanto, que a palavra de ordem da atualidade, que se expressa com proeminência na clínica psicanalítica, se vincula aos excessos de todo o tipo [...] esses excessos, em suas variadas formas, expõem com exuberância justamente uma *falta* que potencializa o sujeito contemporâneo a modalidades multifacetadas de traumatização” (p. 112, grifos do autor)

Se o sinal de angústia – como uma espécie de “intérprete” diante de um perigo –, pode proteger o sujeito da instauração da situação traumática e se, em última instância, serve como escudo contra o arremesso ao desamparo, devemos retomar a questão que já nos ocupou em outro momento: o *sujeito à deriva* teria condições de emitir sinais de angústia frente ao universo potencialmente traumático no qual está inserido? Se considerarmos que sim, por meio do agenciamento das defesas, tal como um equilibrista poderia se manter na corda bamba entre a onipotência e o desamparo. Se não, o sujeito estaria fadado às condições

traumáticas e ao emudecimento. O que acontece na prática vai depender de inúmeros fatores, mas cabe dizer, pelo exposto até aqui, que a condição “à deriva” qualifica um sujeito que ainda não está submerso totalmente no atoleiro do novo capitalismo, embora esteja, talvez, sem rumo e sem bússola. Isso quer dizer que, mesmo diante dos imensos perigos que o mar lhe apresenta, em alguns momentos, o sujeito ainda é capaz de emitir o sinal de angústia a fim de evitar o naufrágio; em muitas ocasiões, contudo, a força das marés é forte demais.

The unending gift

Um pintor prometeu-nos um quadro.

Agora, em New England, sei que morreu. Senti, como outras vezes, a tristeza de compreender que somos como um sonho. Pensei no homem e no quadro perdidos.

(Só os deuses podem prometer, porque são imortais.)

Pensei em um lugar prefixado que a tela não ocupará.

Pensei depois: se estivesse aí, seria com o tempo uma coisa mais, uma coisa, uma das vaidades ou hábitos da casa; agora é ilimitada, incessante, capaz de qualquer forma e qualquer cor e a ninguém vinculada.

Existe de algum modo. Viverá e crescerá como uma música e estará comigo até o fim. Obrigado, Jorge Larco.

(Também os homens podem prometer, porque na promessa há algo de imortal.)

Jorge Luis Borges

TERCEIRA PARTE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O melhor ainda não foi escrito. O melhor está nas entrelinhas

Clarice Lispector

Os autores em cujas obras eu apoiei esta tese defendem a ideia de uma história aberta que não se desenrola a partir do “era uma vez” e que também não desemboca no famoso “e viveram felizes para sempre”. Tanto Benjamin quanto Freud nos direcionam para uma história que não é organizada cronologicamente e que pode e deve ser contada a posteriori, reconfigurando as texturas do passado. Ora, não seria coerente da minha parte me apoiar nas propostas teóricas desses autores para me distanciar deles agora no final desta composição. Pensando nisso, proponho para o leitor algumas considerações finais que não deveriam levar este nome, já que não serão finais, mas potencialmente iniciais, dada a condição de abertura para novas conclusões, novas hipóteses ou para novos recomeços a depender do intérprete desta redação.

A composição, tal como uma sonata, chega agora à sua terceira parte: a recapitulação do material e a volta à tonalidade de origem. Se o leitor voltar à apresentação deste trabalho, perceberá que comecei esta composição com a exposição de dois temas melódicos principais: os novos modos de regulação temporal no trabalho e a perda da narrativa na contemporaneidade. O primeiro tema, o tempo, se tornou pano de fundo para o destaque da perda da narrativa como campo privilegiado para pensarmos as relações do sujeito com sua própria história na atualidade. Como contar uma história diante do esfacelamento dos grandes relatos (metanarrativas) e dos novos modos de regulação do trabalho no capitalismo flexível foi a pergunta que norteou grande parte deste estudo. Seja tomando como referência o ponto de vista de Freud, de Benjamin ou de Sennett, pareceu-me que contar uma história coerente para si mesmo tem sido tarefa árdua na contemporaneidade, mesmo que, eventualmente, esse mal-estar nem se configure como tal para o sujeito.

No desenvolvimento de uma sonata, em geral o compositor tem maior liberdade para introduzir novos temas e propor variações melódicas, e desse modo, senti-me também à vontade para me debruçar sobre outras notas, na segunda parte deste trabalho. Foi nesse sentido que pude apresentar elementos teóricos para

seguir a seguinte hipótese: diante da impossibilidade de narrar uma história coerente para si mesmo, o sujeito, ávido por algum sentido na sua relação com o trabalho, busca “narrativas emprestadas” na literatura de autoajuda que prolifera no mercado editorial. Considerei, para tanto, como veículo privilegiado para dar seguimento a essa hipótese, o livro *O monge e o executivo* e alguns elementos que foram abordados nos encaminharam à conclusão de que sim: essas “narrativas”¹²¹ seriam como uma espécie de *narração de destino empobrecida e fragmentada* que, potencialmente, poderiam servir de empréstimo para o sujeito contemporâneo. Entretanto, este empréstimo, pensado a partir do mecanismo de identificação proposto por Freud, não acontece sem consequências psíquicas. Foi ao final da segunda parte que pude, dentro do campo psicanalítico, pensar em alguns efeitos desse comodato.

Nessas considerações finais, como forma de escrita, vou recapitular perguntas que foram surgindo ao longo desse estudo no intuito de fazer algumas considerações finais – ressalto que não tenho a intenção de responder cada pergunta de forma conclusiva, mas tão somente almejo indicar trajetos possíveis ou desdobramentos necessários a partir dessas questões.

Como construir uma narrativa coerente tendo como condição temporal essa não-permanência? (p. 36). Será possível construir uma narrativa, que dê sentido à vida, com episódios tão fragmentados? (p. 39). Como pode um sujeito desenvolver uma narrativa, um enredo que lhe ajude a compor sua identidade, numa sociedade composta de fragmentos, de episódios de curta duração? (p. 40)

Abordamos, na primeira parte deste estudo, os novos modos de regulação temporal do trabalho e ressaltamos a não-permanência como condição temporal alinhada à cultura contemporânea. Especificamente, no que se refere ao trabalho, detivemo-nos aos predicados temporais do capitalismo flexível: curtíssimo prazo, não-distinção entre tempo-livre e tempo-trabalho, ausência de futuro e flexibilidade. Se, conforme vimos, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, se nada é feito para durar, também os episódios de nossa história – como modo de construir uma identidade –, seguem essa trilha volátil:

¹²¹ As aspas se justificam porque não se trata de narrativa se tomarmos o conceito benjaminiano como referência.

O que mais importa para os jovens é preservar a capacidade de remodelar a 'identidade' [...] as identidades devem ser *descartáveis*; uma identidade insatisfatória, ou não suficientemente satisfatória, ou uma identidade que denuncia a idade avançada, deve ser *facilmente abandonável* (BAUMAN, 2011, p. 24, grifos nossos).

A alternativa, pelo que pudemos notar, é tentar contar uma história fragmentada, já que nossas vivências assim se apresentam para nós. A questão é que a volatilidade e a fragmentação, condições alinhadas aos novos modos de regulação do trabalho, não nos fornecem elementos para narrar e, quando fornecem, eles são muitas vezes desconexos, dificultando sobremaneira a construção da identidade. Ora, é imerso nesse cenário que o sujeito se vê diante de uma grande dificuldade de simbolização e de estabelecimento de uma narrativa sólida e coerente que não tenha que ser constantemente redefinida e descartada de acordo com cada nova exigência de mercado.

Se a subjetividade deve passar pela lógica-empresa, e se, mais que isso o nome Você vale tanto quanto o sobrenome S/A, como construir uma identidade capaz de contar um enredo tendo em vista a condição de vida-emprego? (p. 36) Como construir uma identidade e “ficar firme” nessas condições? Como narrar para si mesmo um enredo com sentido? Há como elaborar uma narrativa no campo do trabalho considerando o curto prazo, a flexibilidade e a condição de pessoa-emprego? (p. 52)

Destaquei, ao longo da segunda parte deste estudo, algumas ilustrações que cabem ser recordadas aqui: a morte do estagiário que trabalhou por 72 horas seguidas, o suicídio do executivo da Zurich, o congelamento dos óvulos como benefício para as trabalhadoras do Vale do Silício, as novas modalidades de operação nos caixas do Banco do Brasil e os contratos “zero-hora” na Inglaterra. Qual o denominador comum entre exemplos tão diversos? A *flexibilidade* é a condição exigida tanto do estagiário que já não pode mais dormir quanto da mulher que deve adiar seus planos de maternidade ou do bancário que tem que mudar de agência sem que lhe seja previamente comunicado ou daquele trabalhador que aceita um contrato sem garantia alguma em termos de horário e de salário. Todos esses trabalhadores estão submetidos a uma mesma lógica, que perpassa as

relações atuais de trabalho e que arremessa o sujeito – agora visto sob a perspectiva de uma pessoa-emprego que deve flexibilizar-se para continuar competitivo em um mercado tão volátil –, para condições potencialmente traumáticas.

Diante da perda da possibilidade de representar e de narrar sua relação com o trabalho, o sujeito foi arremessado para o campo do traumático ou estamos diante de novas formas de simbolização? Ou ambas as situações se apresentam como possíveis? (p. 53). Estamos diante de novas modalidades narrativas ou diante de uma miséria simbólica? (p. 36)

Por um lado, chegamos à conclusão de que a perda da narrativa pode se articular ao campo do traumático. O esfacelamento dos grandes relatos ou das metanarrativas, a perda da narrativa tradicional e o empobrecimento de nossas experiências em conjunto com as condições potencialmente traumáticas que assolam nosso cotidiano em termos de excesso, indicou-nos que a grande dificuldade de simbolização é, talvez, uma das condições mais proeminentes da atualidade. De certa forma, portanto, concordamos com a ideia de uma miséria simbólica como predicado para a cultura contemporânea.

Por outro lado, contudo, destacamos também que nem tudo que se opõe à experiência é da ordem do traumático e, nesse sentido, a hipótese de haver novas modalidades narrativas nos pareceu também plausível. Foi caminhando nesta trilha que seguimos a seguinte hipótese: o sujeito, diante de um cenário potencialmente traumático, mas ainda ávido por buscar algum sentido ou por construir algum tipo de história mesmo que fragmentada e pouco coerente, procura, na literatura de autoajuda, por “narrativas emprestadas”. Trata-se de uma modalidade de narração do destino que ainda guarda certa articulação com a ilusão da transcendência. De qualquer modo, este empréstimo acontece, do ponto de vista psíquico, por meio do mecanismo de identificação e da configuração de novos ideais.

A literatura prescritiva de autoajuda – em geral os best-sellers no campo dos negócios – pode de fato servir ao sujeito como uma espécie de “narrativa emprestada”? Se sim, dariam uma direção para o sujeito à deriva ou seriam apenas como o canto de sereias? (p. 53). Mas será que, mesmo ao tentar contar uma

história, esta categoria de livros abre-se para a polissemia da palavra e para o inacabamento essencial de uma narrativa? Serviriam de boias para o sujeito à deriva? (p. 67)

O livro *O monge e o executivo – uma história sobre a essência da liderança* (HUNTER, 2004) – que consta como vimos, como *best-seller* no ranking dos últimos quatro anos –, serviu como veículo privilegiado para pensarmos sobre o que denominamos, neste estudo, como “narrativa emprestada”. Cabe sublinhar que ainda que tenhamos chamado de “narrativa”, trata-se de um modo precário de narrar, que se aproxima mais da ideia de comunicação instrumental e que, fora a tentativa de contar uma história, não guarda qualquer outra semelhança com a narrativa tradicional aventada por Benjamin.

A linguagem de fácil assimilação alinhada a um discurso pastoral-pedagógico-gerencial conduz o leitor desse livro nas malhas de um texto que fornece respostas para as agruras vividas no cotidiano de trabalho. O problema é que o predicado de prescrição (das receitas prontas de como obter sucesso na carreira e satisfação na vida profissional), a “pseudolegitimidade” fornecida pelas citações “pseudocientíficas” (que sublinho novamente, contém erros conceituais) ou pelos “casos de sucesso” (por determinadas personagens como modelos), não diminuem, na prática, o fardo do sujeito que se sente à deriva diante dos novos modos de regulação do trabalho. Além disso, trata-se de uma história que acaba por legitimar o lugar já conferido para o sujeito que se tornou uma pessoa-empreendimento e que tem que seguir a ideologia da autocriação, autogestão e autoexploração de si:

O texto de Hunter [...] confirma uma tendência da nova configuração ideológica de *deslocar a coerção externa para a interioridade das pessoas*, conclamando às motivações intrínsecas, à espiritualidade, à descoberta de si e à confiança que o líder deve inspirar para que *as pessoas possam não apenas conferir sentido ao trabalho, mas também se autogerir*” (GERMANO; SÁ, 2013, p. 112, grifos nossos).

Ora, se por um lado o livro segue a ideologia da autocriação de si, configurando-se, desta perspectiva, como um ponto de apoio para a onipotência do sujeito, por outro lado o lança para o abismo do desamparo. Isso quer dizer que sim, essas histórias podem servir como empréstimo, como uma espécie de boia para o

sujeito à deriva, mas ao mesmo tempo, podem, por meio da sedução do canto das sereias, fazer com que o sujeito se afogue sem se dar conta.

Poderíamos encampar o desamparo e esse sofrimento cunhado pela não comunicabilidade da experiência nos perímetros do território do trauma, tal como definido por Freud? (p. 75) Será que estamos todos preparados para os excessos que assombram nosso cotidiano? Há tempo para o agenciamento de defesas ou as situações nos assolam de surpresa, em seu teor de terror? (p. 87).

Consideramos que o sujeito está numa espécie de corda bamba entre a onipotência – promovida pela “ideologia da autocriação de si” – e o desamparo, sempre à espreita, dadas as condições potencialmente traumáticas da cultura contemporânea. Devemos ressaltar que grande dispêndio de energia psíquica é alocado para manter-se assim, tal como um equilibrista.

No final da segunda parte desta tese, questionamos essas condições a partir da configuração de novas autoridades e de novos ideais na contemporaneidade. A partir de alguns apontamentos freudianos acerca do supereu e das instâncias ideais, do mecanismo de identificação e do narcisismo, pudemos perceber que, quando afirmamos que a dificuldade de simbolização talvez seja a característica mais proeminente da cultura contemporânea, estamos diante de um campo bastante complexo em termos metapsicológicos. Pudemos destacar, a partir dessa complicada rede, apenas alguns pontos que nos pareceram interessantes para o andamento das hipóteses específicas desta tese.

Dentre eles, retomo aqui os seguintes apontamentos que poderiam servir como ponto de partida para desdobramentos futuros: o primeiro se refere à ideia de *regressão libidinal* para a *fase oral*, não só como característica geral da sociedade de consumo, mas como predicado específico da leitura de livros do gênero de autoajuda; o segundo diz respeito às expressões atuais da *pulsão de morte* – pudemos perpassar por algumas condições que poderiam ser encaminhadas a partir de novas investigações acerca dos processos de *fusão* e *desfusão pulsional* e do *masoquismo moral*, por exemplo; o terceiro ponto concerne a uma possível dificuldade, por parte do sujeito, em termos de interpretação dos *perigos* que se apresentam na cultura contemporânea. Nesse contexto, a operação de um dispositivo crucial que é o *signal de angústia*, responsável pelo agenciamento das

defesas, também nos parece terreno fértil para encaminhamentos futuros dentro do campo da psicanálise.

Sublinhar esses três pontos, como considerações de interesse para encaminhamentos posteriores, remete-nos mais uma vez para a condição de abertura de uma história que não começa com o “era uma vez” e não termina com “felizes para sempre”. Dessa perspectiva, este estudo não se finda com conclusões e se mantém em sua condição de inacabamento essencial. “Mas bem sei o que quero aqui: quero o inconcluso” (LISPECTOR, 1998, p. 25). Assim, essas considerações finais se transmutam facilmente em considerações iniciais, endereçando-nos para as reticências no lugar do ponto final.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Tradução Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Indústria Cultural. In: COHN, G. (Org.), **Theodor W. Adorno**. Tradução Amélia Cohn. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.

ALBUQUERQUE, L. **Mobilidade de Emprego Entre os Jovens Brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, D. P. As fissuras do horizonte: utopia, a despeito da nebulosa neoliberal. In: PADILHA, W. (Org.) **Antimanual de gestão: desconstruindo o discurso do management**. São Paulo: Ideia e letras, 2015. No prelo.

ARNSTEIN, V. **Number of workers relying on zero hours contracts rises to 700,000**. Londres: CIPD, 2015. Disponível em: <<http://www.cipd.co.uk/pm/peoplemanagement/b/weblog/archive/2015/02/26/number-of-workers-relying-on-zero-hours-contracts-rises-to-700-000.aspx>> Acessado em: 16 set. 2015.

AUBERT, N. **Le culte de l'urgence: la societe malade du temps**. Paris: Flammarion, 2003.

AUGÉ., M. **Para onde foi o futuro?** Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas: Papirus, 2012.

BAGHDJIAN, A.; COPLEY, C. **Diretor da Zurich mencionou presidente do conselho em nota de suicídio**. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE97T02E20130830>> Acessado em: 16 set. 2015.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. (Obras escolhidas: vol. 1). Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. (Obras escolhidas: v. 3). Tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS - CSGPC. **Boletim de Farmacoepidemiologia**, Brasília, Vol. 2, ano 1, jul/dez 2011, 9p. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/sngpc/boletins/2011/boletim_sngpc_2edatualizada.pdf> Acessado em: 16 set. 2015.

BOLZ, N. W. Filosofia da história em Walter Benjamin. Tradução George Bernard Sperper. **Revista USP**. São Paulo, v. 15, p. 25-32, 1992.

BRETAS, A. Passagens do sonho ao despertar da história. **Calibán**: Revista Latino-Americana de Psicanálise, Montevideo, 2013, vol. 11, n. 1 p. 182-189.

CABRAL, P. E. P. L. **Ensaio sobre a preguiça**. Dissertação. (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARDOSO, I. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

CARDOSO, M. R. **Superego**. São Paulo: Escuta, 2002.

CARVALHO, J. L. F.; CARVALHO, F. A. A; BEZERRA, C.. O monge, o executivo e o estudante ludibriado: uma análise empírica sobre leitura eficaz entre alunos de administração In: **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 8, n. 3, p. 535-549, set. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 jul. 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário, Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAHASSEGUET-SMIRGEL, J. **O ideal do ego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CRARY, J. **Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DAMASCENO, B. S. A sociedade contemporânea e seus meios de competência: uma crítica ao coaching à luz da teoria psicanalítica. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 ago. 2015.

ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Lector in Fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FACEBOOK e Apple pagarão por congelamento de óvulo de funcionária. G1, São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2014/10/facebook-e-apple-pagarao-por-congelamento-de-ovulo-funcionarias.html>> Acessado em: 16 set. 2015.

FLEMING, P. **There's nothing good about the rise in zero-hours contracts - ban them now**. Londres: The Guardian, 2015. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/sep/07/nothing-good-about-zero-hours-contract-abolish-them>> Acessado em: 16 set. 2015.

FLORENCE, J. As identificações. In: MANNONI, M., et al. **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Tradução Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREUD, S. (1950 [1895]) Projeto para uma psicologia científica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1896) Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. III. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1896) A etiologia da histeria. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. III. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1907) Atos obsessivos e práticas religiosas. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IX. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1909[1908]) Romances Familiares. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. IX. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914) Introdução ao Narcisismo. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 12. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (1915) Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIV. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1916[1915]) Sobre a transitoriedade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. 14. Tradução sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1910) Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 9. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. (1917 [1915]) Luto e melancolia. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 12. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1917) 18ª Conferencia: A fixação no trauma, o inconsciente. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 13. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (1917) 25ª Conferencia: Angústia. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 13. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (1919) Introdução à psicanálise das neuroses de guerra. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 14. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1920) Além do princípio do prazer. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 14. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 15. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (1923) O eu e o id. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1924) O problema econômico do masoquismo. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 16. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1926) Inibição, sintoma e angústia. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 17. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1927) O futuro de uma ilusão. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 17. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. (1930) **O mal estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. (1933) Acerca de uma visão de mundo. In: **Sigmund Freud: Obras Completas**, vol. 18. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FONTENELLE, I. A. **O nome da marca: McDonalds, fetichismo e cultura descartável.** São Paulo: Boitempo, 2002.

GABBI JR, O. F. **Notas a projeto de uma psicologia científica:** as origens utilitaristas da psicanálise. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2003.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. Walter Benjamin ou a História Aberta - Prefácio. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas: vol. 1. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GERMANO, I. M. P.; SÁ, D. R. O discurso pastoral-gerencial em O monge e o executivo. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 18, n. 1, jan./mar. 2013, p. 103-113.

GOLDSMITH, B. **Morte de estagiário em banco de Londres gera polêmica sobre rotina.** Disponível em:

<<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE97L00720130822>> Acesso em: 16 set. 2015.

GORZ, A. **O Imaterial:** conhecimento, valor e capital. Tradução Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. Tradução Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISER, W. **O Ato da Leitura:** Uma teoria do efeito estético. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAUSS, H. R. A. **História da Literatura como provocação literária.** Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O sexo, a morte, a mãe e o mal. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMAN-SILVA, M. (Orgs.) **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000.

KAFKA, F. **Narrativas do Espólio.** Tradução e Posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KREBS; JOCHAMOWITZ. Catástrofe e despertar: o tempo em Walter Benjamin. **Calibán**: Revista Latino-Americana de Psicanálise, Montevideo, 2013, vol. 11, n. 1, p. 175-181.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma**. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAENDER, N. R. A construção do conceito de superego em Freud. **Reverso**, Belo Horizonte, 2005, ano 27, n. 52, p. 63-68.

LISPECTOR, C. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LO BIANCO, A. C.; COSTA-MOURA, F. e SOLBERG, M. C. A psicanálise e as narrativas modernas: a transmissão em questão. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, p. 17-25, 2010.

LOFFREDO, A. M. Contribuições do pensamento freudiano para a teoria psicanalítica da atualidade. In: MOUAMMAR, C. C. E.; CAMPOS, E. B. V. **Psicanálise e questões da contemporaneidade**. (Coleção REVER – Psicanálise na Unesp n. 1. Coedição: São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2013). Curitiba, n. 1, CRV, 2013.

_____. Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, vol. 45, n.1, 2011.

_____. Parábolas freudianas: as narcísicas feridas e o arqueólogo. **Jornal de psicanálise**, São Paulo, vol. 39 (70), 2006. p. 289-308.

LOPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LYORTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MARTINS, J. de S. **Contas sem faz de conta**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,contas-sem-faz-de-conta,1138634>>

Acessado em 16 set. 2015.

MICHAUD, G.; SCHOTTE, J. À guisa de abertura. In: MANNONI, M. et al. **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Tradução Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MILARÉ, S. A.; YOSHIDA, E. M. P. Coaching de executivos: adaptação e estágio de mudanças. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, vol. 9, n.1, jun. 2007, p. 86-99.

MORAES, D. F. L. **A relação entre o leitor e o texto literário**: uma abordagem psicanalítica. São Paulo: Zagodoni, 2012.

MORAES, D. F. L.; LOFFREDO, A. M. Considerações psicanalíticas sobre a leitura literária. **Percursos**, São Paulo, vol. 51, dez. 2013, p.105-114.

MENEZES, L. S. Pânico e desamparo na atualidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. VIII., n. 2 jul/dez 2005, p. 193-206.

_____. **Psicanálise e Saúde do trabalhador**: nos rastros da precarização trabalho. São Paulo: Primavera Editorial, 2012.

MEZAN, R. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**. Tradução Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2004.

PEREIRA, M. E. C. **Pânico e Desamparo**: um estudo psicanalítico. São Paulo: Ed. Escuta, 1999.

PESSOA, F. **Livro do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PUBLISH NEWS. **Lista dos mais vendidos geral**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://publishnews.com.br/telas/mais-vendidos/>> Acessado em: 16 set. 2015.

PROUST. M. **No caminho de Swann**. (Em busca do tempo perdido, vol. 1). Tradução Mario Quintana. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

Q&A: **What are zero-hours contracts?** Londres: BBC, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-23573442>> Acessado em: 16 set. 2015.

RANDY, M. **Financialization of daily life**. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos de leitura no Brasil**. São Paulo: IPL, 2011. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>> Acessado em: 16 set. 2015.

RINALDI, D. A subjetividade hoje: os paradoxos da servidão voluntária. **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. IV, n. 1 jan./jun. 2001, p. 9-22.

RODRIGUES, S. V. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROUANET, S. P. **Édipo e o Anjo**: itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

_____. Os traumas da modernidade. In: Rudge, A. M. (Org.). **Traumas**. São Paulo: Escuta, 2006, p. 141-155.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, 2008, vol. 20, n. 1, p. 65-82.

SILVA JUNIOR, N. Modelos de Subjetividade em Fernando Pessoa e Freud. Da catarse à abertura de um passado imprevisível. In: PEREIRA, M. E. C. (Org.). **Leitura da Psicanálise**. Estéticas da Exclusão. Campinas: Mercado de Letras/Associação Brasileira de Leitura, 1998. v. 1, p. 119-146.

_____. O corpo-identidade numa cultura sem destino. In: VOLLICH, R. M.; FERRAZ, F. C.; RANNA, W. (Orgs.). **Psicossoma IV**: Corpo, história, pensamento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 243-254.

_____. A sombra da sublimação: o imperialismo da imagem e os destinos pulsionais na contemporaneidade. **Psyquê**, São Paulo, 2003, ano VII, n. 11, p. 29-38.

TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. Tradução Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIGO, T. R. et al. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, vol. 34, n. 5, 2007, p. 223-233.

VIEIRA, V. **Escolas dão aulas de finanças, inglês e empreendedorismo a partir dos 3 anos**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral/escolas-dao-aulas-de-financas->

ingles-e-empreendedorismo-a-partir-dos-3-anos-imp-,1136726> Acessado em: 16 set. 2015.

VOCÊ S/A. **Edições anteriores**. São Paulo: Abril, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/2014.shtml>> Acessado em: 16 set. 2015.

WOOD Jr.; DE PAULA. Viagem epistemológica às livrarias dos aeroportos. **Administração em Diálogo**, São Paulo, n. 5, 2003, p. 77-86.